



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Ana Flor Pereira Neves

A HISTÓRIA E O PATRIMÓNIO CULTURAL LOCAL COMO ESTRATÉGIA NO ENSINO-APRENDIZAGEM DA HISTÓRIA

Relatório de Estágio do Mestrado em Ensino de História no 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário, orientado pela Professora Doutora Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro e coorientada pelo Professor Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes, apresentado ao Conselho de Formação de Professores da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Setembro de 2022

FACULDADE DE LETRAS

A HISTÓRIA E O PATRIMÓNIO CULTURAL LOCAL COMO ESTRATÉGIA NO ENSINO-APRENDIZAGEM DA HISTÓRIA

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Relatório de Estágio
Título	A História e o Património Cultural Local como estratégia no ensino-aprendizagem da História
Autor/a	Ana Flor Pereira Neves
Orientador/a(s)	Doutora Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes
Júri	Presidente: Doutor Alexandre Guilherme Barroso Matos Franco Sá
	Vogais:
	1. Doutora Maria Margarida Sobral da Silva Neto
	2. Doutora Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro
Identificação do Curso	2º Ciclo em Ensino de História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário
Área científica	Formação de Professores
Especialidade/Ramo	Ensino de História
Data da defesa	31-10-2022
Classificação do Relatório	19 valores
Classificação do Estágio e Relatório	19 valores



Agradecimentos

O trabalho que aqui apresento não seria possível sem o contributo de várias pessoas que, de uma forma mais direta ou indireta, contribuíram para o mesmo, pelo que gostaria de agradecer a todos os que me ajudaram neste processo.

O projeto de voltar a estudar depois de vários anos envolveu um esforço grande não apenas para mim, mas para todos os que me são mais próximos. Nesse sentido, o meu primeiro agradecimento vai para o meu filho Félix que me inspirou a buscar um novo projeto profissional, a paciência que teve para as mudanças que exigiram a concretização do Estágio e alegria que me transmitiu, mesmo nos momentos difíceis. Ao meu companheiro Pedro por me incentivar, por apoiar e suportar as exigências deste período, por me ouvir e acalantar nos momentos de maior cansaço e também por ler esta tese como produto final de um longo trabalho. Aos meus queridos amigos Liliana e Viegas que tornaram possível a nossa transferência para Coimbra, fizeram da sua casa a nossa casa e nos acolheram e acarinharam nos momentos mais difíceis. À minha mãe, que me apoiou de todas as formas possíveis para que este projeto fosse para a frente.

A construção deste trabalho não seria também possível sem o enquadramento académico e didático fundamental tanto da Universidade de Coimbra como da Escola Eugénio de Castro. Por isso, agradeço à Professora Doutora Ana Isabel Ribeiro pela sua abertura e compreensão desde o início, mas também pelo seu acompanhamento sistemático, a sua orientação, supervisão, discussões e sugestões sempre assertivas, precisas e rigorosas tanto ao nível científico como didático, que foram fundamentais para tirar o melhor de mim e trazer este trabalho a bom porto. Ao Professor Doutor João Paulo Avelãs Nunes, pela visão e enquadramento mais global da historiografia e da didática da História transmitidas nas suas aulas, mas também no seu acompanhamento e críticas que em muito contribuíram para uma maior solidez desta tese desde a idealização à sua concretização. À Professora Doutora Sara Dias Trindade pela sua disponibilidade e acompanhamento nas aulas de Didática da História, mas também pela sua supervisão atenta e cuidadosa do Estágio.

À Professora Orientadora Teresa Duarte, pela partilha do melhor da sua prática docente, pela compreensão, respeito e humanidade com que nos acolheu no seu dia a dia e pelo seu acompanhamento cuidado e brioso, cujas críticas e sugestões foram determinantes para o processo de aperfeiçoamento da minha prática docente ao longo deste ano. À minha colega

Elisa pela colaboração, apoio e diálogos construtivos, que permitiram que o Núcleo de Estágio fosse um espaço de trabalho, aprendizagem e de crescimento conjunto.

A todos os professores do Mestrado cujos ensinamentos ao longo destes dois anos foram essenciais para melhor conhecer a professora que quero ser, mas também aos colegas pelo apoio e entreaajuda, mas acima de tudo pela troca de ideias que me trouxeram aprendizagens tão importante na construção desta tese. À Escola Básica Eugénio de Castro, na personificação dos seus professores, funcionários e alunos que me receberam, acolheram e com quem muito aprendi. À Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e ao Centro de Documentação 25 de Abril, na pessoa dos seus funcionários, cuja disponibilidade e sugestões muito me ajudaram nestes dois anos. Ao investigador Pierre Marie (CES/CD25Abril e Rebobinar) que se interessou pelo meu projeto de fazer um Roteiro didático sobre o 25 de Abril em Coimbra e os seus antecedentes, tendo dedicado o seu tempo, paciência, interesse e dedicação para trabalhá-lo em conjunto comigo, tendo sido essencial a que este projeto se tenha tornado realidade.

A todos os que, contra ventos e marés, continuam a lutar por uma Escola Pública de Qualidade, como parte fundamental de garantir uma sociedade mais justa, livre e igualitária.

RESUMO

A História e o Património Cultural Local como estratégia no ensino-aprendizagem da História

O presente estudo é produto do Estágio desenvolvido no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário. É composto, numa primeira parte, pela descrição e reflexão sobre as atividades desenvolvidas durante a Prática de Ensino Supervisionada e, numa segunda parte, pela apresentação da investigação sobre a utilização didática da História e Património Cultural Local em duas turmas do 7º e 9º ano, respetivamente.

Tomou-se como ponto de partida que o surgimento de uma “Nova História Local” e das novas abordagens ao património local daí decorrentes, abriram novas possibilidades de trabalhar esta temática ao nível da didática da História, permitindo trazer para a sala de aula as novas fontes, metodologias e temáticas usadas por esta área da historiografia e uma visão mais complexa da História.

A questão que orientou a investigação pretendia compreender como a História e Património Cultural Local poderiam contribuir para melhorar a capacidade de os alunos se apropriarem do conhecimento histórico de carácter nacional e internacional. Procurou-se utilizar diversas atividades e metodologias que facilitassem a consolidação de conhecimentos históricos, mas também que desenvolvessem diversas capacidades e competências nos estudantes. Desta forma, o estudo realizado desdobrou-se num outro objetivo que era analisar qual a melhor estratégia para abordar a História e Património Cultural Local no âmbito da disciplina.

Os resultados dos estudos de caso que aqui se apresentam indicam que a História e Património Cultural Local podem contribuir para a apropriação de conhecimentos de carácter nacional e internacional e que tendem a apresentar maiores potencialidades quando combinadas com diferentes estratégias didáticas. Reconhecendo as potencialidades desta temática no ensino da História, procura-se ainda apontar algumas pistas para superar as limitações reais à sua aplicação no âmbito da prática docente.

Palavras-chave: História Local; Património Cultural Local; Ensino da História; Estratégias didáticas; 3º ciclo do Ensino Básico

ABSTRACT

Local History and Cultural Heritage as a strategy for teaching and learning History

The present study is the product of the Teacher Training Internship component of the Master's degree in Teaching History (7-12). It is divided into two parts. The first part offers a description of and reflection on the activities developed during the Supervised Teaching Practice Year. The second part presents the research carried out on the didactic use of Local History and Cultural Heritage in two classes of the 7th and 9th grades, respectively.

The study builds on the assumption that the emergence of a "New Local History" and resulting new approaches to local heritage have opened up new avenues for exploring this topic in History classes, allowing one to bring in the new sources, methodologies, and themes used by this subfield of historiography, as well as a more complex vision of History.

The research question that guided the study was the following: how can Local History and Cultural Heritage contribute to improve students' ability to take ownership of national and international historical knowledge? An attempt was made to use different activities and methodologies in order to facilitate the consolidation of historical knowledge, as well as to foster the development of different abilities and competences. Another goal of the present study is to analyze what the best strategy is to approach Local History and Cultural Heritage within the scope of the discipline.

The results of the case studies presented in the study indicates that Local History and Cultural Heritage can contribute to help students take ownership of national and international historical knowledge and tends to have greater potential when combined with different didactic strategies. Recognizing the potential of this theme in History teaching, the study also seeks to suggest ways of overcoming the very real limitations to its implementation during the Teaching Practice Year.

Keywords: Local History; Cultural Local Heritage; History Teaching; Didactic Strategies; 3rd cycle of Basic Education

ÍNDICE

Introdução	2
Capítulo I - Prática Pedagógica e Formativa	5
1.1. A Escola.....	5
1.2. As turmas.....	7
1.2.1. 7º ano X.....	8
1.2.2. 7º ano Y.....	9
1.2.3. 8º ano W.....	9
1.2.4. 9º ano Z.....	10
1.3. Atividades letivas.....	10
1.4. Atividades extraletivas.....	18
1.5. Núcleo de Estágio.....	20
1.6. Outras atividades formativas.....	21
1.7. Reflexão sobre a prática pedagógica.....	22
Capítulo II - A História e Patrimônio Cultural Local: breve enquadramento teórico	28
2.1. História Local no âmbito da historiografia.....	28
2.1.1. Em torno da definição de História Local.....	28
2.1.2. A evolução da História Local e o surgimento da “Nova História Local”.....	29
2.1.3. As mudanças na abordagem ao Patrimônio.....	33
2.2. A História e Patrimônio Local no ensino-aprendizagem da História.....	36
2.2.1. A História Local nos documentos orientadores do Ministério da Educação.....	35
2.2.2. As potencialidades da História e Patrimônio Local no ensino-aprendizagem da História.....	38
2.2.3. Desafios para a utilização didática da História e Patrimônio Local.....	43
Capítulo III - Projeto didático	46
3.1. Questão de Investigação e objetivos.....	46
3.2. Metodologia da investigação: o estudo de caso.....	46
3.3. Estudo de Caso 1 – A História e Patrimônio Local através das Aprendizagens Essenciais do 7º ano.....	47

3.3.1. Caraterização da amostra, do contexto e dos instrumentos de recolha de dados.....	47
3.3.2. Descrição das atividades.....	48
3.3.3. Análise de resultados.....	62
3.3.4. Reflexão sobre as atividades e os seus resultados.....	79
3.4. Estudo de caso 2 – Visita de Estudo “Roteiro sobre o 25 de Abril em Coimbra e os seus antecedentes”.....	83
3.4.1. Caraterização da amostra, do contexto e dos instrumentos de recolha de dados.....	83
3.4.2. Descrição das atividades.....	83
3.4.3. Análise de resultados.....	92
3.4.4. Reflexão sobre as atividades e os seus resultados.....	106
Considerações finais.....	111
Bibliografia	118
Legislação	124
Anexos	125

O renascer da História Local que atualmente se verifica, pouco ou nada tem a ver com estas descrições de índole ilustrativa, feitas muitas vezes com o intuito de conferir maior importância à sua região. Assiste-se presentemente ao desenvolvimento de uma História Local que visa tirar partido das novas metodologias, utilizando fontes quantitativas e qualitativas e cujos temas poderão ter aproveitamento didático motivador e estimulante. (Proença, 1990, p. 139)

Introdução

Este Relatório procura responder aos dois desafios centrais com que fui confrontada neste ano de Prática de Ensino Supervisionada. Por um lado, dotar-me de ferramentas pedagógicas e de experiência para poder no futuro levar a cabo com sucesso a tarefa de lecionar a disciplina de História, num processo que poderíamos chamar de passagem da teoria à prática. Por outro, foi-me proposto também que construísse e concretizasse um projeto de investigação didática em História com vista a aprofundar os meus conhecimentos e competências como professora, procurando analisar de forma mais sistemática os resultados de uma determinada estratégia de ensino-aprendizagem. O trabalho que aqui submeto procura, assim, apresentar como encarei estes desafios e os resultados dos mesmos no processo de construção da minha profissionalidade docente.

Neste sentido, o primeiro capítulo descreve de forma detalhada a experiência de estágio. Começa-se por contextualizar a Prática de Ensino Supervisionada no âmbito da Escola Básica 2/3 Eugénio de Castro, bem como das turmas com quem trabalhei ao longo do mesmo. Em seguida, descrevem-se as atividades letivas e extraletivas, a integração na comunidade escolar, o trabalho de intercâmbio e aperfeiçoamento no âmbito do Núcleo de Estágio, procurando dar uma visão global da experiência feita e do trabalho realizado ao longo de todo o ano letivo.

Quanto à investigação didática realizada, o tema escolhido foi a História e Património Cultural Local no ensino-aprendizagem da História. Embora tenha iniciado o trabalho com um foco essencialmente sobre a questão da História Local, o facto de a temática do património ser um pilar central do trabalho nesta área e, em particular, no estudo de caso desenvolvido no âmbito do 7º ano, justificou-se utilizar globalmente o conceito de História e Património Cultural Local. Preferimos especificar o termo enquanto Património Cultural Local, pois não podemos excluir outros tipos de património de âmbito local como o natural, por exemplo. Todavia, para efeitos de fluidez do texto passaremos a utilizar daqui para a frente o termo de História e Património Local como o objeto do trabalho aqui desenvolvido.

A História e o Património Local apresentam uma dupla faceta, pois são simultaneamente uma área dos estudos históricos, mas podem também ser uma estratégia didática no âmbito do ensino da disciplina. Num mundo cada vez mais atravessado pela globalização, qual a relevância de estudar e ensinar a História e Património Local? Segundo vários autores como Margarida Sobral Neto (2010, 2012), António Pedro Manique e Maria Cândida Proença (1994)

ou Luís Reis Torgal (1987), com o surgimento de uma “Nova História Local” e das novas abordagens ao património local daí decorrentes, abriram-se novas possibilidades de trabalhar esta temática ao nível da didática da História. A História e o Património Local deixam, assim, de poderem ser utilizadas apenas de um ponto de vista meramente ilustrativo ou da simples afirmação de uma cidade ou região, mas com o objetivo de trazer para a sala de aula as novas fontes e temáticas usadas por esta área da historiografia. Nesta perspetiva, esta nova abordagem à História e Património Local permitem a construção de experiências didáticas baseada numa visão complexa da História. Isto é particularmente importante se virmos o papel do professor de História para lá da aquisição de conteúdos tendo uma responsabilidade de formação mais totalizante, abrangendo as componentes cívicas e extraletivas (Nunes & Ribeiro, 2007). Foi a partir destes pressupostos que se desenvolveu a investigação didática que aqui se apresenta.

O segundo capítulo deste trabalho está, assim, dedicado a enquadrar teoricamente esta temática, localizando a História e o Património Local no contexto da investigação histórica (História-ciência), verificando as dificuldades na sua definição e a evolução dos estudos de carácter local até à chamada “Nova História Local” e das novas abordagens ao património delas decorrentes. Numa segunda parte do capítulo, procurou-se analisar as possíveis utilizações da História e Património Local no âmbito do ensino da História (História-docência). Para tal, fez-se um breve apanhado de como este tema aparece no contexto dos documentos orientadores do Ministério da Educação, as potencialidades didáticas enumeradas por vários autores, mas também os desafios e dificuldades que se podem encontrar para levá-lo para o dia a dia das escolas, professores e alunos.

No terceiro capítulo, apresentamos então os dois estudos de caso desenvolvidos neste âmbito com turmas do 7º e 9º ano, respetivamente. A questão que serviu como ponto de partida para a nossa investigação foi saber se a História e Património Local poderiam contribuir para melhorar a capacidade dos alunos se apropriarem do conhecimento histórico de carácter nacional e internacional. Nesse sentido, esta questão desdobrou-se em dois objetivos específicos, um primeiro que procura entender em que medida os alunos se apropriam da História e Património Local e, um segundo, que estuda a capacidade de relacionar a História Local com a História Nacional e Internacional.

Para analisar esta problemática, procurou-se utilizar diversos tipos de atividades e metodologias, que facilitassem a consolidação de conteúdos e análise dos conhecimentos históricos, mas que simultaneamente permitissem desenvolver diversas capacidades e competências previstas no Perfil do Aluno à Saída de Escolaridade Obrigatória (PASEO). Desta

forma, desdobrou-se um terceiro objetivo da nossa investigação que era perceber qual a melhor estratégia na abordagem à História e Património Local.

Este capítulo inicia-se, assim, com a apresentação da questão de investigação e objetivos que guiaram o trabalho, bem como da metodologia utilizada no mesmo. Em seguida, passou-se à descrição e análise dos dois estudos de caso, cada um deles enquadrado pela caracterização da amostra, do contexto e dos instrumentos de recolha de dados.

Por fim, procurou-se refletir sobre as atividades e seus resultados, de forma a retirar conclusões de dois estudos necessariamente exploratórios. Pretendeu-se, assim, mostrar a relevância de num mundo cada mais global investigar e ensinar-aprender sobre História e o Património Local, a partir de uma experiência concreta e viva, mas acima de tudo tendo por objetivo que estas experiências possam ajudar os estudantes a uma apreensão mais completa, complexa e motivante da disciplina de História.

Capítulo I - Prática Pedagógica e Formativa

A Prática de Ensino Supervisionada tratou-se de um momento fundamental na passagem da teoria à prática no ensino da História, configurando um enorme desafio a nível pessoal e profissional. Esta realizou-se na Escola Básica 2/3 Eugénio de Castro, iniciou-se no dia 29 de setembro de 2021 e terminou no dia 15 de junho de 2022. O Núcleo de Estágio era coordenado pela Professora Teresa Duarte e composto por mim e pela colega de mestrado Elisa Sousa. Procurarei fazer uma descrição do contexto em que o Estágio decorreu e das atividades letivas e extraletivas levadas a cabo, para no final refletir sobre o percurso pedagógico e formativo desenvolvido ao longo do ano escolar 2021/22.

1.1. A Escola

A Prática de Ensino Supervisionada foi realizada na Escola Básica 2/3 Eugénio de Castro, sede do Agrupamento de Escolas do mesmo nome, situado no concelho de Coimbra, mais especificamente na zona da Solum, na freguesia de S. António dos Olivais, a maior freguesia da região Centro e uma das maiores de Portugal.

O Agrupamento de Escolas integra a Escola Sede Eugénio de Castro (2º e 3º ciclo); o Centro Escolar da Solum Sul, que inclui a Escola Básica da Solum (1º ciclo) e o Jardim de Infância da Solum (Pré-escolar); a Escola Básica do Tovim (1º ciclo), com uma Unidade de Apoio Especializado, destinada a alunos do 1º Ciclo com perturbações do espectro do autismo; a Escola Básica do Dianteiro (a única do agrupamento que se situa noutra freguesia); e a Escola do Estabelecimento Prisional de Coimbra, onde funcionam cursos do 1º, 2º e 3º Ciclos (Cursos EFA), do 10º, 11º e 12º anos (Ensino Recorrente), e quatro cursos profissionais nas Oficinas (Cursos EFA). A visão apresentada no Plano do Agrupamento (PA) é a de ser “um conjunto de estabelecimentos escolares onde se educa com qualidade científica e humanista, num ambiente inclusivo.” (PA, p. 19).

A Escola Básica 2/3 Eugénio de Castro foi fundada a 6 de outubro de 1970, como Escola Preparatória, tendo no seu início funcionado em vários polos espalhados por diversos locais da cidade. A 16 de outubro de 1972 passou a funcionar nas atuais instalações. Em 2003 passou a sede de Agrupamento. A data de nascimento de Eugénio de Castro, patrono da escola, dia 4 de

março de 1869, é assinalado todos os anos por alunos, professores e funcionários como o dia do agrupamento.

A escola é composta por 6 blocos, 5 dos quais datados de 1972 e um pavilhão construído posteriormente no início dos anos 1990s. A escola tem 5 blocos destinados à prática letiva e um bloco para os Serviços, Órgãos de Direção, Cantina e Polivalente com bar. Conta com um Pavilhão Polidesportivo, campos de jogos exteriores, uma Sala de Professores, uma Biblioteca integrando a Rede de Bibliotecas Escolares, um Laboratório de Ciências, um de Física, um de Química, uma sala de TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação), um Gabinete destinado aos Serviços de Psicologia e Orientação, um Gabinete de Apoio ao Aluno e diversas salas de apoio à Educação Especial. Os blocos destinados à prática letiva que datam dos anos 1970s têm ainda uma característica arquitetónica interessante, com muitas janelas e pequenos canteiros; no centro do pavilhão têm um pequeno pátio/jardim interno, construindo-se as salas de aula em seu redor; os professores circulam por dentro e os alunos entram nas salas desde fora.

Todas as salas têm computador, projetor e estão dotadas de internet, embora sejam muito frequentes as falhas nos equipamentos. Existe rede *wireless* de internet na escola, mas é de difícil acesso, não permitindo por exemplo que todos os alunos liguem dispositivos móveis para a realização de uma atividade na sala de aula. O facto de não haver estores na maioria nas salas (com exceção do Pavilhão datado do início dos anos 1990s) torna muitas vezes a luminosidade natural um entrave a uma visualização correta dos materiais projetados.

É, nesse sentido, que no âmbito do Plano do Agrupamento (PA) se assinala como um dos pontos fracos: “estado de degradação da Escola Sede do Agrupamento, a necessitar de uma intervenção estrutural e ao nível, quer de aquecimento, quer de equipamentos indispensáveis ao desenvolvimento das atividades letivas e não letivas, designadamente, quadros interativos, computadores e projetores.” (PA, p. 17). Já como pontos fortes apontam-se, entre outros, boas práticas de autoavaliação, de liderança e gestão e boas prestações nos serviços educativos, bem como bons resultados académicos e sociais.

Em relação à oferta formativa, a escola sede alberga turmas do 2º e 3º ciclo de Ensino, num total de cerca de 600 alunos. Como disciplinas de opção, são facultadas, o Francês, o Espanhol e o Alemão, dependendo sempre de um número mínimo de alunos inscritos. Ao nível da opção artística, o Agrupamento proporciona as disciplinas de Dança, Artes Plásticas, Música, Multimédia e Oficina de Teatro.

Para além da oferta formativa curricular, a escola “promove a existência de projetos dinâmicos e iniciativas no âmbito de atividades de apoio ao currículo formal, com vista a facilitar o desenvolvimento de competências diversificadas” (PA, p. 13). Para tal disponibiliza

ainda diversas Atividades Curriculares Não Letivas, como Projetos, Ateliers, Clubes e Desporto Escolar, no sentido de desenvolver competências físicas, desportivas, pessoais, sociais, cívicas, ambientais, literárias, musicais, científicas, tecnológicas, estéticas, entre outras (PA, p. 15). Todavia, devido à pandemia da covid-19, os projetos que incluíam contacto entre diversas turmas estiveram suspensos no ano letivo em que se realizou a Prática Pedagógica Supervisionada, o que sem dúvida constituiu um obstáculo para uma visão mais do conjunto do trabalho da escola.

O agrupamento integra ainda um Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), tendo na Escola Básica 2/3 Eugénio de Castro uma Unidade Especializada de Apoio a alunos com Multideficiência, direcionada para alunos dos 2º e 3º Ciclos. Nesse sentido, a Equipa de Apoio Multidisciplinar à Educação Inclusiva conta em permanência na escola com 1 Docente da Direção, 1 Docente de Educação Especial, 3 elementos do Conselho Pedagógico e 1 Psicólogo, além de outros elementos variáveis.

A escola conta com uma Associação de Pais e uma Associação de Estudantes, constituída por alunos com idade igual ou superior a 14 anos.

Os temas do projeto educativo da escola para o triénio 2020/2023 são os temas do Ambiente e a Saúde e Bem-Estar, que se devem cruzar de forma transversal com os da Cidadania (PA, p. 21). Para operacionalizar o Projeto Educativo e a Estratégia da Educação para a Cidadania do Agrupamento, o mesmo colabora e/ou estabelece parcerias com várias entidades, como por exemplo Centro Saúde de Celas ou Associação para o Planeamento da Família (APF).

A população escolar é composta maioritariamente por alunos que habitam a área geográfica na qual se insere a escola, mas integra também alunos que morando em localidades próximas, estudam na mesma por proximidade ao local de trabalho dos Pais/Encarregados de Educação.

1.2. As turmas

Ao longo do Estágio foi possível contactar com turmas dos três níveis de ensino do 3º ciclo, tendo sido essa diversificação uma experiência muito positiva.

O Estágio iniciou-se centralmente com a assistência das aulas da disciplina de História da professora orientadora em duas turmas do 7º ano e uma turma do 8º ano, que foram as turmas com que se acordou que trabalhariam as estagiárias. Posteriormente, a partir da proposta de um

projeto sobre o 25 de Abril em Coimbra, no âmbito da investigação didática a realizar como parte do Mestrado foi integrada também, no meu plano de trabalho, uma turma do 9º ano.

A disciplina de Cidadania e Desenvolvimento não integrava o horário da professora orientadora, pelo que se estabeleceu como objetivo de o Núcleo de Estágio acompanhar apenas pelo menos uma aula de outra professora e reunir com a coordenadora da disciplina para tomarmos contacto do trabalho realizado no âmbito da mesma.

De forma a garantir o anonimato dos alunos e proteger as informações que lhes digam respeito, faremos uma caracterização breve, sem identificação de turma, nomes ou números de alunos. Nesse sentido, identificaremos a turma pelo seu ano de escolaridade (ex.: 7 ou 8) e com uma letra (ex.: X ou Y) que não corresponde a nenhuma na escola existente.

1.2.1. 7º ano X

A turma é constituída por 21 estudantes, 8 rapazes e 13 raparigas, que à data da matrícula tinham idades compreendidas entre os 11 e os 14 anos. No que toca à nacionalidade, 19 alunos têm nacionalidade portuguesa, 1 aluno brasileira e 1 aluno angolana. Na turma existem 2 alunos que beneficiam de medidas seletivas de apoio à aprendizagem conforme estabelecido pelo Decreto-lei 54/2018; quanto a apoios sociais, 2 alunos beneficiam do Escalão A e 3 do Escalão B. Destaca-se ainda que 16 dos 21 alunos têm encarregados de educação com o ensino superior, o que nos remete para o facto de ser uma turma de nível cultural de origem média/alta.

Era uma turma com assiduidade, pontualidade e comportamento muito regular (apenas 1 elemento apresentou repreensões de comportamento, embora não no âmbito da disciplina de História), tendo alunos em geral interessados e com bons hábitos de estudo. Uma parte dos alunos já vinham juntos desde o 2º ciclo, existindo um ambiente coletivo bastante positivo. Na turma existia um aluno com Necessidades Especiais, centradas a nível motor; havia uma plena integração do mesmo, sendo que os colegas colaboravam no apoio ao mesmo (escrita de sumários e apontamentos, trabalho de pares e/ou grupo, etc.) nas aulas em que não estava presente a professora de ensino especial.

A maioria dos alunos nunca teve retenções, havendo 1 que ficou retido no 1º ciclo, outro no 2º ciclo e outro no 3º ciclo. No início do ano letivo existiam 9 alunos na turma propostos para o quadro de mérito e 8 alunos com medidas universais a pelo menos uma disciplina no âmbito do Decreto-Lei 54/2018. Nesse sentido, podemos dizer que é uma turma globalmente com bons resultados académicos, mas com desigualdades na participação e acompanhamento das aprendizagens e tarefas fora da sala de aula.

1.2.2. 7º ano Y

A turma é constituída por 23 estudantes, 17 rapazes e 6 raparigas, que à data da matrícula tinham idades compreendidas entre os 11 e os 13 anos. Na turma existem 3 alunos que beneficiam de medidas seletivas de apoio à aprendizagem conforme estabelecido pelo Decreto-lei 54/2018.

Relativamente à escolaridade dos pais, 12 têm o Ensino Básico e Secundário e 22 têm formação Superior (Licenciatura, Mestrado ou Doutoramento) e 12 não apresentam dados, sendo por isso o nível escolaridade de origem médio/superior.

Era uma turma com assiduidade regular, mas com tendência a alguns atrasos que condicionavam o início da aula. Ao nível do comportamento, apresentava uma importante tendência à dispersão e às conversas paralelas, com alguns elementos particularmente propensos a um comportamento desestabilizador e por vezes indisciplinado, sendo necessárias estratégias e um planeamento adequado para que se mantivesse a atenção constante dos discentes durante o conjunto da aula. No entanto, era uma turma bastante participativa, com resultados globalmente positivos, embora com pouca autonomia de trabalho (implicando grande acompanhamento e orientação) e pouco empenhada na realização de tarefas fora da sala de aula.

1.2.3. 8º ano W

A turma é constituída por 29 estudantes, 16 rapazes e 13 raparigas, com uma média de idades de 13 anos. Relativamente à nacionalidade, 27 alunos têm nacionalidade portuguesa, 1 aluno tem nacionalidade brasileira e 1 moçambicana.

Na turma existe um estudante que beneficia de medidas seletivas de apoio à aprendizagem conforme estabelecido pelo Decreto-lei 54/2018; no que toca a Serviços de Apoio Socioeconómico, 1 aluno beneficia do Escalão A. Destaca-se ainda que 24 dos 29 alunos têm encarregados de educação com o ensino superior, o que nos remete para o facto de ser uma turma de nível cultural de origem média/alta.

Era uma turma com assiduidade regular. Ao nível da pontualidade a maioria dos alunos era cumpridor, mas existiam alguns atrasos, que às vezes afetavam o início da aula. Sendo uma turma com bons resultados académicos e sem histórico de retenções, apresentava desigualdades relevantes no nível dos ritmos de aprendizagens e hábitos de estudo. A turma era muito numerosa e numa faixa etária de transição importante na adolescência, revelando uma tendência

ao comportamento distrativo e irrequieto da parte de alguns elementos, e principalmente uma participação desorganizada. A chegada de um aluno vindo de fora do país no segundo período não foi de integração fácil, não tendo havido um clima coletivo propício. Apesar de um ambiente letivo globalmente positivo na turma, existiam diferentes grupos, nem sempre com uma relação positiva entre si.

1.2.4. 9º ano Z

A turma é constituída por 25 estudantes, 12 rapazes e 13 raparigas, que à data da matrícula tinham uma média de idades de 14 anos. Relativamente à nacionalidade, 24 alunos têm nacionalidade portuguesa, existindo 1 aluno com nacionalidade brasileira.

Na turma existem 3 alunos que beneficiam de medidas seletivas de apoio à aprendizagem conforme estabelecido pelo Decreto-lei 54/2018; no que toca a Serviços de Apoio Socioeconómico, 5 alunos beneficiam do Escalão A. Relativamente à escolaridade dos encarregados de educação, 15 têm o ensino superior e 10 terminaram o ensino básico e secundário.

Quanto ao aproveitamento escolar, 3 alunos tiveram retenções no 1º ciclo e 1 no 2º ciclo, 11 alunos beneficiam de medidas universais a alguma disciplina e 3 medidas seletivas a História. Por outro lado, 6 alunos estavam propostos para o quadro de mérito.

Era uma turma com assiduidade, pontualidade e comportamento muito regular, com alunos em geral bastante interessados e com bons hábitos de estudo, apesar da tendência a uma participação desorganizada, principalmente por parte dos elementos masculinos da turma. Nesse sentido, podemos dizer que é uma turma globalmente com bons resultados académicos, mas com desigualdades na participação e ao nível das aprendizagens.

1.3. Atividades letivas

Ao longo do ano letivo foram várias as atividades em que estive envolvida, sejam aquelas a que me propus no meu Plano Individual de Formação (Anexo 1), sejam outras que posteriormente foi possível integrar.

Tal como previsto, observei várias aulas da minha orientadora nos diferentes níveis de escolaridade. Estas foram fundamentais para conhecer na prática uma grande diversidade de estratégias pedagógicas e para aprender a fazer um trabalho de fontes eficientes em sala de aula (fundamental em História). Foram ainda fundamentais para aprender a formular questões e

construir um diálogo sistemático com os alunos, com o objetivo de conseguir um processo de ensino-aprendizagem dinâmico. No último mês de aulas, a professora orientadora ficou ainda encarregue de substituir a colega que lecionava a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento na turma do 8º W, o que tornou possível, o objetivo de assistir a uma aula desta disciplina que ainda não tinha conseguido concretizar. Além disso, observei todas as aulas lecionadas da minha colega de estágio, com exceção de um pequeno período que não o pude fazer por motivos de doença.

A cargo do Núcleo de Estágio ficaram no 1º período as turmas 7ºX, 7ºY e 8ºW, alternando-se as aulas entre as duas estagiárias. No 2º e 3º período, continuámos a trabalhar com as turmas do 7º ano em conjunto, mas decidiu-se no Núcleo de Estágio que cada estagiária se focaria também no trabalho com uma turma de outro nível de ensino, que permitisse também diversificar a experiência de ensino e melhor levar a cabo os nossos projetos de investigação didática. Esta decisão foi tomada ainda, tendo em conta, que era mais difícil dividir entre as estagiárias estas turmas com menor carga horária. Assim, a colega Elisa aprofundou o trabalho com o 8ºW, e eu deixei de lecionar a esta turma (embora continuasse a acompanhar as suas atividades e assistir às suas aulas) e comecei a lecionar e acompanhar mais de perto o 9ºZ.

Nas turmas do 7º ano tínhamos 3 tempos semanais de 45min (uma aula de 45min e uma de 90min) e nas turmas de 8º e 9º ano tínhamos 2 tempos de 45min por semana. No caso das turmas em que as duas estagiárias trabalhavam em conjunto, realizou-se uma planificação das aulas a lecionar por cada uma e pela professora orientadora, em cada período. No meu caso, lecionei ainda 5 aulas de 45min à turma 9ºV, onde não assisti a aulas nem trabalhei de forma sistemática, tendo apenas lecionado lá como forma de aprofundar a prática letiva e para experimentar também lecionar a uma turma com quem não tinha tido contacto até ao momento da aula. Assim, no total lecionei 51 aulas de 45min, mais 5 aulas que planifiquei, mas que por motivos de doença não foi possível concretizar.

Tendo no primeiro ano do Mestrado aprendido as bases para a planificação de aulas, inicialmente a dificuldade que mais senti neste âmbito foi adequar as propostas à turma e aos tempos da mesma, escolhendo um número adequado de recursos para trabalhar corretamente. Parti sempre da legislação e documentos em vigor para a disciplina de História ao nível do 3º ciclo, tendo como pilar as Aprendizagens Essenciais, mas recorrendo também às Metas Curriculares e Programas, que mesmo não estando hoje vigentes sempre me foram úteis para melhor formular objetivos de aprendizagem para as minhas aulas. Também tive uma preocupação especial com os vários momentos da aula (início/motivação; desenvolvimento;

síntese), procurando levar em conta as características das turmas, mas também a necessidade de manutenção de um ritmo continuado da aula.

Foi um desafio a gestão do tempo de aula, atendendo à dinâmica diferenciada das de 45min e 90min, e ao período de concentração dos alunos, combinando os momentos mais expositivos com momentos de maior autonomia, e de aplicação e consolidação de aprendizagens. Com o decorrer do número de aulas, passou a ser mais fácil de gerir as estratégias, a exploração de recursos e a dinâmica da turma no tempo da aula, tendo conseguido manter o ritmo da aula viva e motivadora, e fazendo as adaptações necessárias quando surgiam imprevistos ou alguma tarefa levava mais tempo que o esperado. Em particular, nas de 45min escolher entre o fundamental e o acessório foi um exercício que levou algum tempo, mas que foi importante e cujo desafio consegui superar.

Além das aulas, aprendi também a planificar outro tipo de atividades letivas como as visitas de estudo tanto a nível pedagógico e técnico, construindo materiais de preparação, roteiros, selecionando conteúdos e exercícios para a aplicação durante as mesmas.

Na preparação das aulas dei sempre muita importância aos aspetos científicos como base para as mesmas. Nesse sentido, aprofundei o meu estudo nas temáticas a lecionar, o que me permitiu, sempre que necessário, ir além das propostas dos Manuais, tanto nos materiais como nas problemáticas a apresentar à turma. Tive uma preocupação constante de apresentar aos alunos versões atualizadas da historiografia e uma visão da História como uma ciência viva, onde se cruzam diferentes perspetivas, e cujo conhecimento se vai construindo e aperfeiçoando com novas investigações. Ainda neste campo, procurei nas minhas aulas fazer pontes entre a matéria lecionada e a atualidade, que me parecem centrais para afirmar a centralidade da História não apenas como uma disciplina do passado, mas também para compreender o presente.

A área didática era a que me apresentava maior desafio, por ser um campo novo de atuação para mim. Consegui estabelecer uma boa relação com as turmas com quem trabalhei, o que me parece central na medida em que o diálogo e relação humana professor/aluno é determinante para que a mensagem chegue ao outro lado. Nas turmas onde lecionei, procurei apoiar todos os alunos, ao abrigo do Dec. Lei 54/2018, aplicando as medidas educativas adequadas ao perfil e dificuldade dos mesmos. Foi particularmente desafiante o trabalho com um aluno com Necessidades Especiais do 7ºX; mas estimulá-lo, dar-lhe a atenção e oportunidades necessárias para se desenvolver em igualdade com os restantes colegas foi uma experiência de grande aprendizagem para mim.

Em geral, as turmas com que trabalhei tinham um comportamento globalmente positivo, não havendo problemas de disciplina. Nesse sentido, o principal desafio que encontrei na gestão da sala de aula foi, em algumas turmas, a tendência à conversa paralela que incomoda a aprendizagem do conjunto da turma; noutras turmas foi a tendência à participação desordenada, “falando uns por cima dos outros”. Além das chamadas de atenção, procurei envolver os alunos mais faladores em tarefas concretas durante a aula, com o objetivo de superar essas situações, o que globalmente funcionou. Foi importante conhecer as diferenças entre turmas para planear atividades que levassem em conta as suas características não só de aprendizagem e empenho, mas também ao nível do seu comportamento e tendência à distração. Isso levou-me a entender que, por exemplo, certas estratégias como o trabalho de grupo em sala de aula em turmas dispersivas tende a ter menor proveito que em turmas com maior concentração.

No início, a maior dificuldade que sentia era fazer um bom trabalho com os alunos alicerçada em fontes históricas e conseguir construir uma aula dinâmica, baseada num diálogo com os alunos. Depois de ter observado várias aulas da professora orientadora e seguindo as suas propostas e correções ao longo de todo o ano letivo, fui evoluindo nestes dois campos, construindo aulas baseadas no diálogo e percebendo melhor como formular e reformular questões, com objetivo de que os alunos conseguissem extrair informações das fontes. Nesse sentido, consegui alcançar o que era o meu principal desafio: lecionar os conteúdos relevantes, levando simultaneamente os alunos a construir o seu conhecimento, participarem e acompanharem as aulas com interesse.

Ao nível dos materiais, procurei utilizar o Manual e os recursos digitais a ele associados, mas acima de tudo selecionei materiais diversificados para as minhas aulas (fontes escritas, textos historiográficos, imagem, vídeo/documentário, filme de ficção, música, banda desenhada, etc.), adequados à faixa etária e características das turmas, fazendo o enquadramento necessário para uma melhor compreensão das mesmas. Utilizei como base condutora das minhas aulas, apresentações de PowerPoint construídas de raiz por mim, com conteúdos históricos e imagens que tivessem uma função estética, mas que pudessem também ser exploradas e interpretadas em diálogo com os alunos na sala de aula.

As condições tecnológicas da escola eram muito difíceis como descrito atrás no 1.1., mas, apesar disso, integrei as tecnologias na prática letiva, de forma adaptada às condições existentes. Além de um trabalho sistemático com o *GoogleClassRoom*, integrei a utilização de programas como o *Sway* na construção de um roteiro de apoio à visita de estudo do 9º ano, recorri ao *Canva* para melhorar o carácter gráfico do material produzido, construí *quizzes* próprios na Plataforma da Escola Virtual e, no âmbito do Núcleo de Estágio, aprendi a utilizar o

GoogleForms para a construção de instrumentos de avaliação, bem como questionários de opinião sobre o trabalho realizado com os alunos.

No que toca às estratégias didáticas, a pandemia da covid-19 colocou algumas limitações durante grande parte do ano letivo em que houve orientações para não realizar trabalhos de grupo ou saídas da escola, por exemplo, tendo essas medidas sido progressivamente levantadas a partir do mês de abril, com a maior abertura a nível nacional das restrições.

Apesar disso, pude aprender muito não apenas com as estratégias que apliquei, mas também com as levadas a cabo pela professora orientadora e pela minha colega de estágio. O 7º ano, em que tínhamos 3 tempos semanais proporcionou maior utilização de estratégias didáticas diferentes, enquanto, no 8º e 9º ano, o tempo curto e a extensão dos programas, não proporcionou tantas experiências neste campo. Nesse sentido, colaborei, com a professora orientadora, em experiências didáticas muito interessantes, como o concurso “Artista Bué Rupestre e Bué Megalítico” no âmbito do qual os alunos do 7º ano produziam peças de arte ou instrumentos pré-históricos; a descrição escrita pelos alunos também do 7º ano de “O dia de um caçador do Paleolítico” ou a apresentação pelos alunos das propostas de agências de viagens para “Um roteiro por Roma Antiga”, ainda neste ano de escolaridade. Também participei da construção do “Estendal das Especiarias” a partir dos produtos trazidos de casa pelos alunos no âmbito do estudo das rotas de comércio no 8º ano. No 9º ano acompanhei ainda a proposta de os alunos escreverem “A carta do Soldado das Trincheiras”, que depois iria a concurso. A minha colega Elisa realizou ainda dramatizações históricas de contratos de vassalagem com o 7º ano e do período pombalino com os do 8º ano, que foram muito úteis para perceber também a potencialidade desta estratégia.

Fiz também algumas experiências inovadoras com os alunos como a realização de um Jogo de Palavras Proibidas sobre a sociedade do Antigo Egito, que depois aperfeiçoei como Jogo de Palavras Proibidas sobre Roma Antiga, que levei a cabo com a colega Elisa como estratégia de revisão de matéria para a ficha de avaliação. No último período, realizei um Jogo de consolidação do subdomínio “A cultura portuguesa face aos modelos europeus”, em que integrei três tipos de tarefas que os alunos deviam realizar para que os colegas pudessem adivinhar o conteúdo: perguntas estilo Trivial Pursuit, Palavras Proibidas e desenho de elementos de Arte Românica e Gótica.

Tendo em conta o tema de investigação do meu relatório de estágio, na minha prática letiva, dei particular relevo à relação das temáticas inscritas nas Aprendizagens Essenciais com a História e Patrimônio Local. Assim, procurei associar esta temática a atividades mais

inovadoras a nível pedagógico, em particular no 2º semestre, pela melhoria das condições da pandemia, por já ter construído uma relação maior com as turmas e por ter maior segurança na lecionação. Com o 7º ano desenvolvi a atividade “Estações de Investigação sobre a importância de Coimbra no período de formação de Portugal” e um roteiro para a visita de estudo à Alta da cidade, onde se articularam os conteúdos dos vários domínios lecionados ao longo do ano letivo. No 9º ano preparei em conjunto com o investigador Pierre Marie (Projeto 25AprilPTLab - CES-CD25Abril¹) um percurso por alguns locais históricos do “25 de Abril de 1974 em Coimbra e os seus antecedentes”, tendo por base os percursos já anteriormente realizados por este investigador, com as adequações necessárias à matéria e alunos em questão. Para tal preparei um roteiro detalhado que ajudasse os alunos a acompanhar a mesma, tendo em mãos fotos e outras fontes da época. Estas atividades serão descritas em maior profundidade no terceiro capítulo deste trabalho.

Relativamente à avaliação, ao nível do Núcleo de Estágio, a professora orientadora partilhou connosco alguns exemplos de grelhas de observação direta para podermos aplicar nas nossas aulas, como guia de análise da participação dos alunos.

No que concerne à avaliação formativa, construí a nível individual, mas com revisão e correção da professora orientadora, materiais de avaliação formativa que apliquei nas minhas aulas e também na visita de estudo do 7º X, permitindo aferir a evolução dos alunos e aperfeiçoar a minha prática pedagógica aos alunos e às suas necessidades. Complementei estes instrumentos próprios ainda com o recurso a exercícios do Manual e das plataformas digitais.

Quanto à avaliação sumativa, no Núcleo de Estágio discutimos e acompanhámos a elaboração de matrizes e fichas de avaliação, bem como dos seus critérios de correção, nos âmbitos propostos pela orientadora. Ficou ainda acordada a correção parcial de fichas de avaliação sumativa do 7º ano pelas duas estagiárias, sendo sempre este trabalho de conjunto supervisionado pela professora orientadora. Além disso, colaborei sempre que solicitado, no apoio à aplicação das Ficha de Avaliação a alunos ao abrigo do decreto-lei 54/2018, bem como na vigilância à realização de fichas de avaliação por outros alunos.

¹ Este é um projeto de parceria entre o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e o Centro de Documentação 25 de Abril, ambos da Universidade de Coimbra. Como se refere na página de apresentação do Projeto: “25AprilPTLab é um projeto de investigação que desenvolve uma plataforma online sobre a história do período de transição para a democracia portuguesa (...), direcionada principalmente à comunidade educativa, mas aberta também ao público em geral. A plataforma é composta por um repositório de conteúdos digitais tratados pela equipa de investigação (...).” (CES-UC, 2017). Para aceder à plataforma: <https://25aprilptlab.ces.uc.pt/>. Para uma descrição mais pormenorizada do Projeto consultar: <https://ces.uc.pt/pt/investigacao/projetos-de-investigacao/25aprilptlab>

No caso do 9º ano Z, o trabalho de grupo que foi proposto aos alunos para a exposição do 25 de Abril na escola, integrou a avaliação sumativa dos mesmos no 3º período. Nesse sentido, construí o roteiro para a realização dos trabalhos pelos alunos, os parâmetros de avaliação, corriji e avalei os trabalhos, supervisionada pela orientadora, o que foi uma experiência muito enriquecedora.

Além disso, no 3º período, tanto no caso do 8º W e do 9ºZ, a avaliação sumativa integrou ainda apresentações orais de trabalhos de grupo, tendo sido proposto no âmbito do Núcleo de Estágio colaborarmos no preenchimento de grelhas para a sua análise, o que foi também muito importante e útil para o futuro, permitindo-me ficar com uma experiência abrangente ao nível da utilização e aplicação de diversos materiais de avaliação.

No Núcleo de Estágio vimos ainda a importância de tomar contacto com outras atividades letivas fora da sala de aula. Nesse sentido, assisti ao trabalho de apoio realizado no âmbito da Sala de Estudo, embora este em geral tenha tido pouca adesão, servindo a alguns alunos por exemplo para tirar dúvidas mais perto do teste. Já a Antecipação e Reforço de Aprendizagens (ARA), ao abrigo do Decreto-lei 54/2018, deu-se regularmente com a participação dos elementos indicados ao nível da turma do 9º Z, que me permitiu entender a importância da consolidação dos conteúdos lecionados em sala de aula para os alunos com Necessidades Especiais e amplitude das diversas valências do trabalho do professor numa escola.

Além da disciplina de História, eu e a colega Elisa realizámos uma reunião com a professora Fátima Patrão, coordenadora da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, com o objetivo de conhecer como funcionava a mesma e quais os projetos e prioridades desta na escola. Já no 3º período assistimos a uma aula de Cidadania e Desenvolvimento do 8ºW, lecionada pela nossa orientadora em substituição da docente de baixa, onde os alunos apresentaram os principais conteúdos trabalhados ao longo do ano, as metodologias da disciplina e trabalharam em grupo sobre a construção de cartazes, como divulgação dos conteúdos da temática do Desenvolvimento Sustentável. Sendo esta uma disciplina lecionada também por professores de História, embora eu não tenha lecionado nesta área, considero que foi positiva a possibilidade de conhecer a articulação da disciplina na Escola onde realizei o estágio, como preparação para o trabalho a desenvolver no futuro como professora.

Por Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho, o Governo estipulou os “Domínios de autonomia curricular” (DAC). No caso da Escola Básica 2/3 Eugénio de Castro no ano letivo 2021/2022 foram implementados pela primeira vez estes projetos, tendo como tema globalizante “Coimbra, Menina e Moça”, o que dando centralidade à ligação da escola à cidade se ligou muito bem com o tema da minha investigação didática. Dentro deste tema geral, existia um

subtema por ano e um subtema por turma. O tema do 7º ano era "Coimbra e seus valores", o do 8º ano "O Ambiente da cidade" e o do 9º ano "Coimbra aberta ao Mundo". No Núcleo de Estágio ficou acordado que as estagiárias integrariam os projetos nas turmas em que estavam a trabalhar.

No caso do 7º ano X, o Núcleo de Estágio foi o pilar central, junto com a disciplina de Ciências da Natureza para idealização, planeamento e concretização do projeto DAC da turma que se concretizou na realização de uma visita de estudo intitulada "Roteiro Histórico e Científico pela Alta de Coimbra", para o qual também a disciplina de Educação Musical contribuiu com música da época. Nesse contexto, construí com a colega Elisa a proposta de percurso, os contactos com a Sé Velha e Museu Nacional Machado Castro para a sua concretização. Produzimos um Roteiro/Caderno de Campo para os alunos preencherem durante o mesmo e realizámos a planificação pedagógica e científica, bem como a articulação dos pedidos de autorização aos Encarregados de Educação.

No caso do 7º ano Y, apoiámos e supervisionámos os alunos na construção de textos, no âmbito da disciplina de História, para que apresentassem o Ensino na Idade Média e na atual Universidade de Coimbra. Foram executadas e filmadas leituras dramatizadas de textos no dia 7 de junho com a supervisão do Núcleo de Estágio, em conjunto com a disciplina de Português.

No 8º ano W, a participação no projeto DAC da turma no âmbito do Núcleo de Estágio foi realizado, essencialmente, pela colega Elisa que no 2º e 3º período foi quem esteve a trabalhar com a turma, tendo preparado dramatizações históricas com os alunos. No meu caso, participei e apoiei a concretização da visita de estudo e das dramatizações históricas já no Jardim Botânico da Universidade de Coimbra no dia 15 de junho de 2022, que teve como produto final a construção do vídeo da turma.

No 9º ano Z, o trabalho do Núcleo de Estágio para o projeto ficou sob a minha responsabilidade, pois era eu quem estava a trabalhar com a turma. Contribuí com a correção científica da narração sobre a história da cidade de Coimbra que iniciava o vídeo da turma no âmbito deste projeto. Foi também integrado no vídeo da turma um dos momentos da visita de estudo dinamizada sobre o "25 de Abril em Coimbra e os seus antecedentes", em que se escutou na Rua das Matemáticas a "Trova do Vento que Passa" de Adriano Correia de Oliveira.

1.4. Atividades extraletivas

A presença do Núcleo de Estágio na Escola fez-se ainda sentir noutros âmbitos. No primeiro período, realizámos uma exposição na escola com os trabalhos dos alunos do 7º ano no âmbito do concurso “Artista Bué Rupestre e Bué Megalítico” (Anexo 2).

No dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, organizei em conjunto com a colega Elisa a realização de uma Aula Aberta de História na Biblioteca da Escola para as turmas do 7º X e Y, 8º W e 9ºZ. Projetamos o filme “As Sufragistas” (2015) com alguns cortes, tendo trabalhado o enquadramento histórico do mesmo com os alunos e realizado a partir daí a ponte para a atualidade com os problemas da igualdade de género hoje. No mesmo âmbito articulámos com a Biblioteca uma exposição de livros da Biblioteca de autoras mulheres durante essa semana (Anexo 3).

Com uma maior abertura à realização de atividades na escola a partir do 3º período, em que se passou a poder convidar pessoas de fora a realizar ações dentro do espaço escolar, foi possível dar uma dimensão maior às comemorações do 25 de Abril que eram um evento importante de atividades para todo o grupo de História. Assim, no dia 22 de abril, os professores do Grupo de História e de outras disciplinas como Português dinamizaram a leitura de poemas alusivos ao dia e distribuição de cravos. No âmbito do Núcleo de Estágio, fiz a proposta de construção de uma exposição dos trabalhos dos alunos do 9º ano relativos ao “25 de abril em Coimbra e os seus antecedentes” e que tinham por objetivo socializar com a escola os conteúdos de História Local e Nacional relativos a esta temática lecionados no âmbito da visita de estudo realizada pela turma do 9º Z. O Núcleo de Estágio apoiou os alunos na construção da exposição, a colega Elisa preparou um expositor sobre o Teatro Universitário na Oposição ao Estado Novo com materiais da época e eu preparei um expositor com a apresentação da exposição para a escola, reforçando alguns elementos históricos que tinham ficado mais frágeis nos trabalhos dos alunos e trazendo também mais algumas fotos e capas de jornais da época em Coimbra que me pareceram uma ilustração importante para a mesma. A exposição foi montada no Polivalente da Escola, acompanhada da projeção de música e imagens da época. Organizei ainda uma Conferência relativa ao mesmo tema “25 de abril em Coimbra” com o investigador Pierre Marie (25AprilPTLab/Rebobinar), dirigida a duas turmas do 9º ano e a uma turma do 8º ano da professora orientadora, mas em que participaram diversos outros elementos da comunidade escolar (Anexo 4). Todas estas atividades alusivas ao 25 de Abril configuraram um momento de projeção importante da disciplina de História e um ponto alto da intervenção do Núcleo de Estágio na escola.

Já noutra âmbito foi importante a participação nas reuniões do Grupo de História (400). Quando chegámos à escola no final de setembro, as planificações de longo prazo já estavam feitas, sendo no âmbito do grupo que tivemos acesso às mesmas. Estas reuniões foram importantes para tomar contacto com o funcionamento do grupo. Além disso, foi neste contexto que se levaram a cabo tarefas como construir um plano de atividades da disciplina de História na escola para o ano letivo em questão, selecionar as Aprendizagens Essenciais a trabalhar nas DAC dos vários níveis de escolaridade do 3º ciclo, acompanhar os ritmos na lecionação do programa de História pelos vários professores, tomar contacto com as informações e critérios de construção da Prova de Equivalência à Frequência ou decidir qual o Manual Escolar a adotar pelo 8º ano de escolaridade para o próximo ano letivo.

No que concerne às reuniões dos Conselhos de Turma, as estagiárias foram autorizadas a participar como observadoras nas reuniões intercalares de novembro e fevereiro, nas turmas que estavam a acompanhar. Estas foram particularmente úteis para ter uma visão das turmas e dos alunos de conjunto, verificando-se algumas vezes que existiam diferenças entre a disciplina de História e as visões dos professores de outras disciplinas sobre alunos concretos e a turma em geral. Estas reuniões tiveram também importância para conhecer com a forma como a escola aplica as medidas universais e seletivas no âmbito do Decreto-lei 54/2018, bem como a realidade extraescola de alguns alunos (situações familiares, psicológicas, etc.), o que me ajudou a procurar ter uma resposta mais personalizada a cada aluno. Finalmente, estas reuniões permitiram conhecer os Planos de Trabalho das Turmas e os projetos DAC, cabendo neste âmbito ao Núcleo de Estágio contribuir com as propostas que havia discutido e integrando-as no conjunto dos projetos da turma.

Além disso, com a colega Elisa, realizei reuniões com os responsáveis de cada área, como a professora do Ensino Especial que acompanhava as turmas com quem trabalhávamos e o Psicólogo do Gabinete de Apoio Psicológico. Participei ainda numa sessão de formação para os professores do 7º ano, organizada pelo Gabinete de Apoio ao Aluno “Contigo Mais” em conjunto com o Centro de Saúde de Celas, com o objetivo de sensibilização para boas práticas na Prevenção do Suicídio Adolescente. Estas reuniões e iniciativas foram importantes para ter uma visão mais ampla das valências da escola, por um lado, mas também para melhor conhecer e integrar a comunidade escolar de conjunto.

1.5. O Núcleo de Estágio

O Núcleo de Estágio abriu este ano letivo na Escola Básica 2/3 Eugénio de Castro. A Professora Teresa Duarte esteve pela primeira vez a orientar estágio, sempre em coordenação e colaboração com as Professoras responsáveis ao nível da Universidade. O facto de ser uma nova experiência para todas as professoras (orientadora e estagiárias) obrigou-nos também a construir este espaço com a colaboração de todas, embora obviamente sobre a supervisão coordenação da Professora Teresa.

Os seminários pedagógicos realizavam-se à terça de forma mais breve e à quinta-feira com mais tempo de trabalho. Aí tomamos contacto com os documentos que enquadram a prática docente da disciplina, seja ao nível nacional, mas também da própria escola; planificávamos as atividades letivas e extraletivas das estagiárias e do Núcleo de conjunto, discutíamos as aulas lecionadas abordando os aspetos mais positivos e os aspetos a melhorar; analisávamos matrizes e materiais de avaliação, bem como os seus critérios de correção. Para sistematizar toda a informação e trabalho realizado, construiu-se também uma página na *GoogleClassRoom* dedicada ao Núcleo de Estágio, composta pelos documentos centrais, as planificações, materiais das aulas lecionadas e outros produzidos no âmbito das atividades realizadas na Escola.

No início, foi muito importante termos assistido a várias aulas da professora orientadora e em seguida trocar impressões e colocar perguntas sobre as mesmas no Núcleo de Estágio. Por sugestão da Professora Teresa, antes da nossa primeira aula, fizemos uma “Aula zero” no dia 21 de outubro, para nos ambientarmos ao contacto com a turma já como professoras, mas sem a “pressão” de uma planificação e conteúdos a lecionar, o que viria a acontecer apenas no mês de novembro. Nessa “Aula zero”, os alunos realizaram uma ficha formativa de preparação para o teste; dividiu-se a ficha em duas partes e cada estagiária fez a correção de forma oral com a turma da parte que lhe correspondia. Foi um primeiro exercício importante para trabalhar a voz, a postura e diálogo com os alunos, deixando-nos mais confiantes para a nossa primeira aula oficial.

O trabalho de debate sobre as aulas lecionadas foi parte fundamental do Núcleo de Estágio e da minha aprendizagem. Tanto a orientadora como a colega Elisa tiveram sempre a preocupação de apontar os elementos fortes da aula, mas também fazer críticas construtivas aos aspetos menos bem conseguidos, o que permitiu criar um ambiente muito positivo de aprendizagem e aperfeiçoamento; para mim foi ainda um exercício importante para avançar na auto e heteroavaliação.

Além das reuniões do Núcleo de Estágio, a professora orientadora disponibilizou-se para acompanhar as nossas propostas de aula e respetiva planificação antes das mesmas serem postas em prática, o que permitiu também fazer ajustes prévios, em que as sugestões muito ajudaram no meu crescimento como professora.

Nesse sentido, o Núcleo de Estágio constituiu-se para mim como um espaço de formação por excelência, em que o debate, a colaboração e principalmente as críticas construtivas e propostas de melhoramento permitiram uma aprendizagem a vários níveis e um constante aperfeiçoamento da minha prática docente.

1.6. Outras atividades formativas

Além do meu percurso na escola, procurei, dentro da minha disponibilidade limitada ao nível de tempo, participar por minha iniciativa de outros eventos que considere importantes para a minha formação.

Nesse sentido, no dia 28 de setembro de 2021 participei no Encontro-debate “Balanço Final do Projeto 25AbrilPTLab - Laboratório interativo da transição democrática portuguesa”, uma iniciativa conjunta do Centro de Estudos Sociais e Centro de Documentação 25 de Abril, ambos da Universidade de Coimbra. O meu contacto com este projeto e, nomeadamente com o investigador Pierre Marie, já vinha de outros trabalhos no primeiro ano de mestrado, mas ter participado neste evento ajudou-me a ter uma visão do trabalho realizado e das suas potencialidades em sala de aula. Além disso, deu-me a oportunidade de conversar sobre a possibilidade de colaboração para levar a cabo o roteiro do 25 de Abril em Coimbra no âmbito da minha Prática de Ensino Supervisionada, o que acabou por acontecer, como descrito no capítulo III.

No dia 4 de novembro participei também de algumas sessões do V Congresso de História Local, com o mote “Conceito, práticas e desafios na contemporaneidade”, que me permitiu tomar contacto não apenas com problemáticas ao nível da historiografia nesta área, conhecer melhor alguns autores relevantes, mas também ter contato com alguns exemplos de aplicações didáticas da História Local, apresentados pelos congressistas, na sua maioria de Portugal e do Brasil.

Participei ainda na ação de formação “Que historiografia e que ensino da História? Sobre a presença do ensino da História no sistema de ensino português”, organizada no dia 12 de março de 2022 pela Associação de Professores de História, cujos debates me pareceram fundamentais

para uma atuação mais informada, reflexiva, mas também crítica como professora e mais ciente dos desafios que a profissão nos colocará a vários níveis.

Finalmente, a disciplina de Projeto Didático em História I e II foi muito importante para o acompanhamento do desenvolvimento da Prática de Ensino Supervisionada, para conhecer novas metodologias e aplicações didáticas, no esclarecimento de dúvidas, mas também para aprender com os colegas e os trabalhos que iam desenvolvendo noutras escolas, através da troca de ideias e debate fundamentais na formação dos professores. Ainda no âmbito da disciplina no 2º Semestre assisti às aulas abertas da *Microsoft Education* e “Aprender e ensinar com a Escola Virtual – uma experiência 360º”, que contribuíram para potenciar o meu trabalho ao nível das tecnologias em geral e, no caso da Escola Virtual, com esta plataforma em particular que era a utilizada ao nível do 8º e 9º anos.

Considero que estas iniciativas foram particularmente úteis para me ajudar na construção de diversos projetos didáticos ao nível da História Local, como também para a minha reflexão como professora, sendo parte de uma formação e atualização científica e pedagógica que penso que deverá ser constante ao longo da nossa vida profissional.

1.7. Reflexão sobre a prática pedagógica e formativa

Como futuros professores não devemos apenas aprender a profissão que nos preparamos para exercer, mas também saber refletir sobre a mesma, como forma de nos aperfeiçoarmos constantemente. Nesse sentido, finalizada a descrição geral do trabalho realizado no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada, cabe-me expor os principais aspetos e reflexões sobre a aprendizagem levada a cabo ao longo deste ano letivo.

Em primeiro lugar, parece-me importante referir que a prática reforçou aquele que era para mim um ponto basilar: a importância de uma sólida base científica para uma prática docente eficiente. Sem uma integração da produção científica historiográfica mais atualizada nas salas de aulas, estaremos a retirar a possibilidade de os alunos se apropriem da complexidade da História, como ciência viva e em constante atualização. Nesse sentido, encarei três dificuldades principais neste campo. Por um lado, confrontei-me no terreno com o facto do foco excessivo nas Aprendizagens Essenciais ter criado uma tendência a reduzir os conteúdos da disciplina aos seus aspetos mais básicos que, na minha opinião, atentam contra a necessidade de ensinar História de uma forma complexa, embora adequada às respetivas faixas etárias. Os novos Manuais, baseados nas AE levam este modelo ainda mais longe, reduzindo as temáticas e as fontes ao mínimo possível, num processo que parece reduzir a História a factos isolados, alguns

conceitos, nomes e datas que devem ser memorizados, tendendo a diminuir o estudo dos processos, das continuidades e ruturas, essenciais para perceber o tempo histórico.

Em segundo lugar, a redução do tempo letivo da disciplina - que como referi no 8º e 9º ano tinha apenas 2 tempos de 45min por semana - obriga muitas vezes a optar entre cumprir o programa e poder dar uma visão mais complexa da História. Procurei, por isso, equilibrar uma fundamentação científica atualizada das aulas, com a escolha de aprofundar mais algumas temáticas e necessariamente ser breve noutras.

Por último, combinar a atualização científica e simultaneamente manter um nível adequado à faixa etária dos alunos. Esta foi uma tarefa particularmente desafiante ao nível do 7º ano. Foi um aspeto em que fui melhorando ao longo do ano letivo, mas que, sem dúvida, precisarei de mais prática para continuar a aperfeiçoar este exercício.

Por outro lado, considero que a disciplina de História, dependendo de como for trabalhada, pode servir não apenas para a aprendizagem de conteúdos, mas também para o desenvolvimento de competências fundamentais para todo o percurso dos estudantes, tanto a nível académico, como na sua atuação e como cidadãos. A utilização de diversas estratégias pedagógicas é, assim, fundamental para poder desenvolver essas mesmas capacidades nos diferentes alunos. Também aqui pautei a minha prática pela pesquisa de diversas estratégias e inclusive planos de aulas de outros professores, para poder inovar na minha prática pedagógica.

No entanto, a minha inexperiência levou-me a precisar de algum tempo e prática para poder articular os diversos aspetos da docência: o domínio dos conteúdos; um trabalho eficiente das fontes históricas; a construção de um diálogo fluido; a gestão da sala de aula; o controlo do tempo; a relação e conhecimento da turma e dos alunos nas suas características e necessidades, etc. Assim, no início da prática, senti que no desenrolar da aula estava mais focada em mim e no desenvolvimento da planificação em si, e não tanto nos alunos. Por isso, embora tenha procurado desde sempre que os estudantes tivessem um papel ativo na sua aprendizagem, considero que no início predominou ainda um carácter mais expositivo e menos dialogante. A partir do momento em que ganhei mais segurança na gestão deste conjunto de elementos base, considero que pude experimentar mais outro tipo de estratégias didáticas.

Tendo sido ao nível do 7º ano que lecionei mais aulas, confrontei-me com alunos que, apesar de estudiosos e com bons resultados, estavam habituados a um modelo de aula expositiva, em que o tipo de exercício solicitado é o da memorização de conteúdos e muito pouco o da interpretação de fontes, ou o de relacionar aprendizagens e factos históricos. Nesse sentido, exercícios que exigissem maior autonomia dos alunos e um tipo de raciocínio mais complexo foram mais difíceis para os alunos. Durante o primeiro ano letivo do Mestrado, tinha

tido contacto com alguns estudos (Festas, 2011, 2015) que apontavam exatamente a preocupação de que a construção da autonomia dos alunos implicava, por um lado, a integração dos conhecimentos prévios com os novos conteúdos, mas ao mesmo tempo defendia que a construção da autonomia deveria ser algo progressivo, com uma prática guiada. As experiências didáticas descritas em maior pormenor no terceiro capítulo reforçaram em mim esta preocupação com a necessidade de uma prática guiada e também de um trabalho sistemático para conseguir que os alunos sejam cada vez mais autónomos. Ao mesmo tempo, alertou-me simultaneamente para que os alunos com maiores dificuldades precisam de ultrapassar mais obstáculos neste caminho, o que implica uma preparação mais cuidada e atenta às desigualdades na turma.

No 7º ano apercebi-me ainda que a problematização do que estava no Manual por contraponto com versões mais atualizadas ao nível da historiografia era mais difícil. Para alcançar resultados seria, por isso, necessário um trabalho mais aprofundado, sistemático e de longo prazo.

O facto de lecionar em duas turmas diferentes de 7º ano permitiu-me também perceber melhor as reações das turmas aos mesmos estímulos (recursos e/ou estratégias) e também a importância de planificar de acordo com essas diferenças e necessidades para conseguir melhores resultados no processo de ensino-aprendizagem. Esse é um ensinamento fundamental que irei levar do Estágio, mas que sei que tem pela frente um obstáculo importante que é a falta de tempo e o grande número de turmas.

A experiência com o 9º ano foi também importante como ponto de comparação com a lecionação no 7º ano. Sendo outra faixa etária, exigiu-me uma adequação diferente dos recursos e das estratégias didáticas, permitindo-me integrar nas aulas outras problemáticas relevantes para o saber histórico e aprofundar um trabalho mais autónomo dos alunos na sala de aula e fora dela. Apesar disso, a diferença entre o trabalho do 7º e do 9º ano ficou ainda muito marcada pela falta de tempos letivos no 9º ano, restringindo ainda mais as estratégias didáticas utilizadas.

Desta forma, penso que consegui não apenas consolidar e aperfeiçoar um modelo de aulas sólidas cientificamente, mas simultaneamente vivas e motivadoras, como também consegui experimentar diversas estratégias didáticas, com uma maior aposta na autonomia dos alunos, na sua análise de fontes e trabalho em grupo, apesar de sentir que precisaria de mais tempo com os alunos para poder levar esse trabalho até ao fim. O atual modelo de Estágio em que não temos uma turma nossa e lecionamos apenas nas turmas das orientadoras dificulta fazer um trabalho mais continuado e sistemático com os alunos; cada professor tem necessariamente o seu estilo e prioridades e não tendo os estagiários uma turma a tempo inteiro apenas colocam

parcialmente em prática muitas das suas metodologias e projetos. Ainda ao nível pedagógico, se uma boa relação dos alunos com o professor é determinante para a integração e acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, entendi na prática que a sua motivação pela disciplina também é fundamental, como tantas vezes reforçou a nossa orientadora. A diversificação de estratégias didáticas permite trabalhar não apenas diferentes competências como também responder a diferentes gostos e sensibilidades dos alunos. Tanto nos questionários de autoavaliação como nos questionários de opinião realizados tanto por mim (capítulo III) e pela minha colega Elisa, vários alunos do 7º ano destacaram a importância de aprender História de maneira diferente da tradicional, assinalando cada as atividades que mais tinham gostado.

Uma experiência fundamental ao longo deste ano de Prática Supervisionada foi também o trabalho com os alunos de Necessidades Especiais. Fazer as adaptações necessárias à sua aprendizagem foi uma constante, mas acima de tudo foi importante ter a preocupação de integrá-los plenamente na turma, com uma atitude simultaneamente de estímulo, de procurar a sua participação, mas também de compreensão e bom senso para ultrapassar os obstáculos e limitações concretos. Ter construído uma visita de estudo à Alta de Coimbra que respondesse às necessidades pedagógicas do conjunto da turma, mas que pudesse também incluir um aluno com Necessidades Especiais em cadeira de rodas na mesma, foi um enorme desafio. Isso implicou trabalhar em conjunto com a professora de Ensino Especial e a Encarregada de Educação, tendo assim a execução final sido um sucesso, expresso tanto no ânimo do aluno como da mãe.

Outro elemento importante foi a questão da disciplina. Em geral as turmas com quem trabalhei apresentavam um comportamento globalmente positivo, apesar de algumas serem mais propensas à dispersão e conversa, como referido no início deste capítulo. Neste campo, chamou-me à atenção a importância da atitude estabelecida desde o início do ano, pois a atuação das turmas varia muito de professor para professor. Considero que, apesar da minha inexperiência, consegui manter um equilíbrio positivo combinando simultaneamente a ordem necessária ao bom funcionamento das aulas e um ambiente propício à aprendizagem dentro da sala. Neste campo, pude também entender que a utilização de diversas estratégias didáticas tem de estar plenamente adequada a cada turma, não só ao nível dos seus interesses e aprendizagens, mas também do seu comportamento ao nível da disciplina em sala de aula.

Foi muito importante a Prática de Ensino Supervisionada ter sido totalmente realizada de forma presencial, mas as restrições devido à pandemia da covid-19 foram ainda um constrangimento relevante às atividades letivas e extraletivas. A realização de algumas

atividades como debates com elementos externos à escola ou visitas de estudo esteve impedido durante o 1º e 2º período; o trabalho de grupos estava desaconselhado; as máscaras atrasaram um conhecimento e diálogo com os alunos, entre outros. Tivemos também várias baixas de saúde dos alunos nas turmas e também no Núcleo de Estágio, que em alguns períodos condicionaram o seu funcionamento. A relação com o conjunto da escola e dos professores levou mais tempo a consolidar-se, pois existiam menos momentos coletivos de vivência da comunidade escolar. Apesar disso, considero que foram condicionamentos relativos e não impediram uma experiência muito positiva e mais próxima da normalidade do que foi possível, por exemplo, aos colegas de anos anteriores.

Como referi anteriormente, o Núcleo de Estágio teve um papel fundamental na minha evolução durante este ano. A orientadora cooperante partilhou connosco as suas aulas e estratégias, mas acima de tudo acompanhou-nos e supervisionou nas diversas tarefas, fazendo críticas construtivas que me permitiram evoluir nos vários aspetos da minha prática pedagógica. No mesmo sentido, a equipa que construí em conjunto com a colega Elisa, que se pautou pela cooperação, foi fundamental para poder superar os desafios ao longo do ano. Por isso, creio que o meu desempenho é produto do meu esforço, do trabalho individual e da capacidade que tive de aproveitar e integrar positivamente as críticas para evoluir, mas tenho plena noção que seria muito mais difícil ter percorrido este caminho com sucesso se não fosse o ambiente humano, solidário, de trabalho coletivo e de partilha do Núcleo de Estágio.

Globalmente o ambiente da escola foi positivo e o Núcleo de Estágio bem recebido. Nesse sentido, penso que me integrei bem à comunidade escolar, embora me pareça que ganharíamos bastante se pudéssemos realizar o Estágio como professoras, de forma remunerada e logo no início do ano letivo. O processo de integração leva sempre o seu tempo e as potencialidades do trabalho como professora de uma turma seriam maiores. O âmbito das DAC foi onde mais pude realizar trabalho interdisciplinar, mas sendo o primeiro ano em que foram aplicados estes projetos e não havendo uma discussão mais coletiva destes projetos de raiz, penso que a colaboração entre disciplinas foi limitada. Esta colaboração ficou mais restrita à iniciativa do Núcleo de Estágio e dos diretores de turma, no contexto de uma cultura organizacional de escola onde o trabalho colaborativo não tem bases mais sistemáticas.

Em forma de síntese, sinto que consegui cumprir o que me propus no meu PIF e, depois de alcançada uma segurança inicial na gestão dos vários elementos em sala de aula, pude experimentar várias facetas da vida docente. O estágio é sempre uma passagem da teoria à prática, pelo que considero que foi fundamental ter tido a abertura necessária para responder às novidades e imprevistos que ao longo do percurso foram surgindo, procurando adaptar-me às

situações concretas para poder tirar partido de todas as possibilidades que o estágio me deu. Desta forma, consegui integrar o que aprendi, a professora que pretendo ser e como adaptá-lo e concretizá-lo nas situações específicas de aprendizagem. O Estágio garantiu, assim, com sucesso o objetivo de me dotar de instrumentos teóricos e práticos para cumprir, com qualidade, o meu desejo e paixão por lecionar História.

Capítulo II - História e Património Cultural Local: breve enquadramento teórico

Para abordar o papel que pode ter a História e Património Cultural Local no ensino da História parece-nos fundamental a distinção feita por João Nunes e Ana Ribeiro (2007) entre Ciência e Tecnologia. A primeira, a Ciência, teria como objetivo “produzir conhecimento, tão objetivante quanto possível, acerca da realidade” (p. 89). A segunda, a Tecnologia, “visaria construir soluções globais para problemas coletivos, recorrendo, para o efeito, quer a conhecimentos e metodologias de uma ou de várias ciências (“da natureza” e/ou “sociais”), quer a opções cívico-éticas consensuais, maioritárias ou dominantes” (p. 89).

No caso da investigação que aqui apresentamos, ter como ponto de partida esta distinção é determinante para perceber a dupla faceta da História e Património Local, como uma área dos estudos historiográficos e simultaneamente como uma possível estratégia didática no âmbito do ensino da História. Por outro lado, também nos mostra que a didática da História, tendo por base a História-ciência, apresenta-se também como uma tecnologia necessariamente condicionada pelas visões e opções do sistema de ensino em que se enquadra, bem como do professor que a levará à prática.

Nesse sentido, começamos por localizar a História e Património Local no âmbito da historiografia, para em seguida fazer um breve enquadramento desta temática na didática de História, no marco do sistema de ensino português atual.

2.1. A História Local no âmbito da historiografia

2.1.1. Em torno da definição de História Local

Marc Bloch definiu História Local como “um problema de história geral colocado a testemunhos que proporcionam um campo de experiências restrito” (Bloch, 1978; citado por Neto, 2012, p. 24). No mesmo sentido, Carvalhão Santos (2007) aponta que esta não tem uma especificidade própria no âmbito dos estudos históricos: “A sua diferença, perante a história geral, é essencialmente de abordagem, com um ajustar de focagem relativamente a um âmbito de estudo mais restrito.” (p. 143).

Já autores como Nuno Moreira (2016), situam este campo de estudos entre a História-Memória e a História-Ciência (Sánchez-Marcos, 2005; citado por Moreira 2016, p. 66), afirmando, todavia, a prevalência da dimensão académica sobre as restantes perspetivas (p. 66).

De acordo, com Jorge Mendes (2000) podem diferenciar-se, por um lado, a História Local entendida como "história de escala" (onde os limites geográficos são mais fluidos e flexíveis), e por outro, a História Local concebida como história de uma localidade, município ou região, com um enquadramento espacial previamente definido e aceite, como tal (p. 351).

Surge então a questão do que define a escala, seja “o local” ou “a região”? Margarida Sobral Neto (2012), diz-nos que Marc Bloch questionava o conceito de região, alegando que esta variava em função da questão que se tinha em mente (p. 143). A definição do local ou região não deve, deste modo, ser tanto de âmbito político-administrativo ou geográfico, mas sim uma “expressão espacial de relações sociais” (C. Santos, 2007, p. 146), variando em diferentes contextos históricos. Por isso, a delimitação do local ou regional deve partir do que é relevante para o objeto em estudo, sendo por isso definido pelo historiador.

Vemos aqui expressa, portanto, a dificuldade de uma única definição de História Local. É nesse sentido que Neto (2012) nos diz que “A História Local foi sempre, e continua a ser, um ramo historiográfico plural que não se deixa aprisionar em classificações rígidas, redutoras da sua complexidade” (p. 11). Já Mendes (2000) observa que a definição e natureza da História Local, bem como a sua pertinência e articulação com a História geral, é um campo que carece de estudos mais desenvolvidos (p. 350), defendendo, por isso, que “(...) seria mais apropriado falar de histórias locais” (p. 352).

É no contexto desta diversidade que nos parece importante localizar, brevemente no tempo, a evolução da amplitude dos estudos que podem ser abrangidos no termo de “História Local”, para depois analisar alguns objetivos e contributos desta área da investigação histórica atualmente.

2.1.2. A evolução da História Local e o surgimento da “Nova História Local”

Segundo Torgal (1987), a História Local e Regional é praticamente tão velha quanto a historiografia portuguesa, porque “não há história geral sem História Local.” (p. 857), pelo que o contexto em que podemos localizar a evolução da História Local são as próprias mudanças na historiografia. A isto Mendes (2000) acrescenta mais dois elementos como condicionantes desta evolução: a vertente política de como se articula num determinado momento histórico a escala nacional e regional e a dinâmica social, política, económica e cultural das próprias

regiões e, portanto, da sua autoafirmação (p. 354). É na articulação entre estas três dimensões que podemos ver então o surgimento de diversos momentos da evolução da História Local.

No seu trabalho *Percursos de História Local*, Neto (2012), aponta três eixos centrais da História Local: as narrativas histórico-corográficas, as histórias particulares das localidades e os percursos da “Nova História Local”. Relativamente às primeiras, diz-nos:

A História Local portuguesa tem uma tradição muito antiga no nosso País, remontando os primeiros estudos sobre antiguidades das terras ao século XVI. Os estudos das pequenas pátrias, elaborados sobretudo por eruditos locais, constroem-se com base em narrativas, que podemos designar histórico-corográficas, constituídas por descrições geográficas e históricas, de âmbito local ou regional, em forma de livro ou dicionário, elaboradas com o objetivo de conhecer e dar a conhecer o País, no seu todo ou nas diversas partes que o compunham. (Neto, 2012., p. 12)

A mesma autora destaca ainda a importância da literatura corográfica no século XVIII, refletindo as novas necessidades da construção do Estado e ao mesmo tempo novos interesses científicos no ambiente iluminista, que permitiram recolher instrumentos informativos (nomeadamente dados estatísticos) referentes ao território com objetivos relativos ao desenvolvimento do país e simultaneamente de construção da memória nacional (*op. cit.*, pp. 14-15).

No entanto, é já no século XIX que, na interseção entre os fatores políticos inerentes à afirmação dos Estados e no âmbito da influência da escola metódica, vários autores (Torgal, 1987; Mendes, 2000; Neto, 2012) assinalam a ascensão de estudos de História Local, destacando o legado de Alexandre Herculano e Oliveira Martins. Esta dinâmica vai ainda ter espaço nas primeiras décadas do século XX, em que o ambiente político da Primeira República alimentou ainda alguns sentimentos de regionalismo.

Mas o clima de renovação das Ciências Sociais na Europa, chegará à História, onde uma geração de jovens historiadores proclamava a urgência de uma “história nova”, onde a escala local/regional ganha um novo destaque (Neto, 2012, p. 19).

Portugal não foi, como refere Torgal (1987), alheio a este processo, tendo experimentado também um movimento de renovação historiográfica na passagem do século XIX para o século XX. Todavia, como nos diz o mesmo autor, este movimento não teve a mesma força - “apesar da originalidade da historiografia de Jaime Cortesão e Duarte Leite e da importância do ensaísmo de António Sérgio” (p. 852) - e foi abruptamente interrompido com o Salazarismo.

Este espaço à elaboração da história das localidades irá, de facto, perder força no final da Primeira República e nas primeiras décadas do Estado Novo. Há em primeiro lugar uma

mudança das prioridades da investigação histórica, que passa a estar direcionada para a História política e institucional das grandes figuras e acontecimentos da vida nacional (Neto, 2012, p. 20), no âmbito do fervor nacionalista do Estado Novo. Esta reorientação combina-se com a crescente repressão política com efeitos diretos no controlo ideológico exercido sobre a investigação académica em geral e sobre a historiografia em particular. Neto (2012) destaca, todavia, como apesar deste clima, a História Local continuava a ser praticada fora dos meios académicos, onde sofria de fragilidades metodológicas e teóricas importantes, mas ao mesmo tempo dispunha de maior liberdade nos temas e conteúdos tratados, tendo, segundo a autora, entrado nos caminhos de uma “Nova História” mais cedo do que a História académica (p. 21).

A partir do final dos anos 50 e início dos anos 60, a História das localidades volta a ganhar algum espaço (Mendes, 2000, p. 361), mas será apenas na década de 1970, que a grande mudança na historiografia portuguesa e, conseqüentemente na História Local, se irá operar. Neste contexto devemos destacar o contributo de António de Oliveira (1971-1972) que coloca o local e o regional como centro de uma relevante investigação académica.

Nesta conjuntura, e na valorização do local e do regional, combinam-se os fatores políticos e de evolução da historiografia. Por um lado, como vimos anteriormente, desde o início do século se vivia um clima de contestação de uma historiografia “tradicional” (positivista, cronológica, centrada nos acontecimentos políticos e seus indivíduos), buscando-se uma História social totalizante, que explicasse também as realidades concretas. A escola francesa dos *Annales* será pioneira nesse sentido e os seus principais nomes, como Lucien Febvre e Marc Bloch, a referência para as gerações vindouras, como Fernand Braudel e já nos anos 1980s, Jacques LeGoff e Pierre Nora. Apesar de ter surgido ainda nos anos 20, será apenas após a II Guerra Mundial que esta corrente historiográfica – a “Nova História” se irá destacar de forma incontornável na historiografia para lá das fronteiras da França. Como refere Nunes (2013), “os “novos historiadores” tentaram modificar os termos dos debates e da prática historiográfica nos planos deontológico e epistemológico, teórico e metodológico” (p. 67).

De facto, estas mudanças na ciência histórica significaram uma maior interdisciplinaridade e pontes com outras ciências sociais, mas implicava, acima de tudo, a abertura de novos campos e novos interesses de estudo histórico. Como refere Torgal (1987): “Esta linha de desenvolvimento historiográfico (...), chamando a atenção para o quotidiano e abrindo-se para novas fontes, entre elas os testemunhos orais, talvez tenha sido responsável pelo reavivar do interesse pela História Local e Regional” (p. 861). É apenas neste contexto mais global de renovação da historiografia e a sua abertura a novos objetos, novas

metodologias, novas fontes e novas reflexões epistemológicas que podemos entender as próprias mudanças na História Local.

Será nos anos 1970s, em particular após a revolução de 25 de abril de 1974, que a historiografia portuguesa, liberta dos constrangimentos políticos do Estado Novo, poderá beber plenamente dos novos ventos da “Nova História”, abrindo-se a novos campos de investigação – económica, social, cultural – mas também a novas escalas de análise, que fossem adequadas ao tratamento dos novos problemas e simultaneamente às novas exigências de tratamento de núcleos documentais vastos no âmbito da investigação historiográfica (Neto, 2012, p. 23). A combinação destes dois fatores, a que acresce a descentralização dos centros de ensino e investigação, bem como a dinâmica de desenvolvimento e autoafirmação das comunidades e autarquias, no âmbito do novo espaço dado ao poder local, levará a um desenvolvimento sem paralelo na História Local em Portugal (Mendes, 2000, p. 361). Deste ponto de vista, como nos diz Araújo (2017), podemos afirmar então que a História Local passou por duas fases, uma “tradicional” e outra “nova” (p. 24).

Hoje quando falamos de História Local falamos, assim, centralmente de uma “Nova História Local”. Carvalhão Santos (2007) destaca a importância e contributo desta área da História para a historiografia atual:

Na evolução recente do debate historiográfico, o valor funcional de uma adequada redução da escala de observação, possível na História Local e regional, tem vindo a ser enfatizado no contexto dos estudos históricos. Recordamos, sumariamente, a influência de fatores como a diversidade de fontes a explorar, a abertura de novos territórios e a multiplicação dos objetos de estudo, a dimensão interdisciplinar, as novas perspetivas de problematização e os novos procedimentos metodológicos, associados, por exemplo, ao levantamento sistemático e ao tratamento de longas séries de dados. (p. 125)

Neto (2012) sublinha ainda que ao valorizar o concreto, torna o processo histórico mais humano e mais próximo, tendo contribuído para “uma conceção de História como a construção de um povo e não apenas de figuras eminentes da cultura e da política” (p. 25). Segundo Mendes (2000), a História Local teria como objetivos “satisfazer as necessidades locais e alimentar a história geral” (p. 363), reforçando a união entre História geral e histórias locais, na medida em que as primeiras “fornecem o enquadramento e ajudam a compreender as histórias locais” e estas propiciam “a análise de realidades concretas, bem definidas e localizadas, permitindo, inclusive, testar modelos teóricos, em busca de comprovação” (p. 364).

Assim, a História Local permite conhecer melhor a diversidade que compõe o todo da História geral, só tendo pleno sentido quando se reporta aos instrumentos e teorias da História-

ciência e em articulação com “âmbitos históricos mais amplos” (C. Santos, 2007, p. 134). A “Nova História Local” deve, por isso, ser o ponto de partida central para o trabalho didático com História Local em sala de aula, ao serviço da construção de uma visão mais complexa da própria História.

2.1.3. As mudanças na abordagem ao Património

O património cultural local é um dos elementos de relevância sempre que se fala de História Local. Aquilo que é preservado depende diretamente do valor que lhe é atribuído por uma determinada sociedade, comunidade local e suas diversas gerações. A História, enquanto ciência do passado, está diretamente envolvida na construção de uma memória coletiva e do que ela quer (ou não) preservar. Além disso, o património é parte fundamental das fontes históricas. Património e História Local andam, assim, lado a lado.

Nesse sentido, parece-nos importante assinalar as mudanças na abordagem e conceito de património, que têm também elas um carácter histórico. Como refere Nunes (2016, 2017), podemos falar do conceito de património a partir do início da Época Contemporânea, sendo que até à Segunda Guerra Mundial teriam sido hegemónicos “os ideários e as práticas que hoje designamos como o património cultural e a museologia tradicionais” (2017, p. 166). O conceito de património estava, assim, intimamente ligado à afirmação da identidade nacional (comprovada por meio de monumentos), à produção cultural erudita, ao papel cumprido pelas elites e pelos estados-nação na hierarquia mundial de estados, como parte da “Civilização Ocidental” (Nunes, 2017, p. 167).

Mas as mudanças nos paradigmas historiográficos referidos anteriormente tiveram não apenas consequências ao nível da História Local, mas também ao nível do Património. De acordo com Couto (2020), “A Nova História causou impacto na conceção de Património, incentivando a valorização de outros espaços e construções, e não apenas dos grandes monumentos relacionados com acontecimentos passados de grande relevância à escala nacional” (p. 23). Assim, a ampliação dos objetos de estudo da historiografia exigiu uma maior abrangência ao nível das fontes e núcleos de documentações históricas pertinentes para as novas temáticas. Passou-se a incluir, por exemplo, a documentação oral, mas também uma enorme diversidade de fontes relativas às classes médias e trabalhadoras, aos setores minoritários ou marginais da sociedade, práticas heterodoxas e subversivas, entre outros. Nesse sentido, como refere Nunes (2017): “Deixou de fazer sentido classificar documentos ou património enquanto

«autênticos» ou «falsos», enquanto «subjetivos» ou «neutros»” (p. 171), servindo apenas como “via de acesso a ou como ilustração de uma determinada realidade” (*ibidem.*).

Por outro lado, o surgimento de outros objetos de estudo levou à valorização historiográfica de novos elementos a preservar ao nível do património. Como refere Manique (1994), “o lato conceito de património legalmente consagrado está, portanto, muito longe da tradicional ideia de que só os grandes monumentos têm significado histórico.” (p. 56). A definição de património ampliou-se enormemente, incluindo nomeadamente a sua dimensão não apenas material, mas também imaterial, integrando realidades quotidianas, práticas, instituições, organizações e figuras de toda a sociedade. Onde antes não havia nada de relevante, tudo passa a poder ser considerado património por uma determinada comunidade, num determinado tempo histórico.

Estas mudanças tiveram particular impacto ao nível local e fora dos grandes centros da História nacional, onde esta visão mais ampla de património permite valorizar localidades e os seus diversos patrimónios aos quais antes não seria dada importância. Enquanto o património era apenas o que se referia aos grandes monumentos, à cultura erudita e às elites, a tendência era que ao nível das localidades não existisse património a não ser na sua ligação com a “Grande História”. O surgimento de novas abordagens ao património e da ampliação do que é valorizado e pode ser preservado por uma determinada comunidade, permite o surgimento de novos patrimónios locais e com ele criação de novos espaços a nível local, como museus, mas não só. Principalmente, vai dar instrumentos a que os cidadãos a nível local tenham um espaço mais amplo e nova voz para definir o que deve ou não ser preservado e considerado património.

Esta evolução vai-se expressar, assim, também ao nível da legislação que enquadra a problemática do património. Segundo Couto (2020), a evolução da Carta de Atenas de 1931 para a Carta de Veneza de 1964 expressa uma ampliação do âmbito da preservação patrimonial que deixa de se cingir apenas aos monumentos de grande destaque e envergadura (p. 21). Apesar disso, esta última, como carta central da defesa do património, ainda tem o seu centro no papel dos Estados na conservação dos monumentos e património.

Já a Lei do Património Cultural Português de 1985 expressa esta mesma ampliação do conceito de património, reconhecendo que este se constitui por “todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo.” (Artigo 1º, Lei nº13/85 de 6 de julho).

Hoje as definições sobre património a nível nacional e internacional, como nos demonstra a Convenção de Faro (2005), remetem cada vez mais para uma definição aberta e ampla do que

pode ser património, vendo-o como um direito humano, que diz respeito à comunidade e é definido pela mesma:

Artigo 2º - Para os efeitos da presente Convenção: a) O património cultural constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo; b) Uma comunidade patrimonial é composta por pessoas que valorizam determinados aspetos do património cultural que desejam, através da iniciativa pública, manter e transmitir às gerações futuras.

Já na Carta do Porto Santo (2021), intitulada “A cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural europeia”, aponta-se exatamente para a importância de as instituições culturais cumprirem um papel educativo e de as escolas atuarem também como polos culturais; este enquadramento mostra-nos a importância das várias comunidades na definição e preservação do património. Por isso, segundo este texto, a escola deve:

(...) valorizar as especificidades individuais, culturais, territoriais, e possibilitar que todos os alunos tenham acesso a variadas experiências artísticas e manifestações culturais ao longo da vida; que possam ver reconhecida a sua identidade cultural e valorizadas as expressões culturais da sua comunidade; que tenham acesso aos patrimónios e consciência da sua necessária salvaguarda; que ao longo do seu trajeto desenvolvam a criatividade e a imaginação, a sensibilidade estética e o pensamento crítico; que conheçam e efetivem os seus direitos e deveres culturais; e que descubram a sua própria forma de participação ativa na cultura de todos. (p. 10)

Nesse sentido, as mudanças ao nível da historiografia deram base para a ampliação do conceito de património e da sua possível convocação por diferentes setores sociais, entre os quais as comunidades locais. As convenções sobre o património sublinham ainda a importância crescente da participação cívica para a preservação e conservação do património, como algo que diz respeito não apenas aos poderes centrais ou às elites, mas também às populações locais. As diversas instituições e populações locais passam, portanto, a poder ser os agentes que definem o que deve ou não ser considerado património.

No entanto, esse envolvimento local e cívico não se constrói de um dia para o outro. Os professores em geral e, em particular os de História, têm aqui um papel fundamental, pelo que passaremos a ver como esta ponte entre Património e História Local podem ser feitos ao nível da didática da História.

2.2. A História e Património Local no ensino-aprendizagem da História

Na parte anterior deste trabalho tratámos a História Local como uma área da História-ciência, enquanto “esforço para caracterizar e interpretar uma parcela da realidade” (Nunes & Ribeiro, 2007, p. 90). No entanto, as utilizações tecnológicas que têm por base a História Local podem ser várias. Como nos diz Neto (2012): “os estudos de História Local constituem o suporte necessário para a execução de projetos de reconstituição do património local, organização de ecomuseus ou de outros projetos associados às novas conceções de turismo cultural” (p. 25). Já Mendes (2000) reforça o papel que a História Local pode ter não só no âmbito do património cultural, mas também nas memórias e nas identidades, nomeadamente ao nível das comunidades locais (p. 366). Carvalhão Santos (2007), finalmente, reforça o seu papel para o planeamento e os programas de requalificação em espaços urbanos e rurais, a ação cultural junto da população, em geral, e é claro a atividade educativa da escola (p. 139). Nesse sentido, as potencialidades da utilização da História Local são várias. Por isso, não pretendemos aqui ser exaustivos, mas apenas localizar a utilização didática da História Local ao nível do ensino, como uma entre outras.

Por outro lado, parece-nos que vale a pena reforçar que o esforço de utilizar o conhecimento histórico estará sempre informado e dependente de escolhas ideológicas, que no caso do ensino incidem sobre que tipo de sociedade e de ensino queremos e, portanto, que tipo de professor queremos ao serviço disso. A opção por um modelo de “docente-especialista” (Nunes & Ribeiro, 2007, p. 97), exclusivamente centrado nas atividades letivas e na aquisição de conhecimentos, ou de um “professor-generalista” (*ibidem.*), com uma responsabilidade de formação mais totalizante, abrangendo também as componentes cívicas e extraletivas, condicionará, assim, necessariamente as utilizações a dar à História Local no âmbito do ensino-aprendizagem da história. É partindo desta segunda visão, que procuraremos abordar a importância da História e Património Local no âmbito do ensino da disciplina de História.

2.2.1.A História e Património Local nos documentos orientadores do Ministério da Educação

A Lei de Bases do Sistema Educativo, na alínea a), do seu Artigo 3º (Princípios organizativos), localiza desde logo como objetivo de o sistema educativo contribuir para “a defesa da identidade nacional” e para “a consciencialização relativamente ao património cultural do povo português”. Já nas alíneas g) e h), embora não haja qualquer referência

explicita à História Local (até porque se trata de um documento referente à globalidade do sistema de ensino), surge, todavia, a preocupação na valorização da dimensão local e do envolvimento da escola no seio das comunidades em que se insere, propondo-se no Artigo 3º:

- g) Descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas, de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes;
- h) Contribuir para a correção das assimetrias de desenvolvimento regional e local, devendo incrementar em todas as regiões do País a igualdade no acesso aos benefícios da educação, da cultura e da ciência;

Araújo (2017) faz um apanhado bastante pormenorizado das diversas referências e sugestões metodológicas nos Programas de História do Ensino Básico e Secundário aos temas da História Local e Património. Todavia, segundo o Despacho n.º 6605-A/2021, os documentos orientadores da disciplina de História passam a ser exclusivamente as Aprendizagens Essenciais e o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, pelo que nos deteremos numa breve análise dos mesmos.

Nas Aprendizagens Essenciais da disciplina de História, no âmbito dos “Conhecimentos, capacidades e atitudes”, o Ministério da Educação (2018) aponta como objetivo no 3º ciclo “Relacionar, sempre que possível, as aprendizagens com a História regional e local, valorizando o património histórico e cultural existente na região/local onde habita/estuda;” e no Ensino Secundário “Relacionar a história de Portugal com a história europeia e mundial, distinguindo articulações dinâmicas e analogias/especificidades, quer de natureza temática quer de âmbito cronológico, regional ou local” e “Valorizar o património histórico e natural, local, regional e europeu”.

Neste mesmo documento, no que toca às “Ações estratégicas orientadas para o Perfil dos alunos” orienta-se a promoção de estratégias que impliquem “valorizar o património histórico da região em que habita” [7º ano] ou “valorizar o património histórico material e imaterial, regional e nacional [8º ano e 9º ano]” e, no caso do Ensino Secundário, “Valorizar o património histórico e natural, local, regional e europeu”. Daqui decorre, portanto, a importância da relação entre a História nacional com a História regional e local, com particular destaque para a valorização do património histórico numa visão do mesmo que inclui a sua dimensão material e imaterial, bem como o âmbito local.

Também no Decreto-lei sobre Autonomia e Flexibilidade Curricular (Despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho), no Artigo 13.º (Desenvolvimento do planeamento curricular), abre-se a possibilidade da “integração das componentes de natureza regional e local” (Alínea 1) e da

“Criação de disciplinas, de espaços ou de tempos de trabalho para o desenvolvimento de componentes de currículo local” (Alínea 2.g), o que reforça as possibilidades de trabalho nesta área, também aplicáveis à disciplina de História, mas não só.

Quanto ao *Perfil do aluno à saída do ensino obrigatório* (ME, 2017), não há uma referência explícita ao âmbito local, mas orienta-se a construção de princípios de base humanista e de valores como a cidadania, a participação, a liberdade, os direitos humanos e a democracia, a sensibilidade estética e artística, em linha com os Princípios Gerais (Artigo 2º) da Lei de Bases do Sistema Educativo. Nesse sentido, orienta-se para um trabalho docente que vá para além do domínio da formação escolar, mas que cumpra também um papel na formação de cidadãos empenhados na vida social, cultural e política dos locais onde vivem.

Nos documentos orientadores do Ministério da Educação vemos, portanto, que existe uma orientação que valoriza a possibilidade da utilização da História Local e o trabalho sobre o respetivo património, como instrumentos para atingirmos tanto objetivos escolares como cívicos.

2.2.2. As potencialidades da História e Património Local para o ensino-aprendizagem da História

As potencialidades e aplicações da História Local são várias e muitas delas alimentam-se mutuamente. Todavia, pareceu-nos útil destringi-las em várias vertentes, por facilitar uma visão mais global sobre como esta pode contribuir para a didática da História.

Como vimos, com o desenvolvimento da investigação a partir da perspectiva da Nova História, há uma ampliação dos temas, atores e escalas estudados, existindo uma enorme diversidade na área dos estudos de História Local: estudos socioeconómicos, estudos de demografia, estudos de carácter político-institucional, estudos sobre a Igreja e os valores religiosos, estudos de índole geográfico-natural, estudos de âmbito cultural e das mentalidades, estudos biográficos (Manique, 1994, pp. 28-32).

Assim, a nível científico, se tivermos como objetivo um ensino da História que leve em conta vários tempos, culturas e setores sociais, o estudo da História Local e Regional evita “o erro grosseiro de se considerar o nacional como um todo homogéneo” (*op. cit.*, p. 25), dando uma visão complexa da diversidade social, permitindo trabalhar os aspetos comuns, mas também a pluralidade de atores e escalas sociais. Nesse sentido, Carvalhão Santos (2007) diz-nos que a História Local deixou de ser encarada como um campo apenas para extrair exemplos ilustrativos de temas gerais, para existir um interesse pela História Local em si mesma, inclusive

pelo seu efeito positivo de maior humanização da História. Isto porque a História Local permite mobilizar a complexidade da História, permitindo articular a parte e o todo, as continuidades e desfasamentos entre o nacional e o local, ou as múltiplas interações a nível político, económico, social artístico, cultural, etc., de uma forma mais próxima e concreta.

No contexto de uma crescente valorização pedagógica da análise do documento histórico e da defesa de um contacto, mais ou menos mediatizado, com as fontes e o método de trabalho do historiador (C. Santos, 2007, p.127), uma das principais potencialidades do trabalho de História e Património Local no âmbito do ensino-aprendizagem da História são as possibilidades abertas pelo trabalho com fontes locais, de mais fácil acesso e mais próximas da realidade dos alunos.

Na obra *Introdução ao estudo da História e Património locais*, Jorge Alarcão (2013) deixa-nos um legado fundamental de orientações para o trabalho de investigação e pesquisa, mas também inventariação e salvaguarda da História e Património Local, embora essencialmente vocacionado para as associações de defesa do património, mas de grande utilidade também para qualquer professor ou investigador que queira trabalhar nesta área.

Na obra *Didática da História – Património e História Local* (1994), António Pedro Manique e Maria Cândida Proença apresentam uma sistematização muito completa da diversidade de estratégias e trabalhos possíveis nesta área no ensino da História, seja na sala de aula ou fora dela. A investigação e utilização didática do património local construído tem um importante destaque neste trabalho, um campo em que as visitas de estudo têm particular relevo como espaço de observação direta. Mas os autores vão mais longe. O livro dá grande relevância ao trabalho sobre fontes, sublinhando as potencialidades da utilização dos arquivos locais (como os municipais, os paroquiais ou notariais) e sobre a imprensa local. Destacam ainda as possibilidades de trabalho sobre a estatúaria, toponímia e a descoberta de figuras locais, sobre os instrumentos de trabalho e a memória das atividades económicas locais ou mesmo sobre testemunhos orais, dando-nos uma visão muito mais ampla do trabalho de História e Património Local. Araújo (2017) complementa, reforçando que atualmente os docentes conseguem recorrer aos arquivos, alguns até digitalmente, podendo a partir daí desenvolver a pesquisa e análise histórica de fontes em contexto de sala de aula (p. 46). Este tipo de atividade seria não apenas enriquecedor, mas também mais exequível, permitindo que os alunos compreendam melhor o que é o trabalho do historiador e a própria História.

Vários autores (Manique, 1994; Alves, 2006; C. Santos, 2007) destacam que uma maior relevância à História e Património Local no ensino tem estado relacionada com as conceções pedagógicas que valorizam a participação do aluno na construção do conhecimento e métodos

pedagógicos. Isto, incluindo a exploração de recursos e fontes, com o objetivo de desenvolver conhecimentos, mas também competências escolares e cívicas. Segundo Carvalhão Santos (2007), a focagem de aspetos históricos do meio envolvente deveria estar associada a métodos ativos de aprendizagem, apostando-se, não tanto na transmissão de um saber feito, mas nas vantagens do trabalho prático (p. 127).

É, a partir desta perspetiva da autonomia dos alunos na construção do seu conhecimento que, Alves (2006), olha para a História Local como uma forma de “adequar e aproveitar os conteúdos disciplinares para “alimentarem” as habilidades e capacidades pois são estas que podem facilitar ou inibir o exercício da competência” (p. 68). Aqui o enfoque seria mais virado para os métodos de aprendizagem, sendo a História e Património Local um instrumento facilitador desse processo.

A utilização da História Local como um estudo do meio envolvente é também destacada como elemento de motivação dos alunos. A proximidade geográfica aparece, assim, um eixo através do qual os alunos estabelecem pontes com um passado que não conhecem, mas do qual ainda reconhecem diversos vestígios no meio envolvente. Nesse sentido, a História Local pode servir como elemento de motivação “em virtude de se recorrer a um universo de referências que lhes são familiares e de se explorar elementos concretos, de mais fácil apreensão, no esclarecer de problemáticas mais gerais e abstratas.” (C. Santos, 2007, p. 136). Já Alves (2006) fala das exemplificações de História Local e da utilização de forma apropriada da localidade como uma motivação acrescida para criar “um espaço laboratorial”, onde é possível motivar os alunos para os conteúdos e verificar o exercício da competência histórica (p. 69). A História Local permitiria assim “partir do próximo para o remoto e do conhecido para o ignorado.” (Mendes, 2000, p. 366). Ao mesmo tempo, ao transportar os alunos no tempo através de um espaço que conhecem melhor, a História Local ajuda também a construir significância histórica, no âmbito dos estudos de educação histórica (Barca, 2001).

É, nesse sentido, que Couto (2020) traz-nos o resultado de um estudo sobre o interesse dos alunos europeus pelas diferentes escalas e áreas geográficas estudadas na disciplina de História, indicando que, apesar de o maior interesse se dirigir à História nacional, o interesse pela História da região é maior, por exemplo, do que o interesse pela História europeia ou mundial.

Num mundo cada vez mais marcado pela globalização, vemos que há simultaneamente uma busca pela identidade própria, seja ela nacional, regional, de género, sociocultural, etc. Como vimos, a utilização da História e Património Local não se esgota em mostrar os elementos locais específicos, nem tampouco os elementos nacionais que se expressam a nível local.

Quando iniciamos um estudo de História Local não sabemos até onde este nos vai levar, podendo inclusive as fontes e conhecimento produzido a nível local trazer nova luz para o estudo da História nacional e global. Desta forma, existiria uma realidade global integrada em cada parte local. Por isso, Alves (2006) fala-nos da “glocalização”, enquanto aproveitamento da globalização para a preservação da identidade local (p. 67). É no âmbito desse processo que podemos enquadrar a busca das localidades, empresas, organizações não lucrativas, comunidades, famílias e pessoas, etc. por conhecer as suas raízes e reforçar a respetiva identidade (Mendes, 2000, p. 367). A História e Património Local aparecem, assim, também associados à vertente de construção de identidades e de consciência cívica.

Segundo Manique (1994), “a historiografia tem-se limitado a transmitir uma memória nacional, apresentada como memória coletiva de todo um povo, mas que não passa da memória das suas elites” (p. 24). O estudo da História e Património Local cumpririam, assim, um papel muito importante para a apreensão da complexidade em História: “Compreender o passado nacional na sua relatividade e historicidade e acabar com o mito de uma história nacional unitária e eterna (...), que nada (...) contribui para fazer do ensino da história o suporte de uma memória viva que possa construir para criar uma identidade nacional aberta ao mundo e multicultural” (p. 26). Por isso, este autor sublinha a diversidade cultural dos alunos portugueses e importância de uma “pedagogia da memória” que faça frente aos problemas de “desenraizamento, falta de identidade e pluralidade cultural e rácica”, utilizando uma História e Património Local que tenha em conta a “memória coletiva de diferentes grupos de pertença”, a “pluralidade de tempos e culturas” (p. 25). Na mesma linha de pensamento, Couto (2020) ressalta que não se pode concluir que com os estudos de História Local se pretenda enaltecer uma identidade local em substituição de uma identidade nacional, tenciona-se antes “compreender o passado nacional e a sua relatividade.” (p. 28).

Desta forma, como nos diz Araújo (2017): “O trabalho em torno da História local em sala de aula pode servir para o fomento da consciência cívica nos alunos, bem como para a sua integração na vida em comunidade. Aliás, o estudo das localidades contribui para uma maior valorização das diferenças e das mais pequenas especificidades.” (p. 45). O trabalho com a História Local aparece assim também relacionada ao trabalho de “provocar a reflexão histórica por parte do aluno para o sensibilizar para um conjunto de valores éticos, cívicos e políticos” (Alves, 2006, p. 70).

De facto, o estudo do local, do seu papel e diferentes relevâncias no mundo ao longo da História pode ser um contributo muito importante para dar um carácter mais relativo, diverso e complexo (e não maniqueísta) à construção de identidades. Por isso, Couto (2020) defende que

esta pedagogia deve estar assente na pluralidade, procurando promover a tolerância ao demonstrar que “o passado não foi uniforme em todo o território que hoje constitui o nosso país, mas foi um processo no qual a diferença entre várias comunidades esteve presente, como ainda hoje está.” (p. 28). No mesmo sentido, Carvalhão Santos (2007), reforça que o caminho de aprofundamento do sentido de pertença a uma comunidade “não pode ter a ver com o estímulo de um sentimento de diferença capaz de alimentar atitudes de intolerância ou xenofobia.” (p. 137).

Também a evolução do conceito de património teve consequências ao abrir novas potencialidades de trabalho, pois permite que todo o meio envolvente da escola possa ser a base de um roteiro de património material ou imaterial. Ao mesmo tempo, se o que é ou não preservado depende do que é ou não valorizado historicamente, o papel da historiografia e do professor de História será, sem dúvida, muito importante para a valorização e preservação do património, tanto na sua dimensão histórica como de cidadania.

Segundo Manique (1994), o tema do património é incontornável hoje, pois tendo em conta os fenómenos de “massificação e internacionalização do planeta” (p. 54), este ganharia um papel central na “compreensão e preservação da identidade cultural dos povos” (*idem*). Este autor defende, todavia, a importância de usar o património não apenas como ilustração ou motivação dos alunos, mas como objeto de estudo e investigação no contexto em que se inserem (p. 57).

É nesse contexto que se tem afirmado a “educação patrimonial”. Esta destaca o papel das fontes patrimoniais para uma melhor apreensão dos estudantes dos conceitos estruturais em História, mas reforça também as dimensões da reflexão e interpretação do património, as metodologias ativas de aprendizagem e a sua importância para o desenvolvimento de consciência histórica. Como refere Barca (2015):

Por meio da interpretação de vestígios (sejam estas manifestações materiais ou imateriais) em qualquer lugar, enquanto fontes de compreensão do que os seres humanos pensavam e faziam no passado, o presente pode ser melhor entendido, as decisões melhor concretizadas e o futuro projetado de forma mais realista e flexível – até mesmo quanto a modos de preservação do património. É nesta perspetiva que a reflexão sobre os legados do passado favorece uma consciência histórica e social mais avançada e abre caminho para a problematização dos diversos significados e posições de identidade coletiva. (p. 65).

No mesmo sentido Helena Pinto (2015, 2016), chama a atenção para a realização de atividades relacionadas com o património histórico-cultural como forma de aprendizagem de conceitos históricos e da experimentação de procedimentos metodológicos que permitam aos

alunos a interpretação de diferentes fontes históricas e a compreensão da evidência histórica (2015, p. 67). Esta autora reforça ainda a importância de que este seja um trabalho contínuo e não de uma sessão isolada, por forma a que os alunos se habituem a formular “questões investigativas e hipóteses explicativas acerca do passado de um objeto, edifício ou sítio” (p. 69) e propõe diversas orientações para apoiar uma Educação Patrimonial sistemática e fundamentada (p. 68).

Esta abordagem é fundamental, pois integra como parte do trabalho com o património a sua contextualização e questionamento, tendo em conta que os vestígios não foram feitos para nos falarem do passado, mas devem ser interrogados e alvo de “uma análise cuidada para se retirar informação das fontes patrimoniais” (Couto, 2020, p. 26). Procura-se, assim, não apenas motivar os discentes, mas também desenvolver neles as capacidades de investigação e “leitura histórica” do património (Manique, 1994, p. 54). Cumpriria também um papel central no desenvolvimento de atitudes de cidadania que se traduzam na defesa e preservação do mesmo. Finalmente, tocaria aspetos ao nível da construção de identidades baseadas na diversidade de manifestações e contributos culturais, sociais e económicos de diferentes grupos nas suas comunidades (Barca, 2015; Pinto, 2015), num mundo cada vez mais “glocal”.

Tendo sistematizado alguns vetores mais relevantes sobre as potencialidades da utilização da História e Património Local no âmbito do ensino da disciplina, não poderíamos deixar de levantar alguns desafios que se colocam também aos docentes neste processo.

2.2.3. Desafios para a utilização didática da História e Património Local

Analisámos o enquadramento que os documentos orientadores do Ministério da Educação dão à utilização da História e Património Local no âmbito do ensino da História. Vimos também as potencialidades e diferentes abordagens desta temática no âmbito da didática da História. No entanto, o crescimento da historiografia e âmbito do património local, não se refletiu da mesma forma ao nível pedagógico.

Já em 1987, Torgal assinalava a importância de os programas do ensino básico e secundário não se limitarem a vagas considerações sobre a necessidade da integração dos alunos no espaço em que vivem, sensibilizando para a necessidade de conhecimento da sua realidade local e regional (1987, p. 862).

Vários anos depois, Mendes (2000) assinala como os programas escolares continuam a ser muito centralistas e a não contemplar devidamente a História Local, ficando assim a cargo

do professor de História fazer esse exercício (p. 366). Ganham por isso relevância, os problemas de ordem prática, para levar esse trabalho a cabo.

Nesse sentido, se este trabalho cai essencialmente sobre o professor, há uma primeira questão que diz respeito à passagem da História Local (científica) para a aplicação didática da mesma (C. Santos, 2007, p. 126). Se o professor tiver em mãos os trabalhos de investigação científica sobre História e Património Local terá condições de fazer esta transposição. Sendo ele quem melhor conhece os seus alunos, poderá a partir daí planificar atividades adequadas à faixa etária, características escolares, pessoais e culturais do grupo.

Há outras questões que nos parecem constituir-se como dificuldades maiores. Por um lado, apesar dos avanços na produção de estudos académicos de carácter local, ainda há uma “recorrência de abordagens demasiado centradas no particularismo local e regional” (C. Santos, 2007, p. 132), com intenções de “enaltecimento local” ou “sentido bairrista” (*idem*). O mesmo podemos dizer das debilidades e insuficiências na conservação e enquadramento histórico do património cultural local, bem como da museologia. Estes afetam o critério de busca da maior objetividade possível que deve pautar o historiador e, portanto, prejudicam a sua possível utilização no âmbito do ensino da História, numa perspetiva que seja a da complexidade do pensamento em História.

Ao mesmo tempo, as limitações no campo da investigação histórica em Portugal fazem com que continue a faltar trabalho historiográfico de carácter local que possa informar de forma mais profunda e sustentada o trabalho do professor de História no âmbito letivo e extraletivo. Veja-se, por exemplo, que relativamente a um acontecimento central da História de Portugal como a revolução portuguesa de 25 de abril de 1974, os trabalhos historiográficos que refletem sobre a dimensão local deste processo são ainda uma exceção e os arquivos muitas das vezes não estão organizados de forma a permitir um acesso fácil a essa perspetiva local.

De facto, isso remete-nos para um segundo problema: o trabalho de investigação em História Local e de exploração de fontes históricas tem de ser feito muitas das vezes pelo próprio docente. Sendo ele formado em História terá à partida as capacidades de pesquisa para tal. No entanto, há toda uma reflexão metodológica fundamental que terá de realizar para que não se limite ao estritamente local, mas para que possa olhar para este como parte de um todo mais amplo e em comparação com outros. Mas há ainda um desafio importante em termos da situação atual da carreira docente. Aqui o tempo disponível tem um aspeto importante na medida em que o professor está cada vez mais sobrecarregado com burocracia e, conseqüentemente, com menos tempo disponível para atuar simultaneamente como investigador em História. As solicitações que ocupam a maior parte do seu tempo embatem,

assim, com o que podia ser a disponibilidade de preparar aulas mais interessantes e motivadoras, que implicam tempo livre para ir a arquivos, bibliotecas, museus, etc.

A falta de tempo é também uma realidade dentro da sala de aula, quando a disciplina de História vem perdendo sistematicamente tempos letivos que tornam cada vez mais difícil lecionar o programa e trabalhar as especificidades da História Local e estratégias didáticas diversificadas. Simultaneamente, o estatuto da carreira docente não valoriza as atividades extraletivas como os Clubes, onde o trabalho sobre História e Patrimônio Locais também podem ser levados a cabo. Embora neste caso nos pareça, como nos diz Pinto (2015), que apesar dos extensos programas de História: “é possível, através da seleção de assuntos que poderão ser tratados no âmbito da História Local, introduzir de forma interessante e adequada ao currículo a abordagem da educação patrimonial no âmbito da disciplina de História, recorrendo, por exemplo, a um museu local especializado ou mais generalista, ou a sítios históricos próximos da escola.” (p. 68). Todavia, a falta de tempo vai reduzindo as potencialidades de uma utilização mais sistemática deste tipo de estratégia, como seria ideal fazer, para melhores resultados, como trataremos mais adiante.

Simultaneamente, a crescente precariedade e instabilidade, da carreira docente, faz com que haja uma fraca fixação dos professores numa escola e região e, portanto, se perca o esforço de trabalho sobre a História da região e haja um constante recomeçar do zero. Como refere Carvalhão Santos (2007): “A mais fácil integração dos professores, na escola e no meio, e a maior garantia de disponibilidade de recursos, estão entre os fatores que aconselham a criação e dinamização de um centro de documentação local e regional nas escolas.” (p. 138).

A isso adicionaríamos ainda que o afastamento que existe entre a Universidade, enquanto campo de produção de conhecimento científico, e a Escola dificulta muito as pontes necessárias para esse trabalho mais profícuo entre a História Local-ciência e a História Local-docência.

Capítulo III – Projeto didático

3.1. Questão de Investigação e Objetivos

A questão que serviu como ponto de partida para a nossa investigação foi, como referido no início, saber se a História e Património Local poderiam contribuir para melhorar a capacidade dos alunos se apropriarem do conhecimento histórico de caráter nacional e internacional. Esta questão desdobrou-se em dois objetivos específicos, um primeiro que procura entender em que medida os alunos se apropriam da História e Património Local e, um segundo, que estuda a capacidade de relacionar a História Local com a História Nacional e Internacional.

Para analisar esta problemática foram utilizados diversos tipos de atividades e metodologias, com vista à consolidação de conteúdos e conhecimentos históricos, mas também para o desenvolvimento de diversas capacidades e competências, tal como previstas no Perfil do Aluno à Saída de Escolaridade Obrigatória (PASEO). Nesse sentido, desdobrou-se um terceiro objetivo específico na investigação em que se pretendia entender qual a melhor estratégia para a utilização da História e Património Local no ensino da História.

3.2. Metodologia da investigação: o estudo de caso

Como metodologia de investigação optámos pelo estudo de caso, definida por Gall e colaboradores (Gall et al., 2007; citado por Amado, 2014) como “um estudo em profundidade de um ou mais exemplos de um fenómeno no seu contexto natural, que reflete a perspectiva dos participantes nele envolvidos” (p. 124). Esta metodologia mostrou-se adequada à investigação em questão, na medida em que o objetivo era estudar algo singular. Pretendia-se compreender o caso no seu todo, captando a sua complexidade e especificidade, e não generalizar os resultados aqui apresentados, cuja amostra é necessariamente limitada pelo contexto da sua realização.

Por outro lado, Yin (1989; citado por Amado, 2014) assinala que esta metodologia implica algumas “exigências intelectuais e emocionais do investigador para o estudo de caso” (p. 123), como ser bom ouvinte, saber observar e ser flexível. Ora estes pré-requisitos para realizar um estudo de caso são também características fundamentais do professor, o que torna esta metodologia particularmente interessante no âmbito dos estudos de didática.

Esta metodologia apresenta a plasticidade necessária para aproveitar uma diversidade de instrumentos de recolha de dados, permitindo desenhar uma pesquisa que pode ser quantitativa, qualitativa ou mista. O estudo de caso é, por isso, uma metodologia flexível e adaptável que se adequa a diferentes contextos de investigação, permitindo ainda tirar proveito da diversidade de situações concretas em que é possível recolher dados quando o investigador é simultaneamente o professor.

Na investigação aqui apresentada recorreu-se ao estudo de caso, baseado numa metodologia mista (que combinou elementos qualitativos e quantitativos), privilegiando a descrição e análise do fenómeno em questão, numa perspetiva de conjunto.

No âmbito da investigação, foram realizados dois estudos de caso: na turma de 7º ano X e outro na turma de 9ºano Z, descritas no capítulo I deste trabalho. São estes dois estudos de caso que em seguida passaremos a descrever, para no final procurarmos sistematizar algumas considerações e reflexões que poderão contribuir para os estudos sobre a utilização da História e Património Local como estratégia no ensino-aprendizagem da História.

3.3. Estudo de Caso 1 – História e Património Local através das Aprendizagens Essenciais do 7º ano

3.3.1. Caracterização da amostra, do contexto e dos instrumentos de recolha de dados

A investigação foi realizada no ano letivo de 2021/2022, no contexto de ensino presencial, numa turma de 7º ano de escolaridade de uma escola pública urbana, localizada numa zona central do município de Coimbra, em Portugal.

A turma é constituída por 21 alunos, tal como descrito no capítulo I. Na turma existem 2 estudantes que beneficiam de medidas seletivas de apoio à aprendizagem conforme estabelecido pelo Decreto-lei 54/2018. Destaca-se ainda que 16 dos 21 discentes têm encarregados de educação com o ensino superior, o que nos remete para o facto de ser uma turma de nível cultural de origem acima da média.

Para este estudo de caso, combinamos a utilização de métodos quantitativos e qualitativos. Nesse sentido, utilizamos como instrumentos de recolha de dados, um questionário inicial de diagnóstico e um questionário final de opinião dos alunos. Tendo em conta que o foco do nosso projeto se prendeu com o impacto da História e Património Local para a apropriação de conhecimento histórico, utilizamos como base central da recolha de dados os trabalhos produzidos pelos alunos nas atividades realizadas, tal como descreveremos em seguida.

Finalmente, estes instrumentos foram complementados com observação (participante) da professora-investigadora durante a realização das mesmas.

Instrumentos de recolha de dados – Estudo de caso 1
Questionário de diagnóstico
Trabalhos dos estudantes no âmbito da atividade “Conheço mais sobre a história da minha cidade: o criptopórtico de Aeminium”
Trabalho dos estudantes no âmbito da atividade “A importância de Coimbra no período da Reconquista”
Caderno de Campo da visita de estudo “Roteiro História pela Alta de Coimbra”
Questionário de Opinião
Observação participante e respetivas anotações da professora-investigadora

Tabela 1. Tabela com sistematização dos instrumentos de recolha de dados utilizados (autoria própria)

3.3.2. Descrição das atividades

As atividades que deram base a esta investigação realizaram-se entre dezembro de 2021 e junho de 2022. Optou-se pela diversificação dos instrumentos de recolha de dados recorrendo-se aos seguintes: um questionário de diagnóstico sobre os conhecimentos e interesses dos alunos relativamente à História e Património Local de Coimbra; trabalhos realizados pelos alunos nos diversos momentos de aplicação da investigação; as observações da professora-investigadora feitas durante as atividades; e um questionário final de opinião dos alunos sobre as atividades e aprendizagens realizadas.

As atividades realizadas dividiram-se em cinco momentos que passaremos a descrever. Estas constituíram-se como fases específicas de um projeto de investigação em didática da História. Todavia, o recurso à História e Património Local foi um elemento constante em sala de aula, ainda quando não foi alvo de uma atividade formal de investigação e apenas utilizada como ilustração da matéria lecionada, como aconteceu no caso dos vestígios da presença romana em Conimbriga, da presença muçulmana e judaica na cidade de Coimbra ou o recurso a um testamento feito em Coimbra na época da Peste Negra.

Momento 1: Diagnóstico

O primeiro momento realizou-se a 9 de dezembro de 2021, composto por um questionário de diagnóstico (Anexo 5) sobre os conhecimentos e interesses dos alunos relativamente à História e Património de Coimbra. Este foi passado aos alunos em contexto de sala de aula no dia 12 de dezembro de 2021, tendo respondido ao mesmo um total de 19 alunos.

O objetivo era fazer um diagnóstico geral dos conhecimentos dos alunos relativos à temática em estudo, mas também tomar contacto com os seus interesses neste âmbito, o que nos parecia permitir ter uma visão global sobre a relação dos estudantes com a temática e melhor adequar as atividades e projeto a desenvolver. O questionário era composto de 7 perguntas.

Assim, na pergunta 1.a e 1.b (*Identifica as imagens e indica: a) os monumentos; b) a sua época histórica.*), procurava-se que, a partir de fotografias, os alunos identificassem monumentos centrais da cidade de Coimbra e da época histórica em que se inseriam.

As Perguntas 2 e 2.1. (*Já visitaste algum dos monumentos atrás indicados? Se sim, indica qual/quais*) tinham por objetivo averiguar os monumentos já visitados pelos alunos, o que permitira também perceber a relação entre a visita e o conhecimento do mesmo.

No mesmo sentido, na pergunta 3, pretendia-se conhecer a relação dos estudantes com instalações relativas ao património na cidade e região de Coimbra. Para tal selecionaram-se alguns equipamentos permanentes (Museu Nacional Machado Castro e Museu Portugal Romano em Sicó) e uma exposição temporária (Exposição “Aeminium, Coimbra Cidade há 2000 anos”) referentes a temáticas a tratar ao longo do ano letivo, e solicitou-se que os estudantes expressassem a sua relação com os mesmos (*Indica se visitaste os seguintes locais*).

Partindo de uma visão do património que não se esgota nos monumentos, no património material e musealizado, pretendeu-se identificar outros aspetos do património imaterial conhecidos pelos alunos. Para tal selecionou-se na pergunta 4, a temática da Feira Medieval (*Já alguma vez foste à Feira Medieval em Coimbra?*) e na Pergunta 5 e 5.1 a temática das Lendas (*Conheces alguma lenda sobre a cidade de Coimbra e a sua história? Se sim, indica qual/quais*).

Na Pergunta 6 (*Refere uma figura histórica de Coimbra.*) buscou-se elencar quais as figuras históricas relacionadas com a História Local que seriam referência para os alunos.

Já a última pergunta de resposta aberta (*Indica um momento ou episódio da história de Coimbra pelo qual tenhas maior interesse.*) buscava compreender se os alunos tinham algum interesse particular dentro da temática da História Local, permitindo, assim, uma visão mais pessoal da turma.

Momento 2: Coimbra durante o Império Romano

O segundo momento do projeto realizou-se entre fevereiro e março de 2022 e inseriu-se no domínio “O mundo romano no apogeu do império”, tendo participado 17 estudantes. No dia 3 de fevereiro de 2022, foi lecionado o conteúdo relativo ao processo de romanização da Península Ibérica no contexto de sala de aula. Procurou-se aplicar os conteúdos sobre fatores

de integração no império romano à realidade de Aeminium, mas também dar a conhecer aos alunos elementos da História da cidade na época do império romano, utilizando como apoio uma apresentação PowerPoint com imagens da Exposição “Aeminium, Coimbra Cidade há 2000 anos” (Anexo 6).

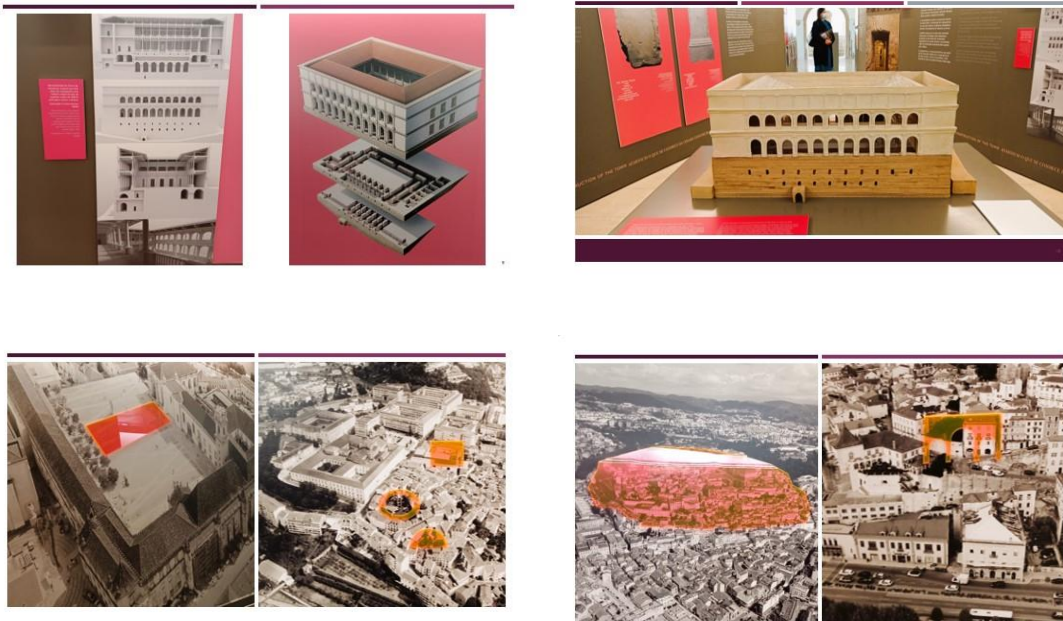


Figura 1. Excertos do Powerpoint utilizado com fotografias (de autoria própria) da Exposição “Aeminium, Coimbra Cidade à 2000 anos”

Os alunos visualizaram um vídeo sobre “A cidade de Aeminium e o criptopórtico romano”; este foi montado por mim, através da seleção de excertos de dois vídeos da ESEC TV (um sobre a Exposição “Aeminium, Coimbra Cidade há 2000 anos - Sala da Cidade” e outro sobre a reabertura do Museu Nacional Machado Castro)² e sua posterior junção num só.

Foi com base no vídeo que realizaram uma Ficha de Formativa (Anexo 7) sobre os vestígios da presença romana na cidade de Coimbra, tendo por base o vídeo a que tinham assistido e fotografias do espólio do MNMC.

² Para consulta dos dois vídeos utilizados como base do material construído para a aula, consultar respetivamente: <https://www.youtube.com/watch?v=YpnhBsgjK> 4 e <https://www.youtube.com/watch?v=sDOu2flrEUg>



Figura 2. Screenshot do vídeo “A cidade de Aeminium e o criptopórtico romano”

Numa primeira pergunta procurava-se que os estudantes identificassem a cidade de Coimbra na época romana (*Identifica o nome da cidade de Coimbra na época do império romano.*). Na pergunta 2, solicitava-se que descrevessem a relevância da mesma e de fatores que a justificassem (*Justifica a importância desta cidade na época romana, com dois fatores relatados no vídeo.*). Nas perguntas seguintes buscava-se aprofundar o conhecimento dos discentes sobre os vestígios na atual cidade de Coimbra referentes a este período, com particular destaque para o Criptopórtico romano (*3. Indica o principal vestígio romano que ainda podemos hoje encontrar na cidade de Coimbra.*). Nesse sentido, tinha-se por objetivo não apenas a sua identificação, mas a sua localização no espaço (*3.1. Localiza-o na atual cidade de Coimbra.*) e a compreensão dos motivos da sua relevância (*3.2. Explica a função desta estrutura arquitetónica na época romana.*). A pergunta 4 (*Enuncia a importância deste vestígio da presença romana no atual território português.*) tinha como meta que os estudantes enquadrassem a relevância deste vestígio numa perspetiva nacional, obrigando a relacionar as suas funções e a sua importância, bem como uma visão local e nacional. Na pergunta 5 (*Nomeia outros vestígios da presença romana em Coimbra que visualizaste ao longo da aula [através do Vídeo e PowerPoint].*) pretendia-se valorizar outros vestígios de menor visibilidade patrimonial, como parte da presença romana em Coimbra.

Finalmente, na pergunta 6, procurou-se realizar um exercício de consolidação dos fatores de unificação do império romano, utilizando fotografias relativas a vestígios romanos da cidade de Coimbra (integrados no espólio do MNMC) que remetiam para os mesmos. Aos estudantes era solicitado um exercício de legendagem que testasse esse conteúdo (*6. Os vários documentos abaixo remetem-nos para a presença romana na região de Coimbra. 6.1. Observa os documentos, lê as legendas e identifica o fator de unificação do império para que cada um dos*

documentos remete.). Já na pergunta 6.2. pretendia-se que eles pudessem distinguir entre vestígios materiais e imateriais, remetendo assim para a diversidade de elementos que podemos integrar ao nível do património (6.2. *A partir destes documentos e dos documentos da página 82 e 83 do teu Manual, identifica 3 vestígios materiais e três vestígios imateriais da presença romana em Portugal.*).

O preenchimento da Ficha Formativa não serviu como base de análise de dados, mas apenas como síntese da aula e consolidação dos conteúdos, que seriam alvo de avaliação através de uma tarefa posterior. Assim, no final da aula foi lançado o desafio “Conheço mais sobre a história da minha cidade: o Criptopórtico de Aeminium”, cuja descrição da tarefa estava incluída na pergunta 7 da Ficha Formativa (Anexo 7).

Neste desafio propôs-se, a partir da matéria lecionada na aula e da pesquisa autónoma, que os estudantes realizassem uma narração para o vídeo “Aeminium: Criptopórtico e Fórum Romano” do Museu Nacional Machado Castro³ de no máximo 2min. O trabalho podia ser realizado a pares ou individualmente, sendo permitido que entregassem em formato áudio ou uma narração simultânea com o vídeo, para que as capacidades técnicas e informáticas dos alunos não se constituíssem como um obstáculo à realização do trabalho. Através da *GoogleClassRoom* foi ainda partilhado um guião de orientação dos pontos que deveriam ser focados pelas narrações e que foram os itens através dos quais se analisou posteriormente os trabalhos realizados. Criou-se um separador para que os alunos submetessem os respetivos trabalhos. Solicitava-se que as narrações indicassem: o nome de Coimbra durante a época romana e o período do império em que passou a ser cidade; a descrição do que é o Criptopórtico, a sua função e onde se localiza atualmente na cidade de Coimbra; a importância deste vestígio como expressão da presença romana em Coimbra e património da cidade.

Ao nível dos conteúdos, os objetivos da atividade prendiam-se com alcançar e consolidar as aprendizagens essenciais “Reconhecer os contributos da civilização romana para o mundo contemporâneo” e “Identificar/aplicar os conceitos: império; urbanismo; romanização”. Já ao nível do Perfil do Aluno, este desdobra-se em Áreas de Competência do Perfil dos Alunos (ACPA) que nos remetem para aspetos específicos no que toca ao ensino da História. Nesse sentido, quanto às competências transversais, com esta atividade pretendia-se que os alunos desenvolvessem capacidade de pesquisa e de comunicação oral em História (ACPA B), aliassem o trabalho científico da utilização dos conceitos e conteúdos históricos, com o saber técnico e tecnológico necessário à realização do exercício (ACPA I). A atividade buscava ainda

³ Vídeo Aeminium - Criptopórtico e Fórum Romano: <https://www.youtube.com/watch?v=kLQOL1gv5jE>

que os alunos, desenvolvessem métodos autónomos de trabalho (ACPA F) e capacidade de relacionamento interpessoal e cooperação nos casos em que os alunos puderam realizar a tarefa em pares (ACPA E).

Momento 3: Coimbra no período da formação do Reino de Portugal

Um terceiro momento realizou-se entre 19 e 26 de abril de 2022, no âmbito do domínio “A Península Ibérica nos séculos IX a XII”. Nos dias 19 e 21 de abril foram lecionados os conteúdos relativos à formação do Reino de Portugal no contexto da Península Ibérica e do processo da reconquista cristã. Na segunda parte da aula do dia 21 de abril foi proposto aos alunos a realização da atividade “Estações de Investigação sobre a importância de Coimbra no período da reconquista cristã” (Anexo 8), inspirada em algumas propostas de *Inquiry Based Learning* (Kirchner, 2019).



Figura 3. Excertos dos materiais base da atividade “Estações de Investigação sobre a importância de Coimbra no período da reconquista cristã” (autoria própria)

A atividade estava organizada em torno da pergunta chave: “Qual a importância de Coimbra na formação do Reino de Portugal durante o processo da reconquista?”. Os alunos foram divididos em 4 grupos, 3 grupos compostos por 5 alunos cada um e 1 dos grupos com 6

alunos. A cada grupo era entregue uma “Estação” em cartolina, com material iconográfico relativo a monumentos/locais da cidade e um texto escrito (fonte histórica, texto historiográfico ou de divulgação histórico-turística), que os alunos deveriam analisar em grupo. Aos alunos foi solicitado que lessem os textos, observassem as imagens e preenchessem uma tabela de leitura e interpretação dos mesmos (Tabela 2), que os ajudaria a obter respostas para a questão-chave formulada no início.

O objetivo era estimular a capacidade de observação, orientando a extração de informações históricas e a interpretação dos conteúdos e vestígios, a partir de diversos tipos de materiais, nomeadamente imagens que remetiam para património material e textos cujo conteúdo enquadrava historicamente o mesmo. Nesse sentido, no primeiro item (*Carateriza a área em que se manifesta a importância da cidade de Coimbra.*) requeria-se que os alunos classificassem a área de importância para que remetiam os materiais que compunham uma determinada Estação. No segundo item (*Indica um ou mais vestígios relevantes relativos a esse papel da cidade.*) procurava-se que os estudantes associassem uma determinada função e importância a um vestígio em específico, relacionando ambos os elementos. Finalmente, no terceiro item (*Retira uma frase do texto que expresse a essa importância.*), pedia-se que concretizassem esse aspeto com uma frase ilustrativa dos textos.

	Estação 1	Estação 2	Estação 3	Estação 4
Carateriza a área em que se manifesta a importância da cidade de Coimbra.				
Indica um ou mais vestígios relevantes relativos a esse papel da cidade.				
Retira uma frase do texto que expresse a essa importância				

Tabela 2. Tabela para interpretação das Estações e preenchimento durante a estadia em cada uma (autoria própria)

Foram estabelecidos entre 7 e 10 minutos para a estadia em cada estação e o preenchimento das informações relativas à mesma. Terminado o tempo, as estações rodavam de grupo, até que no final todas as estações tivessem passado pelos 4 grupos. Através de diálogo com os alunos foi realizada uma correção oral dos exercícios e no final da aula as tabelas de cada grupo foram entregues à professora. Nesta atividade participaram 21 alunos, ou seja, a totalidade da turma.

Na aula seguinte, no dia 26 de abril, surgiu a possibilidade de continuar o trabalho realizado na aula anterior. Nesse sentido, foi feita a visualização da reconstituição em 3D da Coimbra Medieval, projeto realizado no âmbito das comemorações dos 900 anos da Almedina⁴.



Figura 4. Screenshot do vídeo “3D da Coimbra Medieval”

Em seguida, foi solicitado aos alunos que escrevessem um texto de cerca de 15 linhas, como resposta à questão: “*Carateriza a importância da cidade de Coimbra na época da reconquista cristã. Exemplifica a tua resposta indicando os monumentos na cidade que nos remetem para essa importância.*”. Este exercício permitiu sintetizar os principais aspetos lecionados e investigados pelos estudantes na aula anterior e simultaneamente trabalhar o desenvolvimento de capacidades dos alunos ao nível da expressão escrita, que serão cada vez mais solicitadas ao longo do avanço da escolaridade no 3º ciclo. Nesta atividade participaram todos os alunos (21), mas apenas alguns (11) conseguiram terminar e entregar.

Estas duas atividades tinham como objetivos, ao nível dos conteúdos, identificar a importância geográfica, política, militar e religiosa de Coimbra no período de formação do reino de Portugal no século XII e reconhecer vestígios materiais na cidade que atestam essa

⁴ Vídeo completo - 3D da Coimbra Medieval:
<https://coimbramedieval.wixsite.com/coimbramedieval/post/v%C3%ADdeo-completo-3d-da-coimbra-medieval>

importância. Aplicava-se, assim, a um contexto local as aprendizagens essenciais previstas em “Descrever a formação do Reino de Portugal, nomeadamente a luta de D. Afonso Henriques pela independência”.

A nível das competências previstas no Perfil dos Alunos (PASEO) pretendia-se desenvolver as capacidades de leitura e interpretação de textos e imagens (ACPA A), da comunicação escrita (ACPA B), métodos autónomos de trabalho (ACPA F) e capacidade de relacionamento interpessoal e cooperação ao trabalhar em grupo (ACPA E).

Momento 4: Visita de Estudo

Um quarto momento do projeto de investigação decorreu no dia 13 de maio de 2022, quando se realizou a visita de estudo “Roteiro histórico pela Alta de Coimbra”, na qual participaram 17 alunos, sendo que 15 entregaram os cadernos de campo.

Segundo Abreu (1972) e Almeida (1998), entre outros, podemos sistematizar a planificação da visita de estudo como estratégia didática em quatro momentos: a preparação (estabelecimento de objetivos, apresentação de plano da visita e respetivo enquadramento pedagógico, solicitação de autorizações e preparação dos alunos); a dinamização da visita de estudo; a avaliação; e a reflexão sobre a mesma, seja pelos alunos, seja pelo próprio professor. Nesse sentido, procuraremos descrever brevemente as várias fases na preparação da mesma.

Esta visita de estudo foi uma proposta do Núcleo de Estágio no âmbito do projeto de Domínio de Autonomia Curricular / Autonomia e Flexibilidade Curricular da Turma, tendo um carácter interdisciplinar e sendo organizada em conjunto pelas disciplinas de História e Ciências da Natureza.

De acordo com Almeida (1998), uma das limitações a uma boa concretização da visita de estudo é o efeito novidade que pode ter um efeito negativo na aprendizagem ao “manifestar-se através de um comportamento ativo, excitado e explorador” (p. 66-67). Nesse sentido, para aumentar a eficácia pedagógica de uma visita de estudo e garantir uma melhor experiência seria preciso, portanto, aumentar o conhecimento prévio dos alunos. Tendo em conta que, devido à pandemia da covid-19, os alunos estiveram dois anos sem possibilidade de realizar visitas de estudo, esta preparação tornava-se ainda mais premente.

Por isso, no dia 11 de maio de 2022, a aula de História foi dedicada à preparação da visita de estudo, apresentando o percurso e as atividades que seriam propostas aos alunos, dando informações organizativas e fazendo-se a revisão dos textos e ensaio das dramatizações históricas que teriam lugar na visita de estudo.

As visitas de estudo podem distinguir-se, segundo Faria (2014), quanto ao papel que nelas assumem professor e aluno, sendo divididas entre: “Saídas dirigidas, onde o professor assume total protagonismo durante a atividade e transmite toda a informação necessária ao aluno; Saídas a-dirigidas, onde o professor recorre a terceiros, nomeadamente, a guias que possuem informações pertinentes sobre o local a visitar; Saídas não dirigidas, centradas totalmente nos alunos, em que estes controlam o desenrolar da atividade e assumem um papel ativo na aprendizagem que efetuam ao longo desta” (p. 39).

Neste sentido, a visita de estudo teve uma parte inicial não dirigida, com trabalho autónomo de exploração dos alunos no espaço da Universidade de Coimbra, orientado a partir de um roteiro, do qual falaremos em seguida. Na segunda parte da visita esta foi semidirigida, na medida em que foi realizada uma visita guiada à Sé Velha de Coimbra e outra visita guiada ao Museu Nacional Machado Castro (incluindo o Criptopórtico), ambas acompanhadas por guias responsáveis dos próprios espaços.

Como material guia da visita e eixo condutor das atividades propostas aos alunos, foi feito um caderno de campo intitulado “Roteiro histórico da Alta de Coimbra” (Anexo 9), organizado pelas duas estagiárias de História, sob supervisão da Professora orientadora de Estágio.

Os objetivos da visita de estudo, ao nível da disciplina de História, eram centralmente de consolidação dos conteúdos lecionados em diferentes domínios lecionados ao longo do ano: o mundo romano no apogeu do império; a Península Ibérica do século IX a XII; a cultura portuguesa face aos modelos europeus. Destacavam-se nomeadamente, como objetivos específicos, os contributos da civilização romana para o mundo contemporâneo com a visita ao Criptopórtico romano no MNMC; identificar vestígios na cidade da presença muçulmana e do período de formação do reino de Portugal; compreender o papel exercido pelas instituições monásticas e pelas cortes régias e senhoriais na produção e disseminação de cultura e a sua relação com a Universidade de Coimbra; e explorar alguns exemplares do românico e gótico na cidade (Sé Velha e MNMC). Pretendia-se, além disso, através da visualização *in loco*, relacionar a História nacional com a História e Património Local.

No início da visita foi entregue a cada aluno o caderno-roteiro que serviria de guião para as várias estações do percurso que, simultaneamente, funcionava como caderno de exercícios, onde os alunos iam cumprindo com as diversas tarefas e preenchendo as respostas. As várias tarefas a realizar estavam divididas em 11 Estações a percorrer ao longo da visita de estudo, que iam desde a resposta a algumas perguntas até encontrar vestígios históricos, assim como a dramatização de textos produzidos em contexto de sala de aula. A título de ilustração, na Estação 1, propôs-se um exercício de preenchimento de espaços lacunares, que recuperava as

aprendizagens lecionadas relativamente ao subdomínio “A cultura portuguesa frente aos modelos europeus”, no séc. XII a XIV, aplicando-as ao contexto local.


Estação 1: Estátua D. Dinis	
	<p><i>Preenche os espaços lacunares no texto.</i></p> <p>D. Dinis fundou em _____ o Estudo Geral em Lisboa. Este viria a ser transferido posteriormente para _____, estando na origem da _____ desta cidade. Este rei destacou-se ainda como poeta trovador, representante da cultura _____.</p>

Figura 5. Estação 1 do Roteiro da visita de estudo

Na Estação 5, pretendia-se trabalhar a identificação de vestígios e evolução de um espaço como o Paço das Escolas ao longo de vários momentos da História, solicitando-se a sua nomeação em diferentes contextos históricos. Mobilizava-se ainda a aplicação de diversos conteúdos do domínio “A formação da cristandade ocidental e a expansão islâmica”.


Estação 5: Paço das Escolas na Idade Média	
	<p><i>Identifica o nome deste edifício no período:</i></p> <p>a. da presença muçulmana na cidade de Coimbra: _____.</p> <p>b. durante o reinado de D. Afonso Henriques: _____.</p>

Figura 6. Estação 5 do Roteiro da visita de estudo

Na Estação 10, no contexto do Museu Nacional Machado Castro, o objetivo era essencialmente de consolidação e aplicação de conteúdos programáticos lecionados no início do 2º período relativos ao subdomínio “O mundo romano no apogeu do império”, servindo ainda como elemento de avaliação da apreensão de conhecimentos a longo prazo.



Figura 7. Estação 10 do Roteiro da visita de estudo

No final do caderno, existia ainda uma Estação Final – Reflexão sobre a visita de estudo (*Faz uma reflexão sobre a visita de estudo, indicando o que mais gostaste e o que gostarias de ver melhorado.*), com o objetivo de auscultar as opiniões de sugestões do aluno, no âmbito das boas práticas de avaliação dos próprios projetos e no sentido de desenvolver capacidades de crítica e reflexão nos alunos.

Ao nível das competências do Perfil do Aluno procurava-se desenvolver as capacidades de observação, obtenção de informação e anotação de conteúdos relevantes (ACPA B), estimular o enriquecimento cultural e a sensibilidade estética e artística (ACPA H), métodos autónomos de trabalho (ACPA F) e práticas de respeito e interação entre os elementos participantes, fomentando o espírito de grupo (ACPA E) e, finalmente, a consciência e domínio do corpo (ACPA J), seja através do percurso que circulou em vários locais, como também da realização de dramatizações históricas na Sé Velha, trabalhadas previamente em sala de aula.

Momento 5: Avaliação do projeto

O último momento do projeto foi a realização de um questionário de opinião aos estudantes (Anexo 10) no dia 7 de junho de 2022. Responderam ao mesmo 17 alunos, pois os restantes estavam a faltar às aulas quando este foi aplicado. Pretendia-se, assim, recolher uma visão dos discentes sobre o projeto e as suas atividades, compreender como avaliavam as aprendizagens desenvolvidas ao longo do processo e, ao mesmo tempo, estimular as suas capacidades de reflexão e espírito crítico (ACPA D).

Numa primeira parte do questionário (Pergunta 1. *Identifica as imagens e indica: a) os monumentos; b) a sua época histórica.*) repetiu-se o exercício de identificação de monumentos e respetivas épocas históricas, realizado no início do ano. O objetivo era avaliar a evolução dos

alunos na sua aprendizagem relativa ao património local e às respetivas épocas históricas, após a lecionação dos conteúdos programáticos com enfoque a partir da História Local e, assim, avaliar alguns dos impactos das atividades realizadas.

Numa segunda parte, apresentaram-se perguntas de opinião e avaliação dos alunos sobre as atividades relacionadas com a temática da História e Património Local. Na Pergunta 2, procurava-se saber qual a atividade que tinha despertado mais interesse nos estudantes (*Ao longo do ano letivo realizámos várias atividades sobre História e Património da cidade e região de Coimbra no âmbito da disciplina de História. Indica a atividade que mais gostaste*). Para tal, indicavam-se as três atividades realizadas e pedia-se na pergunta 2.1. que os alunos fundamentassem a sua resposta (*Justifica a tua resposta*), como forma de conhecer melhor os seus interesses e diminuir as respostas aleatórias.

Em seguida, utilizando uma escala de 1 (*Nada*) a 5 (*Muito*), procurou-se compreender a relação entre as atividades e a capacidade de aprendizagem de conteúdos da matéria estudada (Pergunta 3. *Consideras que estas atividades foram importantes para compreenderes melhor a matéria em estudo?*), requerendo a respetiva fundamentação (*3.1. Justifica a tua resposta*).



Figura 8. Escala de opinião utilizada no questionário de opinião aos estudantes (autoria própria)

Utilizando a mesma escala de referência, na Pergunta 4 (*Consideras que estas atividades foram motivadoras para a tua aprendizagem em História?*) buscou-se compreender o impacto das iniciativas realizadas para a motivação dos alunos para a aprendizagem.

Já a pergunta 5 tinha como objetivo entender se os estudantes consideravam ter incrementado as suas aptidões ao longo do projeto (*Consideras que com a realização destas atividades desenvolveste novas capacidades e competências?*), procurando que assinalassem as que consideravam ter sido mais trabalhadas (Pergunta 5.1 *Indica as capacidades e competências que sentes que melhor desenvolveste ao realizar estas atividades?*). Para tal indicavam-se diversas hipóteses que os estudantes podiam assinalar em simultâneo ou acrescentar alguma outra que considerassem não estar contemplada, solicitando-se finalmente a fundamentação da resposta (*Pergunta 5.2. Justifica a tua resposta.*).

5.1. Indica as capacidades e competências que sentes que melhor desenvolveste ao realizar estas atividades?

Autonomia	
Capacidade de comunicação oral	
Capacidade de observação e anotação de informação	
Capacidade de pesquisa	
Cooperação e espírito de grupo	
Consciência cívica e respeito pelo património	
Relacionar a história nacional com a história da cidade de Coimbra.	
Outra (indica qual ou quais)	

Tabela 3. Tabela de opções para resposta à pergunta 5.1. do questionário de opinião (autoria própria)

Na Pergunta 6, numa escala de 1 (*Nada*) a 5 (*Muito*) pretendia-se avaliar a relevância atribuída pelos discentes ao estudo da História e Património Local (*Conhecer a história e património local é importante para ti?*). Procurou-se compreender melhor o valor atribuído na Pergunta 6.1. (Indica os motivos que te parecem mais importantes para o estudo da História e Património Local?) desdobrando-o em diversos tipos de importância e possíveis funções que os alunos atribuíssem ao estudo desta temática. Os estudantes podiam assinalar diversas opções e acrescentar outra que considerassem estar ausente.

6.1. Indica os motivos que te parecem mais importantes para o estudo da História e Património Local?

Importância cultural	
Importância educativa	
Importância turística	
Preservação de identidade	
Preservação do património	
Atuação mais informada como cidadão/cidadã	
Outra (indica a opção):	

Tabela 4. Tabela de opções para resposta à pergunta 6.1. do questionário de opinião (autoria própria)

Finalmente, na Pergunta 7 (*Deixa um comentário ou opinião sobre a aprendizagem que realizaste através das atividades sobre História e Património local, sobre as capacidades que desenvolveste e/ou dificuldades que sentiste.*), através de uma questão de resposta aberta, procurou-se que os estudantes pudessem colocar alguma opinião mais pessoal relativamente à aprendizagem realizada.

Este questionário constituiu-se, assim, como um elemento fundamental para auscultar a visão dos discentes sobre a aprendizagem realizada e simultaneamente constituiu-se como um momento de avaliação do processo de ensino, que é determinante para posteriormente poder melhorá-lo e ajustá-lo às necessidades de cada processo de ensino-aprendizagem.

3.3.3. Análise de resultados

Momento 1: Diagnóstico

A primeira tarefa prendia-se com a identificação de alguns monumentos históricos da cidade. Destaca-se que 12 alunos (63%) identificaram corretamente o Pátio das Escolas na Universidade de Coimbra (UC), o que expressa bem a centralidade da UC na vida da cidade na atualidade e na história, como instituição de educação de referência, mas também como grande empregadora na cidade. Em segundo lugar, 10 alunos (53%) identificaram Conimbriga, monumento nacional que não pertencendo à cidade, situa-se na região periférica da mesma. Finalmente, 7 alunos (37%) identificaram corretamente a Sé Velha, o Mosteiro de Santa Clara a Velha e o Mosteiro de Santa Cruz, monumentos de grande centralidade na cidade

	Correto	Parcial/Incompleto	Incorreto
Sé Velha	37%	11%	53%
Arco Almedina	26%	5%	68%
Pátio das Escolas - Universidade	63%	0%	37%
Most. St.-Clara-A- Velha	37%	16%	47%
Most. St. Cruz	37%	11%	53%
Judiaria	0%	74%	26%
Conimbriga	53%	0%	47%
Criptomórtico	0%	32%	68%

Tabela 5. Tabela com respostas à pergunta 1.a do questionário de diagnóstico em percentagem (autoria própria)

Pela negativa, destaca-se o facto de nenhum aluno ter identificado corretamente o Criptomórtico romano (68% não identificaram de todo e 32% identificaram que se tratava de uma parte do Museu Nacional Machado Castro [MNMC], mas sem conseguir nomeá-lo especificamente). Relativamente à Rua Corpo de Deus, onde se localizava uma das antigas Judiarias de cidade, um aluno identificou precisamente o nome da rua e 13 alunos localizaram-na Baixa da cidade, podendo considerar-se que 73% conseguiram localizá-la geograficamente, mas nenhum aluno conseguiu identificar historicamente este espaço como antiga judiaria de Coimbra; isto indica-nos também a pouca relevância que se tem dado à judiaria na História e nos processos de preservação do património da cidade, apesar da atual exposição de longa duração “Judeus em Coimbra” no Pátio da Inquisição ser um elemento que vai no sentido de contrapor essa dinâmica.

A segunda tarefa proposta solicitava a época histórica dos mesmos monumentos, chamando à atenção que globalmente os alunos não conseguiram identificar a época histórica dos mesmos. A título de exemplo, o Pátio das Escolas, que foi o mais identificado como monumento teve apenas 4 alunos (21%) que o conseguiram identificar na sua época histórica.

	Correto	Parcial/Incompleto	Incorreto
Sé Velha	16%	5%	79%
Arco Almedina	5%	5%	90%
Pátio das Escolas - Universidade	21%	5%	74%
Most. St.-Clara-A- Velha	10,5%	10,5%	79%
Most. St. Cruz	16%	5%	79%
Judiaria	0%	11%	89%
Conimbriga	16%	5%	79%
Criptomórtico	0%	16%	84%

Tabela 6. Tabela com respostas à pergunta 1.b do questionário de diagnóstico em percentagem

Na terceira pergunta, onde se pedia aos alunos para indicarem quais os monumentos que já tinham visitado, repete-se a mesma ordem que na primeira pergunta (Pátio das Escolas, Conimbriga e depois Mosteiro de Santa Clara, Santa Cruz e Sé Velha), o que parece apontar para a importância da visita ao monumento como facilitador da sua identificação. Todavia, no caso do Criptomórtico, 4 alunos (21%) indicaram já ter visitado o MNMC, mas nenhum conseguiu identificar corretamente como vimos na pergunta 1. Este elemento aponta-nos para a importância não apenas da visita, mas do conteúdo associado à mesma. Sobre os equipamentos culturais mais visitados, destaca-se o Museu Nacional Machado Castro com 53% (10 alunos já tinham visitado), tendo os restantes alunos números de visitas marginais.

Relativamente a lendas locais, 5 alunos destacaram conhecer a lenda relativa à história de D. Pedro e D. Inês de Castro (26%), que tem uma importante projeção na História nacional e importantes referências na cidade como a Quinta das Lágrimas; 3 alunos (16%) assinalaram a lenda da Rainha D. Isabel e o milagre das Rosas, que é Padroeira da Cidade; mas 3 alunos (16%) destacaram lendas relativas ao Rio Mondego e à Princesa Cindazunda, provavelmente trabalhadas no âmbito da disciplina de História e Geografia de Portugal no 2º ciclo.

Quando questionamos os alunos sobre figuras históricas locais, destaca-se nitidamente a figura de D. Dinis (8 alunos – 42%), seguido de um número significativo de alunos que não responde (6 alunos – 31%). Chama à atenção que todas as referências neste âmbito são figuras nacionais (D. Dinis, D. Pedro, D. Inês de Castro) cuja história esteve também ligada à cidade,

não havendo uma referência a figuras de carácter exclusivamente local. É ainda de assinalar também que as figuras indicadas pelos alunos estão todas associadas ao período da Idade Média e em particular a um período em que historicamente Coimbra se destacou na História do país e na sua ligação à corte e à primeira dinastia; isto remete-nos muito para tendência assinalada no cap. II sobre a valorização da História e Património Local na sua relação essencialmente com a História nacional, em particular das suas elites.

Relativamente aos interesses dos alunos, podemos dizer que há um importante predomínio dos que não respondem (9 alunos – 47%) e uma dispersão das respostas dos restantes alunos, mas que poderíamos agrupar em dois grandes grupos: um primeiro grupo cujo interesse se centra no período medieval, com destaque para as figuras de D. Dinis e D. Isabel (5 alunos – 26%); e um segundo grupo (4 alunos – 21%) cujo interesse se foca no período romano, com destaque para Conímbriga.

Do questionário analisado sublinha-se, assim, globalmente, um desconhecimento significativo da História e Património Local, apesar de na maioria virem de um meio familiar com uma elevada escolaridade. O outro elemento que nos parece importante é que uma parte do que os alunos identificam está mais relacionado com o seu papel atual na cidade, de que são exemplo a Universidade, a referência à Rainha Santa ou a estátua da Princesa Cindazunda (que inclusive alguns alunos não sabiam indicar o nome, mas que referenciavam a estátua nas suas perguntas durante o preenchimento do questionário), remetendo-nos assim muito mais para os conhecimentos tácitos do que para um conhecimento historiográfico mais consolidado. Consideramos que estes elementos nos indiciam da pouca importância que a História Local tem nos currículos escolares e que, junto com a referência feita anteriormente às lendas, faz-nos intuir que quando se faz referência à História Local esta passa não tanto pelo contacto com a “Nova História Local”, mas pela referência a lendas e a questões de afirmação identitárias da região, como é o caso da Princesa Cindazunda. A outra questão que nos parece relevante é que, em grande parte, a História Local surge para os alunos apenas quando é relevante para a História nacional, como se demonstra no caso daquilo que os alunos consideram figuras locais.

Momento 2: Coimbra durante o Império Romano

Relativamente aos trabalhos dos alunos, podemos dizer que em geral cumpriram os objetivos colocados ao nível dos conteúdos, visto que a maior parte abordou de maneira adequada os tópicos solicitados.

Foram entregues 17 trabalhos. Os objetivos mais bem conseguidos foram os relativos à nomeação da cidade de Coimbra no período do império romano (17 respostas – 100%), seguido da importância do criptopórtico a nível arquitetónico e respetiva função de suporte do Fórum e superação do declive do terreno (16 respostas – 94%). O tópico de localização do criptopórtico na atualidade revelou maiores dificuldades, embora com bons resultados (14 respostas – 82%). Chama-se aqui à atenção que estes três itens foram também os conteúdos mais consolidados nos exercícios realizados em sala de aula, o que aponta a importância de um trabalho prévio mais orientado em sala de aula para melhores resultados.

Relativamente à importância deste vestígio, 16 respostas (94%) apontaram para a importância do Criptopórtico como suporte do Fórum, sublinhando a sua função ao nível da arquitetura e como obra de engenharia.

Já um número um pouco menor de trabalhos assinalou o Criptopórtico como base do Fórum, tendo em conta a sua função e relevância também como centro político-administrativo-religioso da cidade – 13 estudantes (76%) fizeram-no corretamente e 1 aluno (5,9%) fê-lo apenas de forma parcial.

“O lugar onde, hoje em dia, se encontra o Museu Nacional Machado de Castro era o fórum romano. O criptopórtico foi construído para evitar o declive da colina, ao criar uma plataforma artificial. A construção romana suportava o pátio e os edifícios contíguos. O fórum era o centro político, religioso e administrativo da cidade, situado na intersecção de duas estradas principais - o *cardo* e o *decumanus*.” (7XA⁵ e 7XH)

“A praça pública era onde se reuniam as principais funções da urbanização, sendo elas religiosas, políticas ou administrativas. Constituíam o coração de qualquer cidade romana. Esse lugar era o Fórum. Do Fórum de Aeminium apenas resta a infraestrutura: o criptopórtico. O criptopórtico era um corredor subterrâneo que servia de suporte a edifícios como o Fórum, muitas vezes compensando o declive do terreno.” (7XC)

“O criptopórtico é uma galeria subterrânea composta por dois pisos de largura diferenciada e por celas iguais de grande dimensão. Os criptopórticos na arquitetura romana serviam para suportar estruturas localizadas na superfície, como o de Coimbra que suportava o Fórum de Aeminium, atual Coimbra, que podemos visitar na parte de baixo do MNMC.” (7XO)

Tabela 7. Excertos dos trabalhos apresentados pelos alunos do 7X “Desafio: Conheço mais sobre a História da minha cidade”

⁵ Para preservar a identidade dos alunos, foi atribuído um código a cada um, referindo-se o 7 ao ano de escolaridade, o X à turma e a última letra identificando um aluno em questão.

No que concerne ao último item que foi solicitado aos alunos que abordassem relativo à relevância patrimonial do Criptopórtico, a maioria dos estudantes explica a importância do Criptopórtico enquanto património apenas por ser um vestígio da época romana na cidade, por estar bem conversado, havendo alguns que procuram avançar que este expressava a relevância da cidade, mas sem o justificar melhor.

“O criptopórtico e o Fórum romano demonstram que Coimbra fez parte da história romana e é um exemplo da presença romana na Península Ibérica.” (7XM e 7XN)
“Este criptopórtico romano (uma galeria subterrânea em forma de abóbada) de dois pisos foi considerado o «melhor edifício da época romana conservado em Portugal».” (7XD)
“A descoberta deste vestígio romano vem demonstrar a importância que Aeminium teve para os romanos, demonstrando que eles se estabeleceram em Coimbra por muito tempo. O criptopórtico é um dos mais importantes patrimónios históricos de Coimbra, sendo considerado o melhor edifício romano da época conservado em Portugal.” (7XE)

Tabela 8. Excertos dos trabalhos apresentados pelos alunos do 7X “Desafio: Conheço mais sobre a História da minha cidade”

Nesse sentido, não fazem a ligação entre o papel arquitetónico ou a importância político-administrativa para compreender a relevância de Aeminium como cidade e do como Criptopórtico como vestígio histórico que nos permite aceder a essa realidade. Apenas um trabalho avançou em procurar relacionar o papel da cidade com a importância do património.

“A presença deste vestígio romano em Coimbra expõe a grande importância da antiga cidade de Aeminium na época. A cidade era relevante devido à sua localização estratégica no cruzamento de uma estrada muito importante. Esta via de transporte ligava duas das cidades mais importantes da altura: Braga e Lisboa. A cidade era marcada pelo Rio Mondego, onde esta a atravessava, servia de local de porto, de transporte de produtos de comércio, de navegação e de via marítima. Além disso, é um exemplo de arte devido à sua engenharia e arquitetura, utilizada pela civilização romana.” (7XG e 7XF)

Tabela 9. Excertos dos trabalhos apresentados pelos alunos do 7X “Desafio: Conheço mais sobre a História da minha cidade”

Assim, embora a maior parte dos trabalhos consiga globalmente responder aos objetivos propostos, refletindo um tema bem consolidado em sala de aula, os alunos mostraram particular dificuldade na relação entre fatores explicativos. Este será um tema que veremos reaparecer noutros momentos do projeto.

Ao nível das competências, é de assinalar também que muitos alunos tiveram “vergonha” de fazer a narração de forma oral, questionando a professora se poderiam apresentar apenas por escrito. Todavia, como veremos na parte final das capacidades, uma das competências que os alunos mais referiram ter desenvolvido foi a comunicação oral. Parece-nos neste caso, que sendo um exercício novo e menos solicitado em contexto de sala de aula motivou mais dificuldades para os alunos, associado a uma fase de crescimento dos alunos onde o confronto com a sua própria voz e corpo e na relação com os outros é todo um desafio em geral e não apenas neste exercício em particular.

Momento 3: Coimbra no período da formação do Reino de Portugal

Como descrito anteriormente, a atividade realizada no âmbito das “Estações de Investigação sobre Coimbra na formação do Reino de Portugal” prendeu-se com o preenchimento de uma tabela em contexto de sala de aula, que foi entregue à professora. A análise dos resultados da mesma demonstraria que a maior parte dos grupos conseguiu cumprir com sucesso a atividade proposta, devendo, todavia, ser levado em conta que as tabelas preenchidas pelos alunos incluíam já uma correção conjunta oral em contexto de sala de aula.

Da análise do preenchimento desta tabela destaca-se a particular dificuldade dos alunos em identificar os vestígios patrimoniais, que cumprem funções diferentes na atualidade daquela que tinham na época em estudo, como é o caso do Paço das Escolas (Estação 2). Os alunos identificam o vestígio na atualidade (Universidade ou Paço das Escolas), mas têm dificuldade em nomeá-lo na função que cumpria no séc. XII (apenas 1 grupo conseguiu nomeá-lo corretamente), o que nos coloca em presença de conhecimento tácito, mas não ainda de conhecimento histórico sobre o tema. Já na estação 1, os alunos identificaram o “castelo” em geral, mas tiveram dificuldade em nomear especificamente os vestígios que estavam no material que analisaram, através do qual poderiam concretizar uma porta específica da muralha de Coimbra ou num dos castelos da linha defensiva do Mondego; o que aponta dificuldades para retirar com precisão informação a partir dos materiais distribuídos, o que as observações em contexto de sala de aula corroboram. Outra hipótese, seria como no exemplo anterior, estarmos em presença da dificuldade de distinguir entre o que existe hoje (a ausência de um castelo visível em Coimbra) e o que existia no passado.

A observação e diálogo com os alunos durante esta atividade cumpriu um papel fundamental na investigação, complementando de forma determinante a análise dos resultados. Apesar de terem conseguido em geral chegar ao objetivo pretendido no produto final do

trabalho, os alunos apresentaram muitas dificuldades em realizar o exercício em sala de aula. Muitas vezes, chamavam a professora com o objetivo de entender a tarefa pretendida na alínea em que se pedia para classificar a área de importância em que a cidade se destacava naquela estação e, também, na alínea em que se solicitava a identificação do vestígio que lhe correspondia. Para entender esta dificuldade, creio que é relevante assinalar que se tratava de um exercício essencialmente novo, a que os alunos não costumam estar expostos e que lhes exige capacidade de observação, retirada de informação e interpretação de fontes, pelo que um trabalho deste âmbito para ter resultados, necessita de ser mais continuado. Já na alínea em que se solicitava aos alunos retirar uma frase do texto (que era uma tarefa realizada comumente na sala de aula desde o início do ano letivo) esta foi realizada com maior facilidade e acerto, o que reforça que nos outros itens o elemento de novidade da tarefa foi um dificultador da mesma.

Da observação, pudemos também entender que a realização do trabalho em grupo revelou muitas desigualdades no cumprimento da tarefa, na medida em que alguns alunos trabalharam mais empenhadamente e outros acompanharam pouco a tarefa.

O exercício escrito individual realizado na aula seguinte (26 de abril) foi o segundo instrumento de recolha de dados neste exercício, onde se solicitava aos alunos que escrevessem cerca de 15 linhas como resposta à questão: “Carateriza a importância da cidade de Coimbra na época da reconquista cristã. Exemplifica a tua resposta indicando os monumentos que nos remetem para essa importância.”. A análise da resposta a este exercício permitiu complementar o levantamento da atividade de dia 21 de abril e averiguar com mais precisão os conhecimentos adquiridos a nível individual.

O primeiro elemento a assinalar é que apenas 52% da turma conseguiu realizar o exercício durante a aula, não tendo os restantes alunos qualquer trabalho para entregar no final da mesma. Este facto corrobora a observação da professora-investigadora de que alguns alunos na aula anterior tinham realmente trabalhado no grupo, mas que noutros grupos tal não aconteceu. Sem uma realização adequada do trabalho em grupo, uma parte não conseguiu, por isso, cumprir com a tarefa da aula seguinte.

Por outro lado, a realização de uma questão de desenvolvimento em contexto de sala de aula também foi um exercício pouco aplicado em aulas anteriores, pelo que o elemento de novidade, que implica articulação de conteúdos e de expressão escrita sem aviso prévio para que os alunos se preparem (como é o caso das fichas de avaliação sumativa), também poderá ter tido importância para os resultados.

Da análise dos conteúdos das questões escritas, a maioria dos alunos conseguiu identificar e justificar pelo menos três aspetos da importância de Coimbra (cerca de 70%), sendo que a

maioria assinalou o nível militar, religioso e político. A relevância económica da cidade mostrou-se o que foi mais difícil de identificar (apenas 45%), talvez por não se concretizar num monumento central da cidade e por não ser um elemento presente na reconstituição 3D visualizada no início da aula, que tinha servido como mote desta aula e recuperação dos conteúdos lecionados na aula passada.

É de sublinhar que vários alunos (64%) assinalaram um elemento que não estava de forma explícita nos materiais apresentados nas Estações de investigação: a importância geográfica de Coimbra como zona de fronteira, junto a um rio, no processo de avanços e recuos da reconquista, que os alunos relacionaram ora com a importância militar, ora com a importância política da cidade. O mesmo aconteceu com a relação estabelecida por alguns alunos (50%) entre a importância religiosa da cidade e a sua ligação com o projeto de D. Afonso Henriques de ver reconhecido o Reino de Portugal pelo Papa. Estes dois elementos demonstram um avanço relevante na capacidade dos alunos de relacionar, pois no exercício anterior como vimos os elementos eram apresentados de forma separada e aqui vários alunos conseguiram incorporar novos elementos e relacioná-los entre si.

“Tinha importância religiosa, porque D. Afonso Henriques mandou construir várias igrejas para cativar a atenção do Papa, para que o Papa torne o condado portugalense um reino, o reino de Portugal.” (7XP)
“Coimbra era um importante centro religioso pois tinha o Mosteiro de Santa Cruz que era importante para o Papa reconhecer Portugal como reino independente.” (7XJ)
“Naquela altura a cidade de Coimbra era muito importante pois servia de defesa, o que era muito importante naquela altura. Coimbra localizava-se muito perto da fronteira com o território árabe, para ajudar na defesa o rio Mondego era uma fonte de defesa natural.” (7XQ)
“Também tinha importância militar, porque estava numa zona de fronteira onde havia avanços e recuos, isso expressava-se nas muralhas, castelo e almedina.” (7XN)

Tabela 10. Excertos do trabalho de produção escrita dos alunos durante a aula 26 de abril de 2022

De um modo geral, esta tarefa foi a mais exigente e na qual os alunos expressaram maiores dificuldades, mas onde também foi possível ver avanços ao longo do processo. Muitas vezes, os alunos chegam ao 7º ano, num contacto com a História muito marcado pela memorização e com pouco treino no trabalho autónomo, da capacidade de interpretação de fontes e de aplicação de conhecimentos a realidades concretas, competências que trabalhámos neste exercício. Finalmente, a tarefa requeria a aplicação dos conhecimentos adquiridos ao contexto concreto de Coimbra, sem uma leção prévia dos conteúdos pela professora (ao contrário do que

tinha sido realizado no exercício sobre o Criptopórtico por exemplo). Esta conjugação de fatores tornava a tarefa mais exigente. Parece-nos por isso normal o surgimento de dificuldades.

Todavia, de acordo com as opiniões colocadas por alguns alunos que analisaremos no final, e com a análise dos textos feitos em sala de aula, mostra que uma parte da turma aproveitou o exercício para desenvolver novas capacidades e adquirir novos conhecimentos, conseguindo inclusive começar a relacionar fatores.

A desigualdade na evolução da turma foi o elemento mais negativo do exercício; parece-nos que a diminuição do tamanho dos grupos para 2/3 elementos poderia ter minimizado este elemento. A apresentação prévia aos alunos do que se pretendia com as várias atividades e ter realizado um exemplo do exercício em conjunto com a turma previamente, poderia também ter ajudado à sua concentração e a que os alunos depois a realizassem melhor de forma autónoma e sem tantas dúvidas.

Momento 4: Visita de Estudo

A maior parte dos cadernos de campo que serviram de base para a análise dos resultados desta tarefa foram entregues logo no final da visita, mas alguns foram entregues posteriormente, tendo sido concluídos em casa. Embora o caderno de campo fosse composto por 11 estações (Anexo 9), consideramos para este projeto apenas as sete estações relativas aos conteúdos de História e Património Local: a Estação 1/Estátua de D. Dinis, relativa à fundação dos Estudos Gerais e Cultura Cortesã; a Estação 2/Núcleo da Cidade Muralhada, relativa ao Castelo e Porta do Sol; a Estação 5/Paço das Escolas, solicitando-se a sua identificação no período de presença muçulmana e durante o reinado de D. Afonso Henriques; a Estação 7/Sé Velha, onde se procurava que os alunos nomeassem elementos da arquitetura românica e gótica, bem como identificassem o túmulo de D. Sesnando no seu interior; a Estação 8/Exterior do Museu Nacional Machado Castro, onde se procurava que explicitassem a característica e influência artística do arco em ferradura; a Estação 9/MNMC, onde era solicitado aos alunos a legenda de diversas esculturas e identificação de diferentes influências artísticas; e Estação 10/Criptopórtico, onde se procurava que localizassem o mesmo na cidade de Aeminium e a sua função.

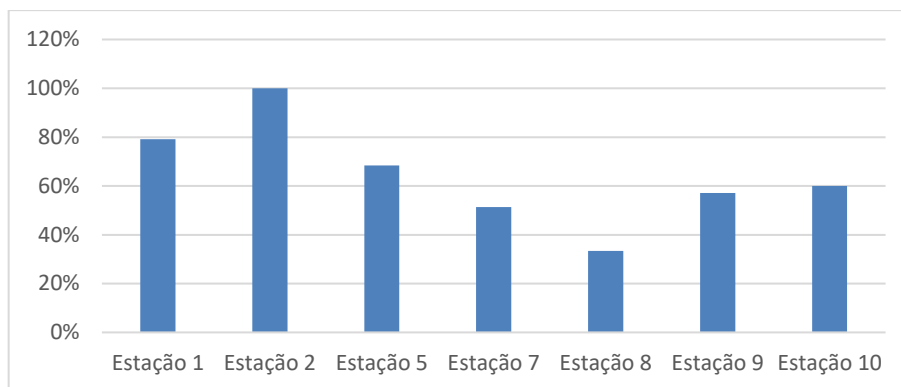


Gráfico 1. Percentagem dos alunos com respostas corretas no caderno de campo por Estação (autoria própria)

Os diferentes resultados são afetados por vários elementos. Em primeiro lugar, a dificuldade do exercício em questão. Na estação 2, consistindo numa tarefa de legendagem da imagem a partir da leitura da informação escrita no Núcleo da Cidade Muralhada, foi alcançado um resultado de 100%, na nossa opinião devido à sua maior facilidade.

A Estação 1, com 79% de sucesso, foi a segunda tarefa mais bem conseguida. Embora remetam para um conteúdo lecionado na aula anterior à visita de estudo e, portanto, ainda pouco consolidado, esta debilidade é compensada por se tratar de um tema (Universidade) e figura histórica (D. Dinis) com o qual os alunos têm maior contato e interesse, como vimos no questionário de diagnóstico.

Já na Estação 5, 8 alunos responderam corretamente às duas alíneas em que se desdobrava o exercício e 5 responderam corretamente apenas à segunda alínea, havendo apenas 2 que não responderam corretamente a nenhuma alínea. Aqui parece-nos importante assinalar o avanço dos alunos em entender a diferença entre o Paço das Escolas atual e o seu papel noutras épocas históricas, já que 13 alunos (87%) conseguiram identificar corretamente o Paço Real no reinado de D. Afonso Henriques. Também nos parece relevante assinalar que os que não conseguiram identificar corretamente os dois elementos solicitados, erraram na alínea que os remetia para o período de ocupação muçulmana; o papel da Alcáçova foi menos trabalhado em sala de aula e apenas utilizado como ilustração dos conteúdos lecionados, sem uma atividade específica sobre História e Património Local.

Na Estação 7 e 9, o exercício implicava a identificação de elementos da arquitetura românica e gótica, cujos conteúdos tinham sido lecionados na aula anterior à visita e como referimos atrás, menos consolidados. O exercício na Estação 7 implicava aplicar à Sé Velha os elementos da arquitetura românica e gótica lecionados em aula, solicitando a capacidade de interpretação deste vestígio em concreto. O exercício da Estação 9, ao solicitar a legendagem

de esculturas do museu, era mais fácil, tendo uma taxa de acerto ligeiramente superior. Mesmo aqui distingue-se uma maior taxa de acerto na alínea relativa à legenda (que estava nas peças) e com maior número de erros quando se solicitava a influência artística predominante (em que era preciso reconhecer e interpretar elementos, ouvir com maior atenção a guia e as informações históricas por ela transmitidas, etc.). Em qualquer dos casos, os resultados mais baixos expressam simultaneamente conteúdos menos consolidados e exercícios que implicam interpretar o património local e aplicar ao concreto os conteúdos em sala de aula.

A Estação 8, relativa ao arco em ferradura no exterior do antigo Paço Episcopal (hoje MNMC), foi o exercício menos conseguido pelos alunos. O vestígio em questão tinha sido apresentado brevemente em sala de aula através de uma apresentação em PowerPoint, mas apenas como ilustração breve de património de influência muçulmana na cidade e não como um trabalho mais aprofundado sobre o mesmo. Este resultado aponta para as limitações de uma utilização didática da História e Património Local de uma forma pontual, e não sistemática ou mais aprofundada com a mesma.

Finalmente, a Estação 10 refere-se a um conteúdo bastante consolidado em sala de aula (o Criptopórtico romano), mas lecionado no início do 2º período, sendo por isso útil para entender como se mantêm as aprendizagens mais no longo prazo. Sete alunos foram capazes de responder corretamente à localização do Criptopórtico e à sua função, 3 responderam corretamente apenas à função do Criptopórtico e um respondeu corretamente apenas à localização na cidade de Aeminium. A partir deste exercício podemos dizer que dos conteúdos lecionados o que mais ficou para os alunos sobre o Criptopórtico foi a função arquitetónica de suportar o fórum (o elemento mais sistematizado e aprofundado em aula), sendo que uma parte dos alunos referiu ainda também a importância administrativa e política do Fórum como centro da cidade de Aeminium.

Esta atividade reforça elementos expressos nas outras atividades, como a dificuldade dos alunos de interpretar fontes, neste caso patrimoniais, e de aplicar os conhecimentos adquiridos a contextos e exemplos concretos, sendo estes os exercícios em que os alunos mais erraram. Nesse sentido, por trabalhar diversos conteúdos lecionados em diferentes alturas do ano letivo, este exercício permite também avaliar os impactos dos diversos usos da História e Património Local, seja como forma de ilustração (com mais baixos resultados) ou de um trabalho sistemático sobre um tema da História e Património Local (com melhores resultados). Fica também claro que quanto maior for a consolidação da matéria com diversos exercícios, mais se potencia a capacidade dos alunos de aplicarem conhecimentos a uma realidade concreta e de que esta aprendizagem seja mais significativa e perdure ao longo do tempo.

Momento 5: Avaliação do projeto

Neste momento final, a análise foi feita essencialmente com base nos questionários preenchidos pelos alunos. A diferença entre o número de respostas ao questionário de diagnóstico (19 alunos) e a este questionário (17 alunos) foi equilibrada através da conversão dos resultados para percentagens.

a) Exercício de avaliação de aprendizagens relativo ao Património Local

No que toca à identificação do património local, revela-se uma evolução positiva, pois colocados perante os mesmos vestígios houve um crescimento do número de alunos que conseguiram identificar os monumentos apresentados, como se pode ver no gráfico abaixo.

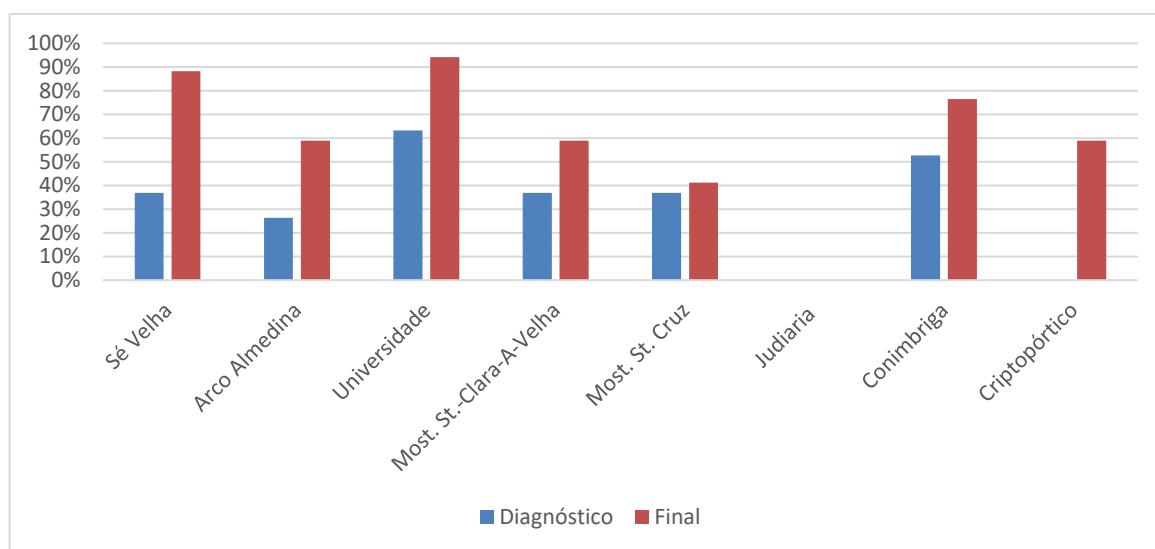


Gráfico 2. Resultados na identificação do património de Coimbra, comparando questionários de diagnóstico e questionário final (autoria própria)

Os casos que mais se destacam nesta evolução positiva são o Criptopórtico, que nenhum aluno tinha identificado corretamente no questionário de diagnóstico e, que no final, 59% identificaram corretamente. Refletem-se, assim, a combinação do trabalho de específico e da visita de estudo; continuam a existir, todavia, alunos que identificam apenas como “catacumbas” o que mostra uma aprendizagem não alcançada. Tem também destaque o caso da Sé Velha que passou de 37% para 88%, em que se combinaram também exercício em sala de aula e ponto central da visita de estudo realizada. Já a Universidade de Coimbra e Conimbriga (que tinham sido dos monumentos mais identificados no diagnóstico) também cresceram.

Destacamos aqui que no caso de Conimbriga não foram feitas atividades direcionadas ou específicas, mas que foi parte de uma lecionação com peso em contexto de sala de aula, durante o domínio sobre “O mundo romano no apogeu do império”; além disso, é um património nacional de referência para o período em causa, o que poderá influenciar os estudantes. Outros monumentos presentes na atividade das Estações de Investigação, como o Mosteiro de Santa Cruz ou a Porta da Almedina, não apresentaram resultados tão positivos, mostrando que é necessário um trabalho muito focalizado e sistemático ao nível do património para resultados mais significativos.

O caso da antiga judiaria de Coimbra na Rua Corpo de Deus é o exemplo máximo desse aspeto na medida em que tendo sido falada em sala de aula, não foi alvo de uma atividade ou maior consolidação. Este era o elemento com maior dificuldade na ficha, pois implicaria uma clara diferenciação dos alunos do espaço físico-geográfico, que identificam como “Baixa”, com a sua localização como bairro histórico associado a uma determinada comunidade e suas vivências. Além disso, é uma temática com menor centralidade no programa da disciplina e é o único caso em que a foto não nos remete para um “monumento”, mas para um património relativo à herança histórica e cultural daqueles que ali viviam, algo que os alunos estão menos habituados a trabalhar e que não foi possível aprofundar ao longo do ano.

Relativamente à localização dos momentos na época histórica verificamos também uma evolução muito positiva, na medida em que passamos de uma identificação quase marginal da época histórica em que se inseriam os momentos, para alguns valores expressivos em vários casos.

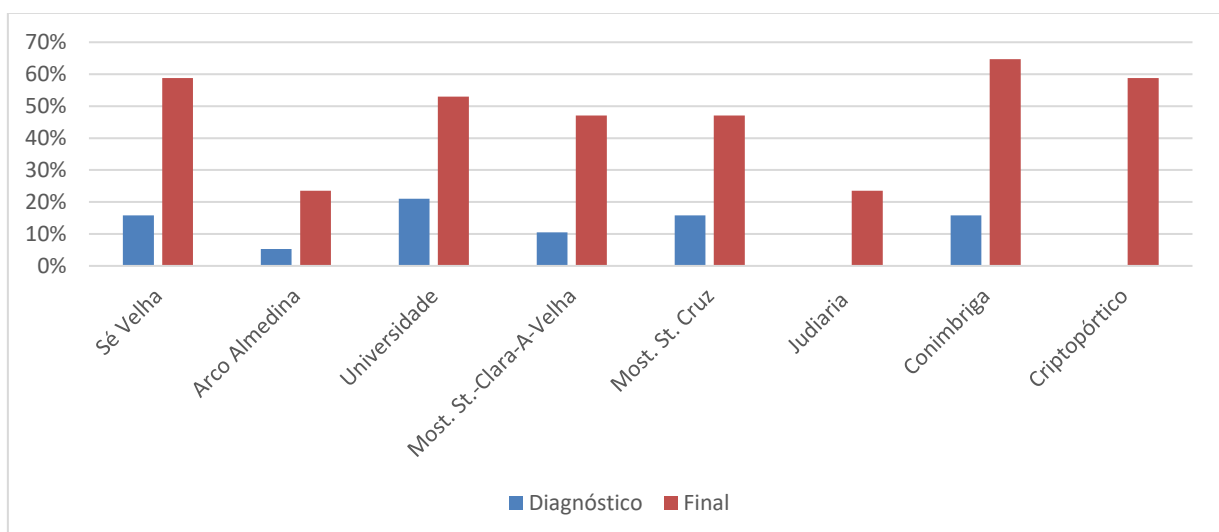


Gráfico 3. Resultados na identificação da época histórica correspondente ao património de Coimbra, comparando questionário de diagnóstico e questionário final (autoria própria)

Mais uma vez o maior destaque, em termos de crescimento, vai para o caso do Criptopórtico, seguindo-se Conimbriga e a Sé Velha, que alguns alunos já identificavam, mas que não conseguiam localizar historicamente. Os resultados, tanto neste como no exercício anterior, parecem reforçar a importância dos exercícios continuados e não apenas de um exercício pontual.

b) Questionário de opinião

No que toca às opiniões dos alunos, a primeira preocupação foi identificar qual a atividade realizada que maior interesse despertou nos alunos. Como podemos analisar no gráfico abaixo destacou-se claramente a visita de estudo.

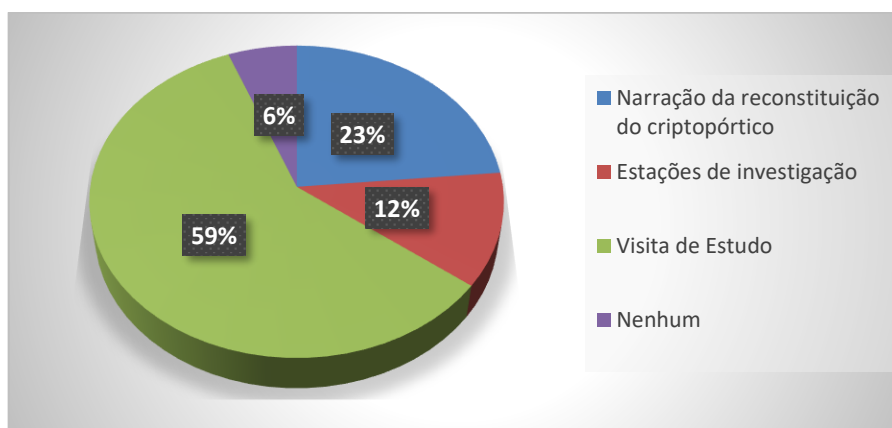


Gráfico 4. Respostas dos alunos ao questionário de opinião indicando qual a atividade de História e Património Local que mais gostaram (autoria própria)

A visita de estudo foi muito reivindicada pelos alunos não apenas nos questionários, mas também oralmente e nos comentários finais dos cadernos de campo. Por exemplo, o aluno 7XD afirmou “Eu adorei a visita de estudo” ou o estudante 7XE que escreveu “Eu não gostava de ver nada melhorado, pois já está muito bonito e não quero que mude”. Os alunos realizaram as atividades com muito entusiasmo, embora na parte final já estivessem muito cansados. É de sublinhar ainda que o Criptopórtico foi o que os alunos referiram como património que mais gostaram de visitar, seguido da Sé Velha.

Nos motivos indicados como justificação para as suas respostas, os alunos destacaram o facto de ser uma aula diferente fora do contexto da sala de aula, de estarem em grupo a conviver e o elemento lúdico da mesma: “Porque visitámos a Alta de Coimbra em grupo” (7XA); “Porque foi um sítio diferente, um dia diferente, aprender mais sobre a Universidade e

porque foi divertido" (7XB). Houve ainda uma aluna que destacou a importância da visita para aplicar conhecimentos adquiridos em sala de aula: "Gostei de aplicar o que aprendemos na aula na vida real" (7XC). A mesma aluna comentou ainda durante a visita que "Hoje estão a deixar-nos muito soltos" (7XC), expressando também a novidade da liberdade e autonomia aos alunos, em particular na primeira parte da visita de estudo.

No caso dos alunos que assinalaram ter gostado mais da atividade do Criptopórtico, destacaram o material base utilizado para o exercício: "Porque gosto de apresentações em 3D" (7XD).

Finalmente, os alunos que assinalaram a atividade das Estações como a que mais gostaram, sublinharam a cooperação e a capacidade de pesquisa, havendo ainda um aluno que destaca a importância de conhecer mais sobre a história de Coimbra: "Foi uma atividade em que estivemos em vários grupos a analisar, cada um compartilhando a sua ideia" (7XF); "Eu gostei mais pois todos nós tivemos a oportunidade de pesquisar informação e podemos aprender sobre a importância de Coimbra" (7XG).

Relativamente à importância das atividades sobre História e Património Local para a compreensão da matéria em estudo, numa escala de 1 (Nada) e 5 (Muito), a maior parte, 59%, considerou que as atividades contribuíram muito e 41% considerou que contribuiu bastante. No que concerne às justificações, vários alunos destacam que o carácter lúdico das atividades ajuda a gostar mais e a compreender melhor a matéria, sublinhando centralmente o facto de se recorrer a métodos didáticos diferentes do que estão habituados: "Foram mais divertidas, sendo que gostei mais e por isso foi mais fácil aprender" (7XA); "Acho que foram melhores para a compreensão da matéria, pois não tendo apenas de ler e copiar a matéria, era mais interessante aprender desta forma" (7XG).

Mesmo os alunos que destacam a utilização de métodos didáticos diferentes colocam-na como um auxílio naquela que, de forma indireta, podemos perceber consideram que é o objetivo principal de memorizar e decorar: "Quando são atividades práticas decoro melhor" (7XH); "Ajudaram-me a compreender melhor a matéria, pois fomos a sítios diferentes e fizeram-me memorizar algumas coisas para os testes" (7XB).

Finalmente, alguns alunos assinalaram a importância destas atividades para melhorar a concentração e, por isso, também a aprendizagem: "Sim, pois captaram mais a minha atenção" (7XE).

No que toca à motivação para a aprendizagem em História, numa escala de 1 (Nada) e 5 (Muito), 24% indicam que nem sim nem não, 24% assinalam que ficaram bastante motivados e 53% referem que ficaram muito motivados. Todavia, quando solicitados a justificar, as

respostas dos alunos indicam maior motivação acima de tudo pelos métodos utilizados (maior carácter lúdico, a novidade, o trabalho em grupo, etc.) do que pela temática em específico, tal como assinalado na pergunta anterior. Alguns alunos referem ainda que se motivaram para saber mais: "Porque estas atividades me motivaram muito para aprender mais" (7XD), embora não sejam explícitos se tal se prende com saber mais de História e Património Local ou sobre História em Geral.

Houve ainda um aluno que, tendo indicado que as atividades sobre História Local tinham ajudado a compreender a matéria e a ganhar novas capacidades, assinalou que quanto à motivação esta não tinha alterado a sua, indicado diretamente que "Eu não me motivo muito pela matéria lecionada" (7XI).

Quanto às capacidades e competências desenvolvidas, 24% dos alunos considera que desenvolveu pouco, mas 35% refere ter desenvolvido bastante e 41% muito. Ao indicar as competências mais desenvolvidas, os alunos puderam assinalar várias opções e destacaram a capacidade de comunicação oral (82%), a capacidade de relacionar História nacional com História da cidade de Coimbra (76%), seguida em simultâneo da autonomia, capacidade de observação e anotação de informação e de pesquisa, todos com 65%.



Gráfico 5. Percentagem de alunos que indicou uma determinada capacidade e competência como tendo sido desenvolvida ao longo do processo de aprendizagem (autoria própria)

Apesar de muitos dos exercícios terem tido como foco o património local, chama à atenção que este item “Consciência cívica e respeito pelo património” foi o menos assinalado. Todavia, na resposta à pergunta seguinte (6.1) sobre os motivos para a importância atribuída a História e Património Local estão entre os mais assinalados “uma atuação mais informada como cidadã/ão” e “a preservação do património”. Uma hipótese interpretativa é que se possa expressar aqui que os exercícios realizados com os discentes não se focaram diretamente na consciencialização para a conservação do património. Talvez por isso os estudantes não o vejam como uma capacidade que tenha sido tão desenvolvida, embora a considerem um elemento relevante na valorização que fazem da aprendizagem sobre História e Património Local.

Ao justificar as respostas dadas, os alunos sublinharam o desenvolvimento da comunicação oral, a autonomia, o trabalho em grupo e a capacidade de pesquisa e anotação de informação: "Tivemos que comunicar em frente à turma, tivemos que fazer os trabalhos sozinhos" (7XJ); "Eu desenvolvi estas capacidades e competências pois tínhamos todos de falar oralmente, tínhamos de pesquisar informações naquilo que nos davam (folha de texto, etc.) e todos tínhamos de trabalhar em equipa para conseguir perceber as respostas" (7XG); "Tive que anotar informação muito rápido e de ser autónoma" (7XC). Apesar de noutras perguntas os alunos terem focado as suas respostas mais nos métodos didáticos utilizados que nos conteúdos lecionados, a relação entre História nacional e local é, depois da comunicação oral, a capacidade mais desenvolvida pelos alunos ao longo das atividades.

Este dado é coerente com os resultados da pergunta seguinte em que apenas uma aluna considera a temática da História e Património Local pouco importante, enquanto a ampla maioria considera bastante importante (35%) ou mesmo muito importante (53%).

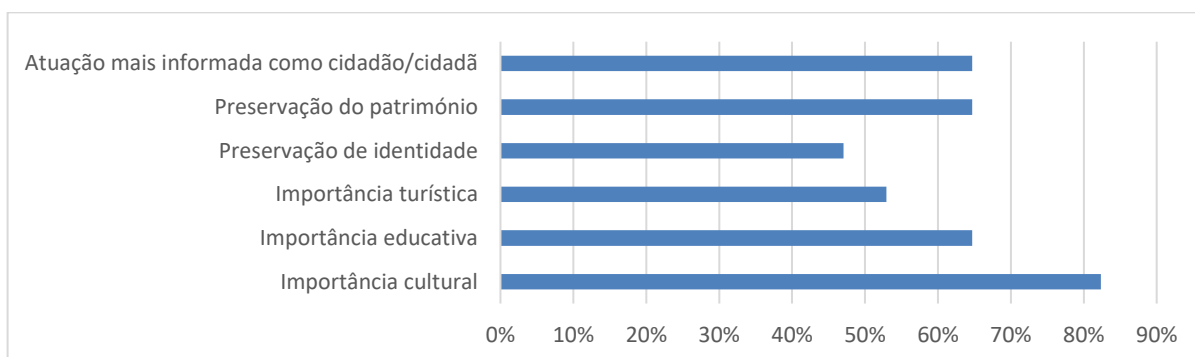


Gráfico 6. Percentagem de alunos que assinalou um determinado fator relativo à importância da História e Património Local [pergunta 6.1] (autoria própria)

Nos motivos indicados pelos alunos, destaca-se a relevância cultural desta temática (82%), seguida em simultâneo, com 65%, da importância educativa, de preservação do património e para uma atuação mais informada como cidadão/cidadã.

Este questionário permitiu-nos, assim, ter uma visão global da evolução dos alunos ao nível dos conhecimentos adquiridos, como complemento aos trabalhos realizados, dando-nos uma globalidade do estudo de caso. Ao mesmo tempo, sugere-nos alguns elementos para pensar como a interação entre motivação e gosto/interesse e aprendizagem, que procuraremos explorar em seguida numa reflexão mais global sobre o projeto descrito e analisado neste capítulo.

3.3.4. Reflexão sobre as atividades e os seus resultados

Descritas e analisadas as diversas atividades cabe-nos aqui fazer um apanhado geral do projeto e seus resultados, pois apesar de ser apenas um estudo de caso este permitiu-nos refletir sobre alguns elementos colocados na bibliografia sobre a temática da História e Património Local no ensino-aprendizagem da História.

Vários autores (Manique, 1994; Alves, 2006; C. Santos, 2007; Araújo, 2017) indicavam a motivação como um elemento central para a utilização da História e Património Local. Todavia, o estudo de caso realizado indica que há um importante desconhecimento sobre a História e Património local como ponto de partida, mesmo numa cidade como Coimbra, cuja história é central no país e, em que a Universidade de Coimbra na Alta e rua da Sofia, foram reconhecidas como património mundial da UNESCO. O mesmo tipo de resultados pautados por um grande desconhecimento de partida sobre a História e Património Local são reportados em estudos semelhantes como os de Couto (2020) no diagnóstico dos conhecimentos dos alunos do património na cidade de Coimbra, tal como também por Liceia (2021) sobre a História Local da Figueira da Foz. Em geral, durante os trabalhos realizados, os alunos também não referiram uma motivação ou interesse especial pelas temáticas de História Local, tendo apenas um aluno sublinhado a sua importância ao longo dos questionários realizados.

Todavia, a maior parte dos alunos considerou importante o seu estudo, como referido na análise do questionário de opinião, apontando como principais motivos para tal a sua importância cultural, mas também para a preservação do património e uma atuação mais informada como cidadão. Além disso, a ampla maioria dos discentes considerou que as atividades sobre esta temática realizadas foram bastante ou muito motivantes, ajudaram a compreender a matéria e a desenvolver capacidades e competências. Assim, compreendemos que os alunos valorizaram e se interessaram pela História e Património Local, mesmo que esta

não fosse um elemento motivador como ponto de partida. Nesse sentido, a possibilidade de que este tema seja motivante *a priori*, porque seria algo conhecido ou familiar, não nos apareceu como um aspeto visível no trabalho realizado; mas fica evidente deste estudo de caso a possibilidade de este ser um tema motivante *a posteriori* para os conteúdos em História.

Da opinião dos alunos sai reforçada a referência feita por diversos autores (Manique, 1994; Alves, 2006; Araújo, 2017) ao papel do trabalho didático da História e Património Local como forma de lançar as bases para uma cidadania ativa e que se preocupe com preservação de património. Todavia, tanto este aspeto como o da construção de uma “identidade glocal”, não foram eixos aprofundados nas atividades desenvolvidas, pelo que não consideramos ter elementos para podermos analisar este vetor de análise da temática com a relevância que ele merece.

Por outro lado, o trabalho realizado mostrou-nos a importância da História Local como instrumento privilegiado para o trabalho em sala de aula com fontes históricas (Manique, 1994; Araújo, 2017; Pinto, 2016). Isto, pela maior facilidade de acesso aos mesmos, seja no caso das fontes escritas em arquivos locais por exemplo, ou das fontes patrimoniais que foram bastante importantes para as atividades desenvolvidas. A evolução dos alunos na identificação do património local e a localização no tempo histórico mostram resultados positivos do trabalho realizado, sempre em estreita relação com as Aprendizagens Essenciais de História do 7º ano, similares a estudos de caso semelhantes como os de Valério Santos (2019) ou Couto (2020). Além disso, este trabalho pode ser potenciado pelo recurso da parte do professor a instituições de carácter educativo-museológico, que podem ser uma ponte de apoio, como se relevou o caso do Museu Nacional Machado Castro, que ajudou a superar algumas das limitações levantadas no capítulo I, quando há falta de trabalho historiográfico sobre determinados temas.

O estudo de caso realizado sublinha ainda outro elemento muito caro à literatura sobre História e Património Local que é a sua potencialidade quando associada a métodos mais ativos de aprendizagem (Manique, 1994; Pinto, 2016), e que se refletiu em três dimensões.

Por um lado, verificada nos bons resultados dos alunos na apropriação dos conteúdos históricos, visível nos conteúdos dos trabalhos realizados pelos alunos, mas também nas suas opiniões expressas em questionário. Nestes, a maior parte considerou que as atividades realizadas foram bastante ou muito importantes para compreender a matéria, tal como reportado em estudos semelhantes por Couto (2020).

Em segundo lugar, uma maior motivação para a aprendizagem na disciplina de História, bem expressa nos comentários finais dos alunos no questionário, como: “Gostei muito mais de aprender história assim” (7XC); “Através destas atividades, fizemos uma abordagem mais

apelativa da matéria, desta forma percebendo melhor a matéria. Eu acho que não houve dificuldades e, desenvolvi a minha habilidade de comunicar, retirar informação, consciência histórica, etc." (7XG); "Muito divertido, diferente do que estamos habituados a fazer nas outras disciplinas" (7XJ); "Adorei, aprendi muito e estive mais atenta" (7XL).

Em terceiro lugar, porque a combinação de História Local e metodologias mais ativas de aprendizagem permitiu aos alunos desenvolver novas capacidades e competências. Cada atividade foi desenhada para trabalhar diferentes competências nos alunos, sendo que nos questionários eles destacaram as competências que estão menos habituados a trabalhar como a comunicação oral, o relacionar História nacional e local, a autonomia, o trabalho de grupo e a capacidade de pesquisa.

Nesse sentido, chegamos ao âmago do nosso trabalho, expresso na questão de investigação apresentada no início: “Podem a História e Património Local contribuir para melhorar a capacidade dos alunos se apropriarem do conhecimento histórico de caráter nacional e internacional?”.

A comparação entre o questionário diagnóstico e o questionário final na identificação do património local relacionado a uma determinada época histórica mostram-nos avanços importantes na apropriação da História Local, mas também na sua localização no tempo histórico mais global, o que aponta para uma melhoria do conhecimento histórico nacional/internacional a partir do trabalho realizado sobre História e Património Local. O exemplo do Criptopórtico em que nenhum aluno identificou corretamente no questionário de diagnóstico, mas que grande parte conseguiu identificar o vestígio, a função do mesmo e a sua época histórica na visita de estudo mostram bem esse processo. Os exercícios sobre a importância de Coimbra no período da reconquista cristã (Estações de Investigação e Questão Aula) mostram também avanços nesse processo de relacionar conteúdos lecionados de História nacional com a História local, onde podemos ver um ponto de partida e um ponto de chegada diferente. E, no caso da visita de estudo, são visíveis ainda avanços na aplicação de conteúdos de História nacional/internacional a casos e na interpretação do património concreto, como aconteceu com a Sé Velha.

Apesar dos avanços registados, é preciso sublinhar que encontramos duas dificuldades muito importantes que se constituem como um obstáculo a que se possam explorar todas as potencialidades da utilização da História e Património Local para uma melhor apropriação do conhecimento histórico geral.

Em primeiro lugar, como relatado em vários exercícios, os alunos apresentaram dificuldades no trabalho de interpretação de fontes históricas, estando essencialmente

preparados para a memorização de conteúdos. Para produzir resultados diferenciados é, por isso, fundamental um trabalho sistemático e constante sobre fontes de todo o tipo e, simultaneamente, um maior apoio e orientação do professor no início das atividades, para poder ir aumentando progressivamente a autonomia dos alunos nas tarefas.

A segunda dificuldade prende-se com o facto de os alunos conseguirem identificar os fatores solicitados, mas terem dificuldades em relacioná-los. A História local para não ser entendida como uma mera afirmação da identidade local nem uma simples ilustração da realidade nacional, implica trabalhar este tipo de raciocínio que permite aos alunos apropriarem-se da complexidade em História.

Nesse sentido, os resultados apontam que foram alcançados avanços fundamentais na apropriação dos alunos da História local, estabelecendo pontes e enquadramentos fundamentais para a História nacional (no caso da Idade Média) e da História internacional (no caso do período da Antiguidade Clássica). O projeto que levámos a cabo mostra-nos que, assim, a História e Património Local pode contribuir decisivamente para melhorar a capacidade dos alunos se apropriarem do conhecimento histórico de carácter nacional e internacional. Os próprios alunos identificam esta capacidade de relacionar ambas as escalas históricas, como uma das que mais conseguiram desenvolver através das atividades realizadas.

Todavia, a nossa observação e análise das atividades se nos indica avanços, mostra-nos também que as competências de interpretação e relação são ainda pouco desenvolvidas na maior parte dos alunos. O recurso à História e Património Local no ensino da História ganha, assim, quando combinado com metodologias diversificadas e mais ativas de aprendizagem, que reforcem este trabalho de fontes, desenvolvendo progressivamente estas competências nos estudantes. Confirmamos ainda a análise de Helena Pinto (2015, 2016) de que é necessário um trabalho sistemático (e não pontual) de interpretação de fontes, nomeadamente as patrimoniais no âmbito da educação patrimonial. Alguns exemplos dos exercícios realizados mostram que esse caminho foi iniciado, mas que exigiria uma continuidade para poder ser explorada a fundo e ter resultados mais de longo prazo.

3.4. Estudo de caso 2 – Visita de Estudo “Roteiro sobre o 25 de Abril em Coimbra e os seus antecedentes”

3.4.1. Caraterização da amostra, do contexto e dos instrumentos de recolha de dados

O segundo estudo de caso que aqui apresentamos foi também realizado na Escola Básica Eugénio de Castro (descrita no ponto 1.1. do capítulo I), mas com os estudantes do 9º ano, turma Z, caraterizada em maior pormenor no 1.2. do capítulo. I.

As atividades realizadas decorreram entre março e junho de 2022. Na visita de estudo participaram 21 alunos; na exposição realizada para a escola participaram os 25 alunos, ou seja, a totalidade da turma; e no questionário final de opinião participaram 17 alunos.

Os instrumentos utilizados para a recolha de dados foram de três tipos, com o objetivo de poder obter uma diversidade de aspetos do impacto da atividade. O primeiro instrumento foram os trabalhos realizados pelos alunos para a exposição na escola relativa ao 25 de Abril em Coimbra, que permitiam aferir os conhecimentos adquiridos na visita de estudo. O segundo foram as observações da professora-investigadora, que davam uma visão mais global sobre o envolvimento dos alunos e o contexto do seu trabalho. Finalmente, realizou-se um questionário de opinião aos alunos no final da lecionação dos domínios abrangidos pela atividade realizada.

Instrumentos de recolha de dados – Estudo de caso 2
Trabalhos dos estudantes para a exposição da escola “O 25 de Abril de 1974 e os seus antecedentes em Coimbra”
Observação participante e respetivas anotações da professora-investigadora
Questionário de Opinião

Tabela 11. Tabela com sistematização dos instrumentos de recolha de dados utilizados (autoria própria)

3.4.2. Descrição das atividades

Ao contrário do estudo de caso anterior, em que se realizaram várias atividades diferenciadas relativas a diversos domínios do 7º ano, a experiência realizada com a turma do 9º ano esteve concentrada apenas numa atividade de alto impacto: a realização de uma visita de estudo sobre o 25 de abril em Coimbra e os seus antecedentes. Para uma visão mais global da investigação levada a cabo irei descrever por separado os vários passos dados desde a sua idealização até à respetiva concretização e avaliação final do projeto.

A origem do projeto

No âmbito da disciplina Património Cultural, História Local e Ensino do primeiro ano do Mestrado, desloquei-me ao Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A) da Universidade de Coimbra para procurar fontes e estudos de História sobre o 25 de Abril em Coimbra. Perante a escassez da produção historiográfica sobre este tema e algumas dificuldades na catalogação das fontes históricas para a escala local, a Diretora do CD25A, Dra. Natércia Coimbra, sugeriu-me que entrasse em contacto com o investigador Pierre Marie, que integrava à época um projeto de parceria entre o CD25A e o Centro de Estudos Sociais da UC, o 25AprilPTLab⁶, que estava a desenvolver “uma plataforma online sobre a história do período de transição para a democracia portuguesa (...), direcionada principalmente à comunidade educativa, mas aberta também ao público em geral” (CES-UC, 2017); falou-me ainda que este tinha realizado antes da pandemia da covid-19 percursos sobre o 25 de Abril em Coimbra que poderiam ser do meu interesse⁷.

Foi nesse sentido que contactei com o Projeto 25AprilPTLab e o investigador Pierre Marie que me auxiliou na pesquisa e partilhou comigo os principais pontos da sua visita guiada pelo 25 de Abril em Coimbra. Assim, apresentei, ainda no 1º ano no âmbito da disciplina de Construção do Ensino e Aprendizagem em História (CEAH), um projeto de visita de estudo que, tendo por base a proposta deste investigador (concebida para o público em geral), adaptava-a às necessidades do ensino da disciplina de História para os alunos do 12º ano.

Ao iniciar o Estágio na Escola Básica 2/3 Eugénio de Castro, apresentei esta visita de estudo como proposta a realizar no 9º ano, tendo a professora orientadora considerado que a mesma seria uma hipótese de trabalho relevante. No entanto, havia dúvidas sobre as possibilidades de lecionar ao 9º ano no âmbito do funcionamento do Núcleo de Estágio e ainda não estava claro se devido às restrições da covid-19 seria possível levar o projeto para a frente. Dissipadas essas dúvidas no início do 2º período, comecei a trabalhar na adaptação do projeto à turma do 9º Z com quem o poderia realizar.

⁶ Para aceder à plataforma: <https://25aprilptlab.ces.uc.pt/>. Para uma descrição pormenorizada do Projeto consultar: <https://ces.uc.pt/pt/investigacao/projetos-de-investigacao/25aprilptlab>

⁷ Para consultar a apresentação destes percursos: <https://ces.uc.pt/pt/investigacao/projetos-de-investigacao/25aprilptlab/eventos/2019/roteiros-do-25-de-abril-em-coimbra>

Preparação da visita de estudo

O primeiro passo para preparação da visita de estudo foi voltar a contactar o investigador Pierre Marie, propondo-lhe organizar a visita de estudo em conjunto, tarefa para o qual se disponibilizou prontamente.

O ponto de partida foi o roteiro trabalhado por mim na disciplina de CEAH, mas que estava orientada para o 12º ano. No caso do 9º ano, o programa era muito mais restrito nesta temática, o que implicava desde logo adaptações na profundidade dos temas a abordar. Além disso, havia outros elementos condicionantes da planificação e objetivos do trabalho a realizar com os alunos. A matéria do 25 de Abril só seria lecionada no final do 3º período, época em que os alunos já estão totalmente focados na saída do 3º ciclo e exames a realizar; este constrangimento impossibilitava a realização da visita de estudo nessa época letiva, seja pela falta de foco dos alunos, seja pelo tempo apertado para cumprimento do programa, mas também pelas incompatibilidades com outras disciplinas e respetivas atividades.

Por outro lado, no âmbito das comemorações do 25 de Abril na Escola propus realizar uma exposição que fosse construída pelos alunos. Nesse sentido, pareceu-me útil que os alunos pudessem realizar a visita de estudo e trazer para a escola o que tinham aprendido na mesma; isso permitia dar um carácter diferente à exposição, na medida em que traria os conteúdos referentes não apenas ao 25 de Abril nacional, mas também à sua vivência em Coimbra. Finalmente, havia ainda a preocupação de que os conteúdos lecionados na visita de estudo fossem integrados na DAC final da turma. Nesse sentido, a única possibilidade era realizar a visita de estudo no final do 2º período, quando tínhamos terminado de lecionar os conteúdos relativos ao Estado Novo em Portugal.

Tendo em conta estes elementos, a visita foi planificada para integrar com mais peso os conteúdos relativos ao Estado Novo, como por exemplo as mudanças no espaço urbano na Alta da Cidade e os antecedentes do 25 de Abril de 1974 em Coimbra, nomeadamente os movimentos de oposição ao Estado Novo, com particular destaque para os movimentos estudantis e para repressão levada a cabo pela PIDE/DGS.

A visita deixou por isso de estar focada apenas no 25 de Abril em Coimbra, integrando também os seus antecedentes, com o objetivo de consolidar os subdomínios sobre o Estado Novo e introduzir os conteúdos relativos ao 25 de Abril e à passagem da ditadura à democracia no país.

Foi a partir destes critérios que estabeleci uma proposta de pontos do percurso a realizar com os alunos, que foram depois discutidos e adaptados com o investigador Pierre Marie.

Realizámos em conjunto todo o percurso previamente à visita de estudo por forma a verificar as condições de circulação e tempo, fazendo posteriormente os ajustes necessários.

O projeto de visita de estudo foi apresentado e aprovado na reunião intercalar do Conselho de Turma, tendo posteriormente sido apresentada a planificação pedagógica e técnica da mesma, bem como as solicitações de autorizações aos Encarregados de Educação. Ao nível dos domínios a lecionar, a visita de estudo tinha como objetivos introduzir as Aprendizagens Essenciais no âmbito da unidade “Portugal: do autoritarismo à democracia”, em particular: as instituições repressivas, os movimentos de oposição ao Estado Novo, a revolução que se inicia a 25 de abril de 1974 e a estabilização democrática. Além disso, procurava-se que os alunos pudessem visualizar *in loco* os espaços centrais para o período histórico em causa e relacionar História nacional com a História local e as dinâmicas que entre ambas se estabelecem.

Ao nível das Áreas de Competência do Perfil do Alunos (ACPA), procurava-se com a visita: melhorar as capacidades de observação, obtenção de informação, anotação de conteúdos relevantes e comunicação em História (ACPA B); estimular a curiosidade pela História local, o enriquecimento cultural e a consciência cívica e crítica, como parte do desenvolvimento do pensamento crítico e criativo dos alunos (ACPA D); potenciar a sua sensibilidade estética e artística (ACPA H); proporcionar situações informais de aprendizagem que promovam a autonomia, práticas de respeito e interação entre os elementos participantes, fomentando o espírito de grupo (ACPA F); o facto de se tratar de um percurso a pé pela cidade, mobilizava ainda o desenvolvimento de capacidades ao nível do domínio do corpo (ACPA J).

Todavia, a preparação não se restringiu aos aspetos científicos, pedagógicos e técnicos, mas implicou também a preparação dos alunos, pois como refere Almeida (1998, p. 66-67), o efeito de novidade pode ser uma limitação no aproveitamento destas atividades pelos estudantes. Assim, construí um Roteiro com informações prévias sobre a visita de estudo (Anexo 11) que foi partilhado com duas semanas de antecedência através da *GoogleClassroom*, para que os alunos fossem tomando contacto com o percurso, conteúdos e tarefas que lhes seriam solicitadas, bem como informações organizativas relevantes.



Figura 9. *Screenshot* dos vários itens que compõe o Roteiro com informações prévias sobre a visita de estudo (<https://sway.office.com/e4A3tfLHAZMn7B2c?ref=Link>)

Na aula de dia 31 de março, foi feita a preparação da visita em sala de aula, descrevendo o percurso a realizar e o seu significado histórico, assinalando as tarefas que os alunos deveriam realizar ao longo da atividade com vista à execução dos trabalhos de grupo posteriormente. Foram esclarecidas as dúvidas, a turma foi dividida em grupos, tendo cada qual escolhido uma das temáticas tratadas pela visita de estudo para desenvolver e apresentar no âmbito da exposição.

A visita de estudo

A visita de estudo realizou-se no dia 1 de abril, contando com a presença da professora orientadora e professoras estagiárias do Núcleo de Estágio de História, bem como da diretora de Turma do 9ºZ. A visita foi guiada pelo investigador Pierre Marie, constituindo-se assim como uma visita semidirigida (Faria, 2014, p. 39).

Cada paragem na visita de estudo servia para evocar um determinado evento e/ou conteúdo histórico. O percurso realizado na visita de estudo com o 7º ano foi centrado em edifícios que estão identificados como património histórico e cultural da cidade. Todavia, neste “Roteiro sobre o 25 de Abril em Coimbra e os seus antecedentes” (embora existisse património edificado), ele não está identificado como tal, como é o caso da antiga sede da PIDE/DGS em Coimbra. Ao mesmo tempo, grande parte do percurso é baseado num trabalho documental e de memória, mas ainda incipiente ao nível da historiografia de âmbito local sobre este tema.

Nesse sentido, considere-se que seria importante, além do percurso e dos conteúdos transmitidos oralmente pelo investigador Pierre Marie, trazer para os alunos materiais históricos que os ajudassem a remeter para o período histórico ao longo das várias paragens realizadas. Como refere Trindade (2014), esta é “uma das matérias onde os alunos têm vindo a apresentar mais dificuldades quando questionados sobre ela nos testes ou exames.” (p. 254), o que reforça

ainda mais a necessidade de fortalecer a visita de estudo com materiais que pudessem apoiar a sua solidez histórica.

Tendo em conta a importância da tecnologia nas novas gerações e as pistas para a sua utilização nas visitas de estudo, tal como sugerido por Ana Ribeiro e Sara Trindade (2019), essa preocupação juntei outra que era poder tirar partido de uma diversidade de materiais que não se restringissem ao papel, como por exemplo o papel da música na oposição ao regime do Estado Novo.

Na síntese destes objetivos, contruí um Roteiro/guia de campo para a Visita de Estudo (Anexo 12), partilhado através da *GoogleClassRoom*, que permitisse aos alunos consultar uma ou mais fontes históricas em cada paragem do percurso (texto, imagem e música) e inclusive confrontar o que podiam ver no telemóvel com o que era visível na atualidade, como ponto de partida para o diálogo e uma visita mais dinâmica e participada.



Figura 10. *Screenshot* dos vários itens que compõe o Roteiro de campo para consultar durante a visita de estudo (<https://sway.office.com/AvMEh4cXD8RTUCUS?ref=Link>)

O percurso tinha 7 paragens: 1. Largo D. Dinis/Edifício das Matemáticas; 2. Rua das Matemáticas; 3. Associação Académica de Coimbra; 4. Praça da República; 5. Antiga sede da PIDE/DGS; 6. Antiga República Kimbo dos Sobas; 7. Praça 8 de Maio/Câmara Municipal de Coimbra.

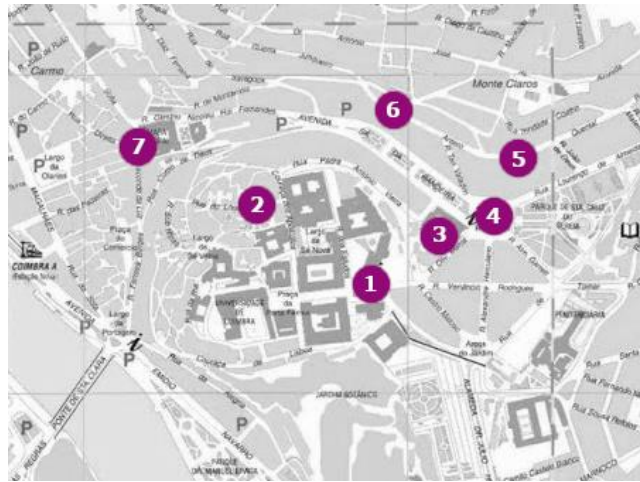


Figura 11. Mapa numerado do percurso da visita de estudo (autoria própria)

Cada paragem procurava integrar de forma mais harmoniosa possível o desenvolvimento dos acontecimentos a nível cronológico e a sua localização no espaço geográfico da cidade. A título de exemplo, no primeiro ponto, no cimo das escadas monumentais, observou-se o Largo D. Dinis e a Alta Universitária, procurando-se explorar o urbanismo do Estado Novo e a mudança da paisagem da cidade, confrontando inclusive o projeto original de Cottinelli Telmo e Luís Cristino Silva (no roteiro) com a versão construída. Ainda nesta primeira paragem aproximamo-nos do Edifício das Matemáticas e deslocámo-nos até à entrada da Sala 17 de abril, para abordar a crise académica de 1969, como parte da oposição ao Estado Novo.

Já por exemplo frente à antiga Sede da PIDE/DGS (ponto 5), recuperaram-se os conteúdos lecionados sobre os órgãos de repressão do Estado Novo e evocou-se o seu desmantelamento a nível nacional e em Coimbra, nos dias seguintes ao 25 de Abril.

A visita terminou finalmente na Praça 8 de Maio (ponto 7) frente à Câmara Municipal de Coimbra, onde se trabalhou a luta pela habitação como um dos campos de participação popular durante a revolução, as eleições para a Assembleia Constituinte e a consagração de novos direitos na Constituição de 1976.

Exposição “O 25 de Abril em Coimbra e os seus antecedentes”

Como produto do processo de aprendizagem realizado durante a visita de estudo, foi proposto aos alunos que a partir dos conteúdos lecionados na mesma e de pesquisa autónoma, os alunos (organizados em grupos) construíssem os painéis para uma Exposição na Escola

alusiva ao 25 de Abril, com destaque para os aspetos locais, que decorreria entre os dias 22 de abril a 2 de maio de 2022.

A turma foi dividida em 5 grupos, cada um com uma temática atribuída previamente à visita de estudo, por forma a poderem orientar a sua atenção logo para esse objetivo ao longo do percurso.

- Grupo 1 – Crise Académica de 1969
- Grupo 2 – A luta anticolonial e as novas independências após o 25 de abril
- Grupo 3 – Oposição cultural ao Estado Novo e expressões artísticas na revolução
- Grupo 4 - O 25 de abril em Coimbra e o desmantelamento da PIDE/DGS
- Grupo 5 – Os novos direitos na Constituição de 1976

Cada trabalho estava orientado para compor um placard da exposição, devendo integrar texto explicativo do tema, mas também uma parte visual, que integrasse fotos da época e/ou documentos históricos, bem como fotos da visita de estudo que pudessem fazer a ponte para a atualidade. Na *GoogleClassroom* foram ainda partilhadas com os alunos as orientações para a realização dos trabalhos (Anexo 13), tanto ao nível da forma como dos conteúdos, elencando itens que deveriam ser focados para cada temática, com o objetivo de propor aos alunos articular a escala nacional e local em cada uma das temáticas. Estes trabalhos foram, assim, um instrumento fundamental de aferição dos conhecimentos adquiridos pelos alunos no âmbito deste projeto de investigação didática.

A totalidade dos alunos participou apresentando os respetivos trabalhos, que compuseram a Exposição da Escola “O 25 de Abril em Coimbra e os seus antecedentes”, e que integraram a avaliação sumativa dos estudantes no 3º período. Na avaliação dos mesmos, realizada conjuntamente entre mim e a professora orientadora, foi levada em conta, o cumprimento dos objetivos propostos nas orientações para cada grupo, mas também o sentido estético e integração de imagens da época e fotos da visita, bem como o empenho dos alunos no trabalho e visita de estudo.

Questionário final de opinião

No final do 3º período foi realizado então um questionário de opinião aos estudantes sobre a visita de estudo e os trabalhos produzidos no âmbito da exposição (Anexo 14). Procedeu-se à sua aplicação já após a leção dos conteúdos relativos ao 25 de Abril de 1974

que se restringiram a 2 tempos letivos de 45min nas últimas semanas de aulas. Uma parte dos alunos respondeu ao questionário em contexto de sala de aula, mas sendo final do ano letivo, existiam diversos alunos a faltar, pelo que outra parte respondeu posteriormente em casa (o que foi possível visto ter sido feito no *GoogleForms* e partilhado na *GoogleClassroom*). Apesar disso, um grupo de alunos acabou por não responder, tendo-se alcançado um total de 17 respostas numa turma de 25 alunos.

O questionário continha 17 perguntas, sendo algumas de resposta quantitativa (escala de 1 a 5) e outras de resposta aberta, para poder melhor auscultar a diversidade de opiniões dos participantes.

A primeira pergunta remetia diretamente para a opinião dos alunos relativamente às atividades realizadas (*Gostaste da visita de estudo “Roteiro pelo 25 de abril em Coimbra e os seus antecedentes”?*), procurando nas questões seguintes aprofundar os elementos que se consideravam mais e menos positivos, bem como possíveis melhoramentos (*Indica o que gostaste mais. / Indica o que gostarias de ver melhorado.*).

Em seguida, procurava-se entender a motivação dos alunos relativamente às visitas de estudo como estratégia didática (*A visita de estudo é uma forma de aprender motivadora?*) e, mais à frente na pergunta 12, relativamente aos trabalhos realizados para a exposição (*A realização do trabalho para a exposição foi uma tarefa motivadora?*).

A quinta e sétima pergunta tinham por objetivo verificar qual o impacto da visita ao nível dos conhecimentos adquiridos do ponto de vista dos alunos (*A visita de estudo trouxe-te novos conhecimentos sobre a história da oposição ao Estado Novo em Coimbra? / A visita de estudo trouxe-te novos conhecimentos sobre a história do 25 de abril de 1974 em Coimbra?*), solicitando-se na sexta e oitava pergunta que se especificasse quais os conteúdos que mais tinham marcado a aprendizagem dos estudantes (*Se respondeste sim, destaca os que achaste mais importantes.*).

Nas perguntas seguintes procurei entender se além de novos conhecimentos, os alunos consideravam que a visita os tinha ajudado a estudar as respetivas matérias (*Consideras que a visita de estudo contribuiu para uma melhor aprendizagem da matéria sobre o Estado Novo e a oposição a este regime? / Consideras que a visita de estudo contribuiu para uma melhor aprendizagem da matéria sobre o 25 de abril de 1974?*). Além disso, busquei identificar os episódios históricos mais marcantes, também como forma de perceber as diversas sensibilidades frente aos conteúdos lecionados (*Dos conteúdos lecionados na visita de estudo e por ti pesquisados para a realização do trabalho, que episódio ou episódios te chamaram mais à atenção?*).

Na 13^a e 14^a perguntas, procurou-se entender o impacto do conjunto das atividades realizadas ao nível das capacidades e competências desenvolvidas do ponto de vista dos estudantes (*A visita de estudo, a realização do trabalho e a montagem da exposição ajudaram-te a desenvolver novas capacidades e competências? / Que capacidades e competências consideras que pudeste melhor desenvolver?*).

Finalmente, com o objetivo de entender a relação dos estudantes com a temática da História e Património Local, apresentaram-se algumas questões relativas a este tema (*Conhecer a história e património local é importante para ti? / Escolhe o(s) motivo(s) que te parece(m) mais importante(s) para o estudo da história e património local.*).

Como elemento final de avaliação do projeto, deixou-se um espaço para que os alunos pudessem descrever livremente algum aspeto que não estivesse contido nas perguntas anteriores e que considerassem relevante (*Deixa algum comentário ou opinião sobre a aprendizagem realizada através da visita de estudo e trabalhos para a exposição do 25 de Abril na escola.*).

Desta forma, o questionário de opinião permitiu abranger diversos aspetos do processo de ensino-aprendizagem do ponto de vista dos alunos, desde a motivação dos alunos, os conteúdos, a contribuição das atividades para a aprendizagem da matéria, o desenvolvimento das capacidades e competências, até às sugestões que permitissem melhorar o trabalho realizado.

3.4.3. Análise de resultados

A visita de estudo

A visita decorreu como esperado tendo-se constituído como uma atividade muito reivindicada pelos estudantes, seja durante o decorrer da mesma, seja no questionário de opinião como veremos adiante, mas também na autoavaliação do 2^o período em que, sem que lhes fosse solicitado, 5 alunos indicaram esta como a atividade que mais tinham gostado naquele período letivo.

Esta era uma atividade que só poderia ter sido desenvolvida por alguém especializado no tema, devido à falta de produção historiográfica que permitisse dar-lhe uma base histórica sólida como a que foi garantida pelo investigador Pierre Marie. O recurso a instituições de referência, neste caso o CD25A e a Universidade de Coimbra/CES, configuram-se, assim, como elemento determinante para atividades deste carácter.

Por outro lado, vale a pena assinalar que a estratégia escolhida para avaliar o processo de ensino-aprendizagem durante esta atividade mostrou-se bastante acertada. O facto de terem previamente estabelecida uma tarefa concreta a cumprir como produto da visita de estudo levou os alunos a estarem muito atentos durante a mesma (facto que inclusive chamou à atenção do investigador que guiou a visita), retirando apontamentos, gravando partes da mesma, tirando fotos e fazendo perguntas.

O Roteiro de acompanhamento da visita construído foi utilizado por vários alunos para seguir a visita de estudo e proporcionou momentos particularmente marcantes como a audição da música “A trova do vento que passa” em frente à República Rás-te-partá, onde habitou Adriano Correia de Oliveira. Todavia, no entanto, nem todos os alunos conseguiam ter acesso à internet durante a mesma, o que limitou a potencialidade da utilização dos recursos no Sway. Já prevendo essa situação alguns alunos trouxeram o material em formato PDF ou imprimiram em papel para seguir a visita, embora sem poder utilizar recursos como a música. O complemento do Roteiro à informação oral da visita cumpriu assim os objetivos propostos de ajudar na aquisição de conhecimentos e motivação durante a visita.

Os trabalhos realizados para a Exposição

Um dos objetivos principais dos trabalhos era verificar como os estudantes tinham apreendido os conteúdos de História local durante a visita de estudo, mas também se tinham ou não conseguido articular e relacionar as escalas local e nacional neste âmbito. Nesse sentido, procurámos desdobrar estes dois objetivos, que transformámos em duas tabelas para uma visualização mais eficaz

Integrou elementos de História local relativos ao tema do trabalho?				Integrou os acontecimentos locais com os nacionais?			
	Sim	Parcialmente	Não		Sim	Parcialmente	Não
Grupo 1	1			Grupo 1		1	
Grupo 2	1			Grupo 2	1		
Grupo 3		1		Grupo 3		1	
Grupo 4		1		Grupo 4		1	
Grupo 5			1	Grupo 5			1
Total	40%	40%	20%	Total	20%	60%	20%

Tabela 12. Tabelas com resultados dos trabalhos dos estudantes divididos de acordo com as duas questões de investigação (autoria própria)

A maioria dos grupos integrou total ou parcialmente elementos de História local relativos ao tema do seu trabalho, havendo apenas um grupo que não conseguiu alcançar este objetivo. Aqui é de referir, todavia, que o Grupo 4, na primeira versão do trabalho não tinha integrado qualquer elemento de História local no trabalho, tendo-se restringido aos acontecimentos nacionais; como entregou o trabalho atempadamente e visto que estes iam ser parte da exposição da escola, perante a chamada de atenção, o grupo integrou de forma parcial estes acontecimentos e submeteu uma segunda versão, que foi a exposta e considerada para avaliação.

Relativamente à integração dos acontecimentos locais com os nacionais, os resultados têm uma pequena variação na medida em que apenas um grupo consegue integrar de forma mais completa as duas escalas, enquanto 3 grupos fazem-no apenas de forma parcial. O grupo que não tinha alcançado integrar aspetos da História local, não conseguiu consequentemente integrá-los na escala nacional.


Para estes resultados, globalmente positivos, parece-nos que contribuíram essencialmente dois fatores. Em primeiro lugar, um guião bastante detalhado dos elementos que deveriam compor cada trabalho ao nível do conteúdo. Estas indicações mais detalhadas permitiam que, se os alunos seguissem as orientações propostas, conseguiriam integrar de forma relativamente completa tanto os elementos de História local como nacional. Veja-se o exemplo do Grupo 1:

- **GRUPO 1 - Crise Académica de 1969:**
 - i. O contexto político e social do país em que surge a crise académica
 - ii. Explicar o que foi a Crise Académica
 - iii. Analisar a sua importância para a oposição ao Estado Novo em geral e para cidade de Coimbra em particular
 - iv. Caracterizar como a crise académica e as mudanças por esta trazidas contribuíram para o 25 de Abril

Figura 12. Orientações específicas das temáticas a focar no trabalho do Grupo 1

Contribuição da Crise Académica para o 25 de Abril

A crise académica contribuiu para o 25 de abril essencialmente com a difusão das ideias opostas à ditadura, para além de encorajar a população a insurgir-se contra o regime através do papel ativo de manifestação dos estudantes de Coimbra.



Manifestação de Estudantes Universitários de Coimbra

Figura 13. Diapositivo do trabalho do Grupo 1

O segundo fator prende-se na nossa opinião com uma preparação prévia da visita de estudo. Os discentes foram preparados para a visita de estudo, seja através da aula seja dos dois roteiros produzidos para a mesma. Mas acima de tudo, os conteúdos lecionados durante a visita de estudo foram cuidadosamente preparados no sentido de mobilizar os conteúdos de História local, e também a sua relação com os acontecimentos à escala nacional, reforçando elementos de continuidade e descontinuidade entre ambos. Nesse sentido, mostrou-se totalmente acertado ter construído o percurso em conjunto com o investigador que ia guiar a mesma, pois permitiu também melhor adequar às características da turma e às necessidades de lecionação do programa da disciplina, na relação entre História Local e Nacional.

Todavia, os trabalhos mostraram também duas limitações que nos parecem relevantes. Por um lado, o facto de os conteúdos lecionados na visita não poderem ser consultados ou confrontados facilmente com produção historiográfica fez com que alguns trabalhos tivessem pequenas imprecisões sobre os acontecimentos e locais, produto de uma interpretação equivocada feita pelos alunos do que aprenderam. Por outro lado, a matéria relativa ao 25 de Abril de 1974 só seria lecionada posteriormente, o que tornou mais difícil aos estudantes apropriarem-se dela, por oposição à matéria relativa ao Estado Novo, que os estudantes conseguiram integrar melhor nos seus trabalhos, tema ao qual voltaremos posteriormente.

O questionário de opinião

Além dos conhecimentos históricos adquiridos que podemos aferir a partir da realização dos trabalhos, o questionário permitiu-nos ter uma visão mais global do envolvimento dos alunos na visita de estudo e tarefa, mas também como isso os ajudou no entendimento dos conteúdos e desenvolvimento de competências e capacidades. Por questões de preservação da identidade dos estudantes, todos os nomes e dados individuais foram substituídos por um código em que 9Z representa a turma e cada aluno tem um número aleatório atribuído.

Na resposta à primeira pergunta (*Gostaste da visita de estudo “Roteiro pelo 25 de Abril em Coimbra e os seus antecedentes”?*), numa escala de 1 (*Nada*) a 5 (*Muito*) a maior parte dos alunos demonstra ter gostado da atividade, sendo que 76,5% respondeu que gostou muito e 23,5% bastante.

Gostaste da visita de estudo “Roteiro pelo 25 de abril em Coimbra e os seus antecedentes”?
17 respostas

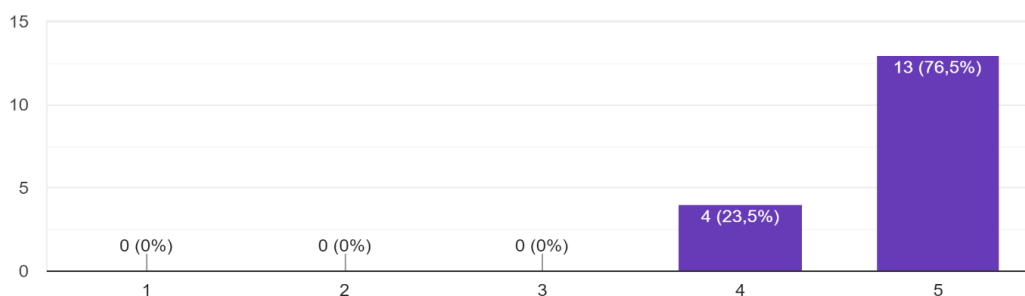


Gráfico 7. Resultados das respostas dos estudantes à questão *Gostaste da visita de estudo “Roteiro pelo 25 de Abril em Coimbra e os seus antecedentes”?* (autoria própria)

Quando inquiridos sobre o que gostaram mais na visita, vários alunos disseram que gostaram de tudo, mas houve outros que especificaram mais os seus interesses, como expressa a tabela abaixo, onde agrupamos as várias respostas para procurar ter uma visão mais geral.

Nesse sentido, no que toca aos métodos de ensino os alunos destacaram “o modo como a história foi explicada”, mas também o carácter interativo da mesma, o que reforça a importância do roteiro construído com fontes históricas e de um bom planeamento da visita, que permitiu ao investigador que guiou a visita interagir e dialogar com os alunos ao longo da mesma.

<i>Indica o que mais gostaste da visita</i>	
Método Ensino	3
História de Coimbra	4
Visualizar a História no local dos acontecimentos	3
Monumentos	3
Convívio	1

Tabela 13. Resultados das respostas dos estudantes à questão *Indica o que mais gostaste da visita*. (autoria própria)

Por outro lado, chama a atenção a referência de vários alunos a terem conhecido mais a História da sua cidade (4), sendo que dois destes destacaram os acontecimentos da crise académica de 1969 e um ter conhecido mais sobre o 25 de Abril em Coimbra.

Outro grupo de estudantes (3) destacou mais a importância do espaço físico no ensino da História: “De descobrir a importância de locais da cidade” (9Z13) ou “Acompanhar os acontecimentos nos locais onde estes aconteceram” (9Z11). No mesmo sentido, outros estudantes (3) sublinharam a importância de edifícios e monumentos como o Edifício das Matemáticas na Alta da Universidade de Coimbra. Um estudante assinalou ainda a importância do convívio, que é também um elemento destacado noutros estudos semelhantes sobre visitas de estudo (H. Oliveira, 2012; V. Santos, 2019).

Quanto ao que gostariam de ver melhorado, em geral os estudantes não assinalaram qualquer elemento, havendo apenas um que indicou que “Talvez melhor organização”, não sendo claro a que aspeto se poderia referir, visto que a visita decorreu tal como previsto e todos os pormenores foram organizados e informados aos alunos previamente. O único elemento que da nossa observação da visita poderia apontar melhoramentos ao nível da gestão tempo/espaço, mas que não foi referido pelos alunos, foi o seu cansaço físico e menor capacidade de concentração no final.

Quando questionados se a visita de estudo era uma forma de aprender motivadora, numa escala de 1 (Nada) a 5 (Muito) a maior parte considerou que muito (70,6%) ou bastante (23,5%), sendo que apenas 1 alunos indicou que nem sim, nem não.

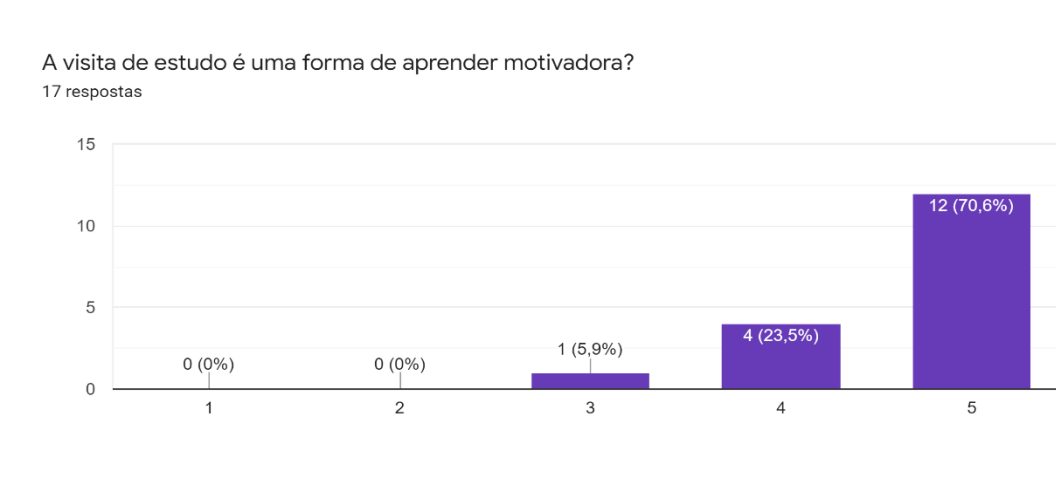


Gráfico 8. Resultados das respostas dos estudantes à questão *A visita de estudo é uma forma de aprender motivadora?* (autoria própria)

Por outro lado, quando questionados sobre as novas aprendizagens realizadas a partir da visita de estudo, a maioria (82,4%) considerou que adquiriu novos conhecimentos sobre a História da oposição ao Estado Novo em Coimbra e apenas 17,6% considerou que não.

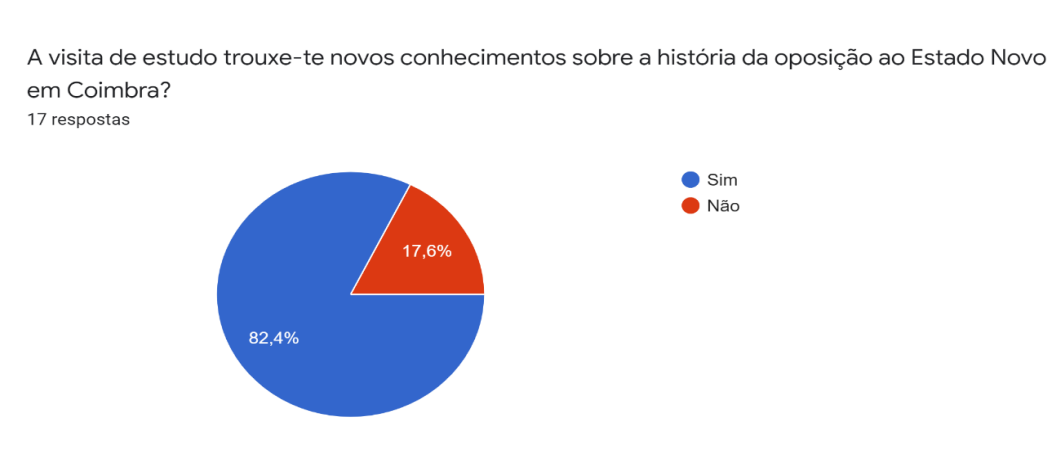


Gráfico 9. Resultados das respostas dos estudantes à questão *A visita de estudo trouxe-te novos conhecimentos sobre a história da oposição ao Estado Novo em Coimbra?* (autoria própria)

Sobre as aprendizagens destacadas, dois estudantes referem a importância de aprofundar o conhecimento sobre o Estado Novo: “Conhecer melhor as suas histórias e o que aconteceu” (9Z8); 3 estudantes referem a importância de perceber o passado na sua ponte com a atualidade “Como era um regime tão diferente do nosso hoje em dia.” (9Z10); ou “Esta visita é importante para aprendermos mais sobre o que se passou durante a Ditadura do Estado Novo e evitar que coisas assim aconteçam no futuro.” (9Z5). 3 alunos referem acontecimentos específicos como

a crise académica, havendo ainda um estudante que se refere à importância do espaço físico dos acontecimentos históricos: “achei importante ver sítios que se relacionam com o Estado Novo” (9Z9).

A visita de estudo trouxe-te novos conhecimentos sobre a história do 25 de abril de 1974 em Coimbra?
17 respostas

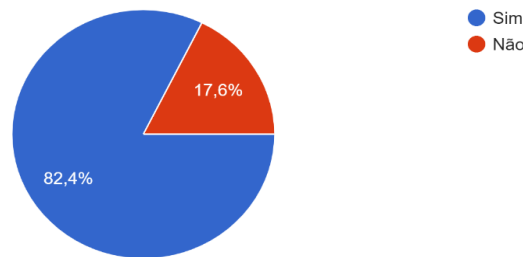


Gráfico 10. Resultados das respostas dos estudantes à questão *A visita de estudo trouxe-te novos conhecimentos sobre a história do 25 de Abril de 1974 em Coimbra?* (autoria própria)

Na pergunta *A visita de estudo trouxe-te novos conhecimentos sobre a história do 25 de abril de 1974 em Coimbra?* repetem-se os resultados da pergunta relativa ao Estado Novo, com 82,4% a considerar que adquiriu novos conhecimentos e 17,6% a considerar que não. Sobre os novos conhecimentos que mais destacariam, mais uma vez é referido a importância de conhecer mais sobre o período em geral, sendo que o episódio mais destacado é o do cerco à PIDE/DGS (3 referências) e havendo também 2 referências à participação popular no 25 de Abril: “A forma como o povo se juntou nas ruas junto à sede da PIDE” e “As pessoas a fazerem-se ouvir ao longo da cidade.” (9Z12).

Tanto no caso do Estado Novo, como do 25 de Abril, pareceu-me particularmente interessante o destaque dado pelos estudantes não apenas a alguns acontecimentos mais marcantes ou a importância do espaço físico para evocar e entender o passado, mas também a referência às “histórias da História” e à vida das pessoas noutras épocas: “Trouxe-me mais conhecimentos como eles se comunicavam antes do 25 de abril por exemplo” (9Z10) e “As várias etapas e o que a população sofreu” (9Z8); “No dia 25 de Abril de 1974 podemos concluir que foi o dia da liberdade, logo as pessoas dessa época, já podiam andar vestidas como queriam.” (9Z13).

Consideras que a visita de estudo contribuiu para uma melhor aprendizagem da matéria sobre o Estado Novo e a oposição a este regime?

17 respostas

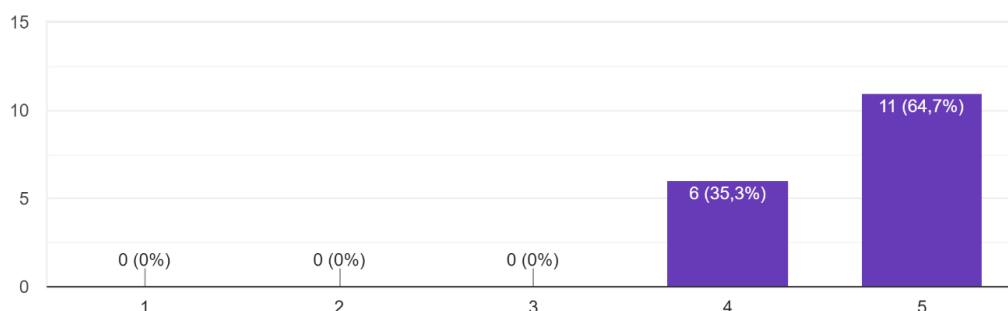


Gráfico 11. Resultados das respostas dos estudantes à questão *Consideras que a visita de estudo contribuiu para uma melhor aprendizagem da matéria sobre o Estado Novo e a oposição a este regime?* (autoria própria)

Na resposta à pergunta da contribuição da aprendizagem realizada para a compreensão da matéria da disciplina relativa ao Estado Novo e à oposição ao mesmo, 64,7% considera que contribuiu muito e 35,3% que contribuiu bastante.

Consideras que a visita de estudo contribuiu para uma melhor aprendizagem da matéria sobre o 25 de abril de 1974?

17 respostas

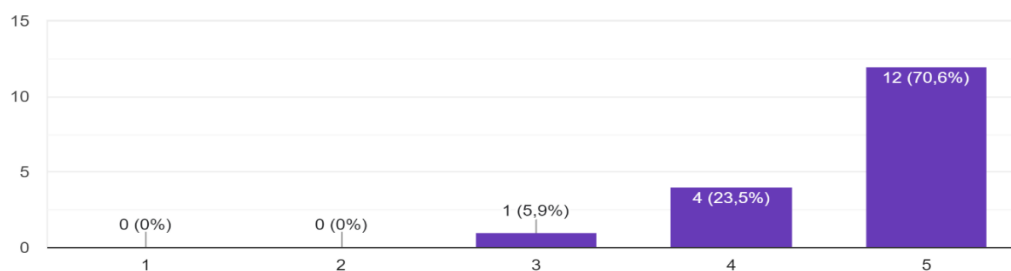


Gráfico 12. Resultados das respostas dos estudantes à questão *Consideras que a visita de estudo contribuiu para uma melhor aprendizagem da matéria sobre o 25 de Abril de 1974?* (autoria própria)

Sobre o contributo para a compreensão da matéria sobre o 25 de Abril de 1974, as percentagens variam um pouco. Nesse sentido, há um aumento dos alunos que considera que contribuiu muito (passando de 64,7% para 70,6%), uma diminuição para 23,5% daqueles que pensam que contribuiu bastante e houve 1 aluno que considerou que nem sim, nem não. A

diferença entre os dois poderá estar relacionada com o facto de a matéria sobre Estado Novo já ter sido lecionada na sua totalidade quando se deu a visita de estudo, teve mais aulas dedicadas ao tema (4 aulas) e, por isso, tinha maior potencial de consolidação e de apreensão. No caso da matéria relativa ao 25 de Abril de 1974, ela foi lecionada apenas após a visita de estudo e de forma mais breve (2 aulas). Esta combinação de fatores poderá explicar uma maior dificuldade da sua integração nos conteúdos lecionados por alguns alunos e ao mesmo tempo o facto de ter ajudado outros a percebê-la melhor mesmo quando lecionado com menos tempo em sala de aula.

Quando questionados sobre *Dos conteúdos lecionados na visita de estudo e por ti pesquisados para a realização do trabalho, que episódio ou episódios te chamaram mais à atenção?*, os estudantes tendem a repetir algumas das temáticas já referidas em perguntas anteriores (como o cerco à sede da PIDE/DGS e particularmente a crise académica de 1969 com grande destaque), mas há também novos temas que foram alvo dos trabalhos realizados, como as guerras coloniais, a oposição artística ao Estado Novo e também a repercussão dos acontecimentos antes e depois do 25 de Abril ao nível do futebol e da Académica. Isto aponta-nos que os trabalhos permitiram aprofundar também os conhecimentos dos alunos sobre a matéria e diversificar as temáticas da aprendizagem.

As guerras coloniais	1
25 de Abril	1
A Crise de 1969	7
Futebol/Académica	2
Cerco à PIDE/repressão Estado Novo	2
Oposição artística/cultural	1
Evolução do país	1

Tabela 14. Respostas dos estudantes por item assinalado na questão *Dos conteúdos lecionados na visita de estudo e por ti pesquisados para a realização do trabalho, que episódio ou episódios te chamaram mais à atenção?* (autoria própria)

Sobre os trabalhos realizados para a exposição, a maioria considera que estes foram motivantes, com 52,9% dos estudantes a considerarem a tarefa muito motivadora, 41,2% bastante motivadora e 1 aluno nem sim, nem não. Na comparação com a visita de estudo vemos, portanto, que aquela foi mais motivadora para os alunos, do que a tarefa final em si, embora globalmente ambas sejam consideradas atividades estimulantes pelos discentes.

A realização do trabalho para a exposição foi uma tarefa motivadora?

17 respostas

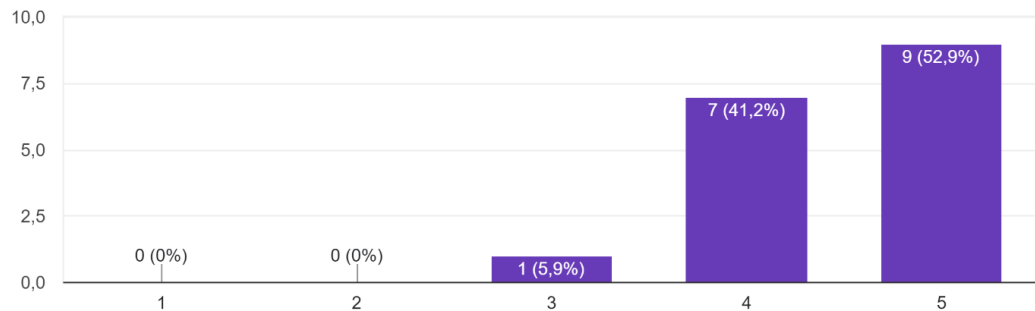


Gráfico 13. Respostas dos estudantes à questão “A realização do trabalho para a exposição foi uma tarefa motivadora?” (autoria própria)

Como referido anteriormente, o nosso objetivo era verificar não apenas o impacto destas atividades ao nível dos conhecimentos e conteúdos, mas também ao nível do desenvolvimento do aluno de conjunto, tal como previstos no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Nesse sentido, 76,5% considera que estas atividades lhe permitiram desenvolver muito as suas capacidades e competências, 17,6% considera que bastante e 1 aluno considera que nem sim nem não.

A visita de estudo, a realização do trabalho e a montagem da exposição ajudaram-te a desenvolver novas capacidades e competências?

17 respostas

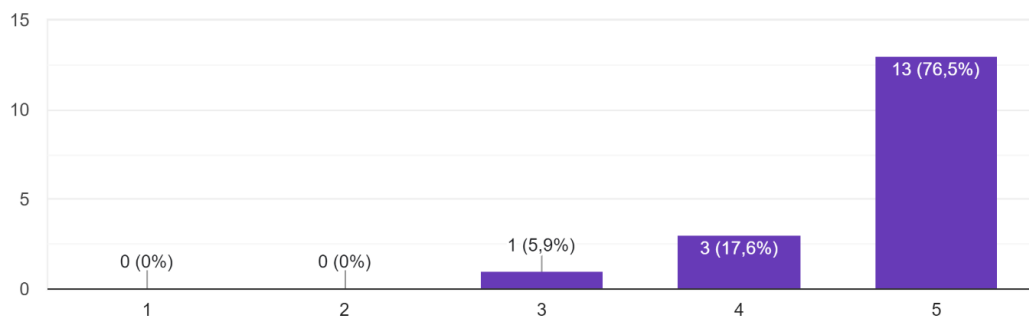


Gráfico 14. Respostas dos estudantes à questão A visita de estudo, a realização do trabalho e a montagem da exposição ajudaram-te a desenvolver novas capacidades e competências? (autoria própria)

Sobre as capacidades e competências que os estudantes consideravam ter desenvolvido (cada um podia assinalar vários itens em simultâneo), os dois aspetos que saltam imediatamente à vista são a autonomia e a capacidade de pesquisa, referidos por 76,5% estudantes. A estes seguem-se a capacidade de relacionar História nacional com a História da cidade de Coimbra selecionado por 64,7% e a capacidade de observação e anotação de informação com 52,9%. A cooperação e a criatividade foram ainda selecionadas por 41,2% dos alunos, seguida do sentido estético com 35,3%. As competências menos consideradas pelos alunos foram a capacidade de escrita e comunicação com 29,4%.

É de sublinhar ainda que apenas 29,4% assinalaram a importância cívica e de respeito pelo património; este último resultado chama-nos a atenção tendo em conta que noutras perguntas alguns alunos tinham assinalado a importância da ponte para a atualidade com aspetos cívicos e também a relevância dos monumentos. Uma possível explicação para este aspeto pode ser o facto de a maior parte do percurso não estar assente em edifícios considerados património, mas numa História Local com uma historiografia mais insipiente e onde predomina a memória e, portanto, o património imaterial. Nesse sentido, a ponte para a defesa do património não ser tão direta para os estudantes.

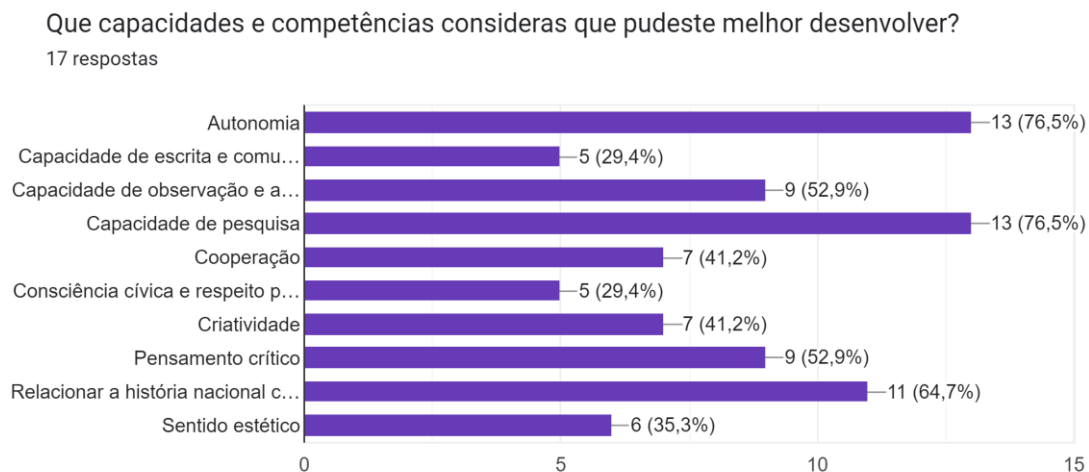


Gráfico 15. Respostas dos estudantes por item assinalado à questão *Que capacidades e competências consideras que pudeste melhor desenvolver?* (autoria própria)

Finalmente, procurou-se enquadrar este questionário na visão mais ampla dos estudantes sobre a temática do História e Património Local, apontando 64,7% que o seu conhecimento é muito importante, 29,4% que é bastante importante e apenas um que considera que nem sim, nem não.

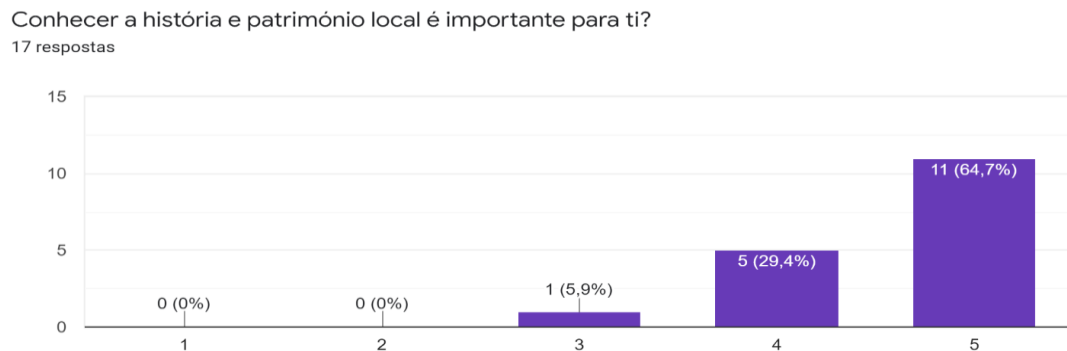


Gráfico 16. Respostas dos estudantes à questão *Conhecer a história e património local é importante para ti?* (autoria própria)

Quanto aos motivos que consideram mais importantes para o estudo da História e Património Local, e podendo assinalar vários simultaneamente, a importância cultural destaca-se claramente com 100% dos estudantes a indicá-la como um motivo fundamental. Em segundo lugar, destaca-se a preservação do património com 76,5%, seguido da atuação mais informada como cidadão/cidadã com 58,5% de respostas. Os aspetos de importância turística (47,1%) ou educativos e de preservação de identidade, ambos com 41,2%, relevam ser menos importantes para a globalidade da turma.

Escolhe o(s) motivo(s) que te parece(m) mais importante(s) para o estudo da história e património local.

17 respostas

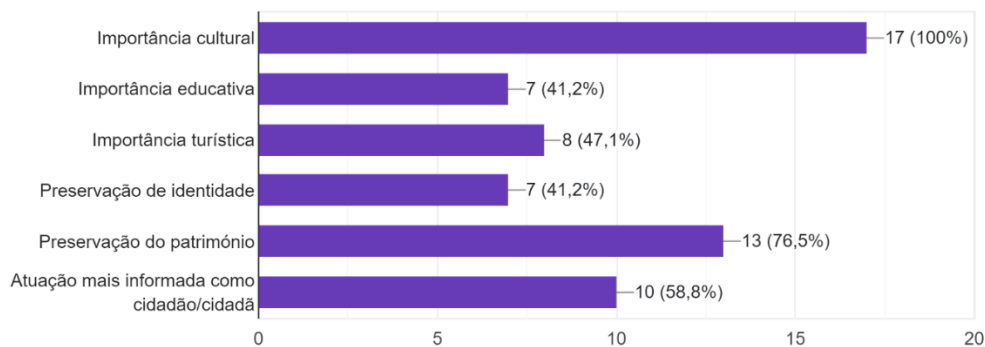


Gráfico 17. Respostas dos estudantes por item assinalado à questão *Escolhe o(s) motivo(s) que te parece(m) mais importante(s) para o estudo da história e património local?* (autoria própria)

No final, como forma de avaliação mais global do projeto, os estudantes foram convidados a deixar uma apreciação do mesmo. Os comentários finais reforçaram uma opinião globalmente positiva e da utilidade das mesmas para a aprendizagem – “Gostei de tudo e consegui aprender bastante!” (9Z6). Outros reforçaram elementos referidos noutras perguntas como a importância da visita de estudo e a realização da exposição como métodos de aprendizagem motivadores, fora do contexto da sala de aula, considerados diferentes e mais práticos: “Motivador e criativo” (9Z3); “Na minha opinião a visita de estudo e a exposição como são algo mais prático de alguma maneira motivou-nos mais pois foi mais interessante e diferente de aprender algo numa sala de aula.” (9Z15); “Uma forma mais interativa e não teórica que nos ajudou a aprender de uma forma mais atrativa e interessante para nós. Penso que foram conteúdos bem lecionados e que todos perceberam bem o que estávamos a observar” (9Z2

Tal como expresso noutras perguntas, aparece de novo a importância de aprender História no espaço físico onde esta decorreu: “Eu gostei muito de fazer esta visita de estudo, pois acho que é uma forma melhor de aprender e mais motivadora porque estamos a falar da matéria e a vê-la ao vivo e acho que é melhor.” (9Z7).

Além disso, alguns alunos destacaram também a exposição, o que não tinha aparecido de forma tão clara noutras respostas: “Acho que a exposição foi maravilhosa” (9Z8). Um aluno assinalou inclusive a importância da exposição para o conjunto da comunidade escolar, como forma de transmitir conhecimentos aos colegas: “Acho que os trabalhos que foram expostos ajudaram outros alunos da escola a entenderem melhor o 25 de abril.” (9Z10).

Vários alunos reforçaram também a importância da visita de estudo para a aprendizagem e conteúdos lecionados: “A visita de estudo e trabalhar para a exposição deu-me mais conhecimentos.” (9Z4); “Foi interessante e ajudou-nos muito na matéria.” (9Z1).

3.4.4. Reflexão sobre as atividades e os seus resultados

Descrita a atividade realizada nas suas várias vertentes e analisados os resultados, cabe-nos agora procurar alguns elementos mais globais do projeto aplicado.

Neste segundo estudo de caso, tivemos uma única atividade de alto impacto – a visita de estudo “Roteiro pelo 25 de abril em Coimbra e os seus antecedentes” – a partir da qual se construiu ainda uma exposição sobre o mesmo tema para toda a comunidade escolar.

Sendo apenas uma atividade, cremos que o facto de esta ter sido uma visita de estudo, se mostrou totalmente acertado, por ser uma atividade pedagogicamente motivadora. Os comentários dos alunos à atividade realizada e nos questionários de opinião final, confirmam os resultados de outros estudos similares (H. Oliveira, 2012; V. Santos, 2019; Couto, 2020) e da bibliografia de referência sobre visitas de estudo (Abreu, 1972; Almeida, 1998). Os estudantes reivindicam-na como uma aula diferente, fora do contexto de sala de aula, em que o espaço físico potencia entender o tempo histórico e onde o convívio e interação entre os seus participantes são também um fator de motivação.

Ao contrário do primeiro estudo de caso, não realizámos um questionário diagnóstico porque o tema do projeto apresentado é bastante incipiente ao nível da historiografia e, portanto, bastante desconhecido. Também, por isso, não fazia sentido para nós falar de uma motivação à partida destes alunos pela História Local. No entanto, os questionários indicam claramente a motivação com as atividades realizadas (visita de estudo e trabalho para a exposição) e um interesse dos alunos pela temática da História local, quando referem que o que mais gostaram na visita de estudo foi terem aprendido sobre a História de Coimbra ou sobre episódios particulares sobre a mesma, como a crise académica de 1969 ou o cerco à PIDE/DGS. Nesse sentido, tal como referem Alves (2006) e Araújo (2017), também o nosso estudo de caso confirma que a História local pode constituir um fator fundamental de motivação para os conteúdos de História.

Além disso, a visita de estudo mostrou ser uma atividade muito completa na medida em que ela nos permite trabalhar simultaneamente os conteúdos previstos nas Aprendizagens Essenciais e diversas competências do Perfil do Aluno (PASEO).

No seu trabalho sobre História e Património local enquanto ferramenta pedagógico-didática no ensino da História, João Liceia (2021) indica que “Não se verificou a aquisição significativa de aprendizagens históricas pela maior parte dos alunos”, acrescentando que um fator determinante para tal era o regime de ensino remoto emergencial, que teria agudizado as divergências entre os alunos (p. 80).

Pelo contrário, no estudo de caso aqui apresentado, realizado em regime de ensino presencial, os nossos resultados vão no mesmo sentido da investigação de Sérgio Couto (2020) quando indica que as experiências realizadas “contribuíram para a sua aprendizagem, auxiliando-os a compreenderem melhor as temáticas abordadas nas aulas” (p. 102). No nosso caso, este elemento aparece expresso nos questionários de opinião onde os estudantes afirmam que as atividades realizadas no âmbito da História e Património Local lhes trouxeram novos conhecimentos. Simultaneamente assinalam também que contribuíram para a sua aprendizagem, ajudando-os a compreenderem melhor a matéria tanto no caso dos conteúdos relativos ao Estado Novo (leccionados antes da visita de estudo), como dos conteúdos relativos ao 25 de Abril (que foram leccionados posteriormente).

Com a análise dos trabalhos realizados pelos estudantes confirmou-se, através de um outro instrumento de recolha de dados, também a aquisição de novos conhecimentos pela maioria da turma. Isso não retira, no entanto, a existência de desigualdades, na medida em que houve um grupo que não conseguiu integrar de forma adequada os conteúdos leccionados na visita de estudo e o que era solicitado no trabalho. Este era um grupo de alunos com maiores dificuldades à partida, a maior parte deles beneficiando de medidas seletivas na disciplina de História no âmbito do decreto-lei 54/2018. Isto leva-me a avaliar que para superar essa desigualdade, deveria ter reforçado a preparação prévia com estes alunos, por exemplo, no âmbito dos tempos destinados à Antecipação e Reforço de Aprendizagens (ARA), com vista a que pudessem melhor utilizar os conteúdos leccionados na visita.

Globalmente foi possível verificar resultados satisfatórios também na integração total ou parcial dos conteúdos de História local nos materiais produzidos pelos estudantes. Na relação entre História local e nacional também se conseguiram resultados bastante positivos, embora com sucesso um pouco menor, o que nos remete para as dificuldades dos estudantes em estabelecer relação entre fatores em História, que não se restringem ao âmbito nacional-local. Em ambos os casos, fica claro o potencial da visita de estudo em leccionar estes conteúdos de História local-nacional de forma integrada, mesmo numa temática bastante complexa e onde os alunos apresentam dificuldades (Trindade, 2014, p. 254). Todavia, cremos que teria sido fundamental poder leccionar no final do ano algumas aulas que recuperassem os conteúdos da

visita de estudo relativos a como a História do 25 de Abril em Coimbra nos ajuda a melhor entender a própria complexidade do 25 de Abril como uma revolução nacional, com diversidades e dinâmicas locais.

Por outro lado, ainda sobre as potencialidades do trabalho sobre História e Património Local, parece-nos que os questionários de opinião dos alunos apontam não apenas a importância do espaço físico para evocar e entender o passado (Manique, 1994; Araújo, 2017), mas também a sua importância para a humanização da História. As referências de vários alunos à importância da visita de estudo para perceber as dificuldades da vida durante o Estado Novo, as mudanças ocorridas com o seu fim e os reflexos disso na comparação do regime em que se vive hoje, parece-nos sublinhar opinião de Carvalhão Santos (2007). Este refere que a História local ajuda o aluno a “compreender a problemática histórica numa dimensão mais real, significativa e envolvente, com a possibilidade de suscitar, por exemplo, reações de identificação ou de posicionamento crítico” (p. 136).

No caso das visitas de estudo isso reforça também um elemento muito referido na bibliografia sobre esta estratégia didática (Abreu, 1972; Almeida, 1998) que é a importância da preparação das mesmas para alcançar melhores resultados. Também, por isso, foi muito importante a preparação cuidadosa ao serviço dos conteúdos a lecionar no subdomínio “Portugal: do autoritarismo à democracia”, mas também com o objetivo pré-estabelecido de integrar conteúdos locais e nacionais.

Nesta atividade em particular, e tendo em conta a inexistência de bibliografia historiográfica sobre o tema, ficou clara a importância do recurso a guias especializados, neste caso o investigador Pierre Marie. Todavia, tal como estudos anteriormente realizados frisam (Rebelo, 2014; Couto, 2020), as visitas de estudo dirigidas por um guia especialista podem levar a que os alunos assumam um papel mais passivo durante as mesmas, pelo que a proposta de uma ou várias tarefas que envolvam os alunos ao longo da mesma, são fundamentais para uma atividade mais interativa.

No estudo de caso em questão, este estímulo a uma maior interatividade durante a visita foi potenciado por três elementos. Em primeiro lugar, pela preparação conjunta de todos os pormenores entre a professora e o investigador Pierre Marie que iria guiar. Nesse sentido, a nossa experiência reforça os elementos colocados por estudos semelhantes como os de Moniz (2018) que indicam que as estratégias pedagógicas relacionadas com a História Local “devem ser devidamente planeadas e ajustadas de acordo com o perfil dos alunos e os objetivos que pretendemos alcançar” (p. 74).

Em segundo lugar, pelo guia/roteiro com fontes históricas acessível por telemóvel e que permitiu visualizar as mesmas *in loco*, contrapô-las ao que se estava a observar. Este guia/roteiro constitui-se, assim, como um ponto de partida estimulante para o diálogo durante a mesma e permitiu colmatar o facto de o percurso e a História em causa ser pouco conhecida e da inexistência de património identificado como tal. Verificamos, todavia, como Couto (2020), que os alunos não têm o hábito de utilizar os dispositivos de tecnologia (neste caso os telemóveis) no âmbito de os auxiliar na sua aprendizagem e também estão pouco treinados para o trabalho de interpretação fontes e confronto de informações sobre as mesmas. Estes dois fatores limitaram, na nossa opinião, o potencial do recurso produzido. Nesse sentido, este aspeto exigiria maior preparação prévia com o roteiro e as fontes aí disponibilizadas, o que devido ao pouco tempo letivo da disciplina não foi possível.

Em terceiro lugar, a interação e envolvimento com os alunos ao longo da visita foi potenciada pela novidade dos conteúdos e pela tarefa proposta de construírem um *placard* para a exposição do 25 de Abril na escola. Este tipo de trabalho criava uma responsabilidade para com a professora, mas também para com a escola e os colegas de outras turmas, o que se mostrou um estímulo positivo.

Ainda relevante é o facto de o estudo de caso realizado reforçar a importância apontada por outros autores (C. Santos, 2007; Alves, 2006; Pinto, 2015) de associar o trabalho de História e Património Local a métodos ativos de aprendizagem por parte dos alunos; esta combinação possibilitaria alcançar objetivos não apenas ao nível dos conteúdos lecionados, mas também das capacidades e competências desenvolvidas, no sentido previsto no PASEO. Esta proposta de trabalho aos alunos tinha, assim, a grande vantagem de além de mobilizar a produção escrita, a cooperação de grupo e a capacidade de pesquisa, ao pretender compor uma exposição solicitava, ainda promover o desenvolvimento das capacidades de sensibilidade estética e artística dos alunos.

Segundo os questionários de opinião, as capacidades que os alunos consideram mais ter desenvolvido foram a autonomia e a capacidade de pesquisa. Em seguida, mas com menor nível de respostas, identificaram também a capacidade de relacionar História local-nacional e a melhoria das suas competências de observação e anotação de informação.

Aqui cabe-nos, todavia, fazer duas notas para aprofundar algumas limitações ou preocupações sobre como apoiar o real desenvolvimento destas competências. A nossa investigação reforça a importância assinalada por Festas (2015) da necessidade de um acompanhamento guiado com orientações claras (tanto ao nível dos itens a focar pelo trabalho como a nível de orientação sobre bibliografia a consultar), para que os alunos pudessem

trabalhar de forma autónoma, mas simultaneamente alcançar os objetivos pretendidos. Sem o guião de trabalho previamente enviado aos alunos, parece-nos que o cumprimento dos objetivos na relação entre História Local e Nacional seria muito diferente.

Já no seu trabalho sobre História e Património Local, ao referir-se aos trabalhos realizados pelos alunos, Liceia (2021) identifica dificuldades na realização de trabalhos que impliquem leitura de bibliografia, apontando mesmo para a existência de uma “«cultura» instalada no meio escolar que faz os estudantes resistirem ao uso de bibliografia, substituindo-a por pesquisas autónomas na *internet*, sem qualquer tipo de orientação pedagógica” (p. 79). Nesse sentido, chamou-me a atenção na investigação aqui apresentada que, embora a base dos trabalhos fosse a visita de estudo, era necessário complementar com leituras e bibliografia, sendo que nenhum dos trabalhos referiu a consulta de qualquer livro e apenas de conteúdos digitais. Este facto reforça a importância de ter orientado previamente alguma bibliografia digital para os trabalhos, mas também coloca um desafio ao professor de trabalho para o futuro, na medida em que o que os estudantes consideraram o melhoramento da sua capacidade de pesquisa, não inclui por exemplo o trabalho sobre bibliografia historiográfica, o que é, sem dúvida, uma limitação relevante.

Desta forma, penso que a atividade desenvolvida foi não apenas um sucesso, como reforça os elementos da bibliografia existente sobre as potencialidades e alguns desafios da articulação de conteúdos e competências de forma harmoniosa através da utilização da História e Património Local no ensino da disciplina.

Considerações finais

Distinguindo a História-ciência da História-docência, partimos para a Prática de Ensino Supervisionada com a perspectiva do papel fundamental de uma forte base científica na historiografia para uma lecionação da História eficaz.

A experiência de Estágio reforçou esta concepção da importância do estudo e atualização científica do professor de História, não apenas ao nível dos conteúdos, mas também para possibilitar a integração de fontes históricas e textos historiográficos que melhor sirvam o propósito de preparar os discentes. Esta preocupação é ainda aprofundada quando as Aprendizagens Essenciais tendem a restringir ainda mais os conteúdos lecionados e os documentos selecionados para a sua ilustração, que se expressam particularmente em importantes limitações encontradas nos Manuais Escolares e respetivos materiais de apoio.

Todavia, o papel da didática da História é exatamente estudar a transposição do discurso historiográfico para diferentes níveis etários, bem como as melhores estratégias e recursos para o fazer (Nunes, 2015, p. 488). O Estágio foi, por isso, uma experiência muito rica, que me permitiu observar, participar, conceber e avaliar diferentes estratégias didáticas com este objetivo, seja em contexto de sala de aula ou fora dela. Mas essa transposição será necessariamente diferente de acordo com o objetivo pretendido pelo professor e pela sociedade em que está enquadrado. No meu caso, partia de uma visão de que a disciplina de História pode trabalhar não apenas conteúdos, mas também competências e capacidades no desenvolvimento do aluno no sentido académico, mas também cívico e humano. Por isso, procurei sempre que possível aproximar o trabalho em sala de aula do trabalho do investigador de História, nomeadamente da interpretação de diversos tipos de fontes, extraindo informação delas e retirando conclusões, estabelecendo assim uma relação entre fatores e as suas consequências. Essa tarefa revelou-se mais difícil que o esperado, em particular no 7º ano, onde os alunos vindos do 2º ciclo refletiam mais uma tendência à memorização e muito pouco à interpretação e compreensão. Apesar disso, foi possível ver evolução neste campo, tema que retomaremos a propósito da investigação didática levada a cabo.

Foi também fundamental perceber a relevância da diversificação das estratégias didáticas para melhor responder às características e sensibilidades dos discentes, proporcionando o seu desenvolvimento de uma forma mais global e dando oportunidades a todos. Nos processos de autoavaliação e nos questionários levados a cabo, tanto no 7º como no 9º ano, os estudantes sublinharam sempre como tinham gostado de “aprender História de uma forma diferente”.

Saber apresentar diversas formas de abordar e estudar História, mas também de motivar os estudantes para a disciplina foi, por isso, também uma aprendizagem fundamental do Estágio.

Ao longo deste ano, os desafios colocados foram diversos, desde integrar um novo contexto e comunidade escolar, até conhecer e dialogar com os alunos, assim como adaptar conhecimentos científicos às características das várias turmas, a diferentes faixas etárias e respetivas necessidades, entre outras. Mas todo esse processo foi realizado de uma forma muito profícua devido ao bom funcionamento do Núcleo de Estágio, sempre em coordenação e com acompanhamento dos professores da Universidade. Este permitiu-me, assim, o aperfeiçoamento dos processos de ensino-aprendizagem ao longo de todo o ano, na medida em que, entre a professora cooperante e as estagiárias, se constituiu um espaço de colaboração, de partilha e reflexão mútua. Tal como referido por Ribeiro et al. (2020), referindo-se a outros contextos pedagógicos, a minha experiência acentua também que “a supervisão pedagógica da prática letiva desempenha um papel fulcral no processo de formação” (p. 8), tendo-se constituído como o principal elemento potenciador da minha aprendizagem e seu aperfeiçoamento ao longo deste ano.

O Estágio foi ainda uma experiência particularmente rica, na medida em que fomos desafiados a realizar uma investigação em didática da História, que me impulsionou a testar vários aspetos da utilização da História e Património Local no processo de ensino-aprendizagem da História.

Como refere Torgal (1987), parece-nos que “A História Local e Regional tem de ser entendida como fundamental para a (re)elaboração da História Geral e não pode mais ser concebida como um puro «provincianismo historiográfico»” (p. 864). Por isso, começamos no enquadramento da nossa investigação didática por localizar, como a consolidação de uma “Nova História Local” em Portugal após a revolução de 25 de abril de 1974 e a ampliação do conceito de Património Local, se constituem como um ponto de viragem a nível científico, mas também para a didática da História. Esta mudança abre, assim, a possibilidade de abordar diferentes épocas, a partir de várias escalas e vários sujeitos, permitindo aos estudantes melhor apreender a pluralidade e complexidade da realidade histórica. O seu estudo e didatização em contexto escolar transcende, assim, a mera função ilustrativa e passa a constituir-se como parte de uma relação com o todo da escala mais ampla, seja nas semelhanças, seja nas diferenças, mas também na humanização da História e na sua aproximação aos estudantes (C. Santos, 2007).

A partir desta perspetiva, a História e Património Local podem ser a base de diversas utilizações didáticas e tecnológicas ao serviço da dinamização cultural das regiões, da qual a

escola é uma das vertentes, mas não a única. Tendo em conta o âmbito do nosso trabalho, procurámos começar por referenciar como a questão da História e Património Local surge nos documentos orientadores do Ministério da Educação, para em seguida analisarmos as potencialidades e desafios da sua utilização no contexto do ensino-aprendizagem da disciplina.

Analisando a bibliografia de referência nesta área, vários autores referem a História e Património Local como elemento motivador para os alunos pela sua proximidade e familiaridade (C. Santos, 2007; Alves, 2006; Araújo, 2017). Todavia, tal como outros estudos semelhantes (Couto, 2020), a investigação aqui apresentada mostrou que existe um grande desconhecimento dos estudantes face à História e Património da localidade onde vivem e se insere a sua escola. Note-se que tanto no trabalho de Couto (*op. cit.*) como aqui, o foco do estudo é Coimbra, uma cidade com centralidade histórica incontornável no país e em que inclusive a Universidade de Coimbra, Alta e Sofia são consideradas Património Mundial da UNESCO. Portanto, cremos que noutras localidades a tendência será para um desconhecimento ainda maior. Todavia, a maioria dos estudantes, nos dois estudos de caso, consideraram que poder conhecer mais sobre a História da sua cidade foi interessante e indicaram este motivo como um elemento central para terem gostado das atividades. Nesse sentido, embora não nos pareça adequado falar de uma motivação à partida pela História e Património Local, os estudos de caso realizados apontam para um potencial de motivação dos discentes para conhecer mais sobre a localidade onde moram e, portanto, aprofundar o vínculo ao seu meio e à sua exploração.

Por outro lado, tal como colocado por Manique (1994), a disponibilidade e facilidade de acesso a recursos concretos para o trabalho sobre fontes e o património local apareceram, no nosso trabalho, como fatores favoráveis à utilização didática da História e Património Local. Este foi o caso das duas visitas de estudo realizadas no 7º e no 9º ano, em que o fácil acesso e o baixo custo em muito contribuíram para a sua realização, mesmo num contexto com limitações pandémicas. Este fator é importante não apenas na concretização das atividades, mas também na preparação prévia feita pelo professor, muitas das vezes com pouco tempo, e que lhe permite apoiar-se, no caso de Coimbra, em instituições de referência como a Universidade de Coimbra, o CD25Abril (9º ano) ou o Museu Nacional Machado Castro (7º ano). Por exemplo, nesse sentido no caso do nosso projeto, mesmo outras instituições de menor peso como o Núcleo da Cidade Muralhada do Museu Municipal da Cidade, Rede de Castelos e Muralhas do Mondego ou a Sé Velha, e até eventos de cariz histórico-cultural como as Exposições “Aeminiun – Coimbra cidade há 2000 anos” e “Judeus de Coimbra”, foram fundamentais para construir as várias atividades no 7º ano.

Nos nossos estudos de caso comprova-se também a oportunidade de exploração desta temática em relação com o programa da disciplina (C. Santos, 2007, p. 136). No caso da cidade de Coimbra, esta pode ser tomada em todos os anos de escolaridade e em vários domínios das Aprendizagens Essenciais. Noutras cidades ou localidades, a pouca produção historiográfica e a ausência de instituições de carácter patrimonial e/ou museológico que possam servir de apoio ao trabalho do professor devem ser uma limitação a levar em conta no planeamento das atividades, embora não impeçam a sua aplicação, pois do ponto de vista da “Nova História” e do “Novo Património Local” todo o meio envolvente tem um potencial de objeto de estudo.

A diversidade de atividades apresentada entre os dois estudos de caso, confirma como outros trabalhos (Manique, 1994; Araújo, 2017; Moniz, 2018) que é possível abordar esta temática a partir do património, mas também através das fontes locais, da toponímia ou até, acrescentamos nós, dos testemunhos e memórias orais. A introdução das temáticas de História e Património Local depende, assim, acima de tudo do professor optar por um domínio ou subdomínio das AE para implementar uma estratégia, partindo da historiografia existente ou da investigação que ele próprio possa realizar com os alunos.

Nesse sentido, parece-nos útil confrontar os dois estudos de caso realizados. No primeiro, implementado no 7º ano, aplicaram-se estratégias didáticas em três domínios da matéria, tendo centralmente como ponto de partida os vestígios materiais preservados enquanto património da cidade, sobre os quais existia bastante bibliografia historiográfica disponível. Já no caso do 9º ano, elegeu-se apenas um domínio de aprendizagens a trabalhar, numa área onde a historiografia local é incipiente e dispersa, o que envolveu o contacto com um especialista na área, mas também pesquisa documental e histórica da professora. Em ambos os casos os alunos reivindicaram as experiências como muito positivas. Isto mostra-nos que com um planeamento adequado e uma atividade bem preparada, pode-se produzir um processo de ensino-aprendizagem muito proveitoso a partir de condições, temáticas e fontes históricas totalmente diferentes.

Depois de apresentar os resultados da nossa investigação comparando com outros trabalhos na mesma área, pretendeu-se retomar aquela que foi a nossa questão de investigação: pode a História e Património Local contribuir para melhorar a capacidade dos alunos se apropriarem do conhecimento histórico de carácter nacional e internacional? Procurou-se, assim, entender como os estudantes se apropriavam da História e Património Local para depois verificar como a relacionavam à escala local e nacional.

Relativamente ao primeiro objetivo, foi possível perceber que os alunos se apropriam da História e Património Local com os mesmos instrumentos, facilidades e dificuldades que da

História Nacional. Os maiores desafios, no estudo de caso do 7º ano, surgiram das dificuldades de interpretar fontes históricas em geral e patrimoniais em particular; retirar delas conclusões para as temáticas em estudo; ou mesmo aplicar conteúdos estudados a contextos concretos. Neste sentido, as maiores dificuldades apareceram quando se solicitava relacionar História e Património Local com a História Nacional e Internacional. Estas dificuldades podem ser explicadas em parte pela mudança de exigência na passagem do 2º para o 3º ciclo, mas acima de tudo por um modelo de aprendizagem da História baseado quase exclusivamente na memorização dos conteúdos transmitidos pelo professor, para um modelo em que, valorizando conteúdos e memorização, se exigia outro tipo de capacidades de interpretação e relação.

Além disso, todas as atividades propostas exigiram um certo grau de trabalho autónomo. Nesse âmbito, verificou-se que nas atividades mais direcionadas as dificuldades foram menores, e em atividades com maiores exigências de autonomia, mesmo com apoio e orientação, estas foram maiores. Esta experiência reforçou a preocupação de que dar autonomia aos alunos não pode significar deixá-los sozinhos (Festas, 2015), mas deve servir para guiá-los de forma a progressivamente adquirirem um crescente domínio dos conteúdos e raciocínios necessários, em particular em faixas etárias menores, que os possa levar cada vez mais à sua autonomia. Foi por esse motivo que, no exercício das Estações de Investigação sobre a Coimbra na formação do Reino de Portugal, considerámos que teria sido positivo fazer um primeiro exercício em conjunto, para depois deixar os alunos fazerem-no sozinhos. Apesar das dificuldades encontradas e descritas no Cap. III, em todas as atividades foi possível verificar um avanço na capacidade de interpretação de fontes patrimoniais, bem como o seu enquadramento na História local e nacional. A repetição, no final do ano letivo, do exercício de identificação de património histórico local e a sua localização no tempo histórico, onde a evolução dos resultados da turma foi muito positiva, é uma boa expressão disso.

No estudo de caso levado a cabo no 9º ano, as dificuldades encontradas foram menores, seja pela diferença na faixa etária, seja também pelas características do exercício proposto. Aqui o centro da atividade realizada foi a lecionação de conteúdos de História Local através da visita de estudo e a pesquisa autónoma dos alunos, e não a exploração e interpretação de património local. Neste modelo, a maioria dos alunos integraram com sucesso os conteúdos de História local. Ao relacionar História local e nacional, houve um pequeno aumento das dificuldades, mas globalmente os objetivos pretendidos foram alcançados, total ou parcialmente pelo conjunto da turma. Todavia, como referido anteriormente, considero que para avaliar mais a fundo a forma como os alunos compreenderam a complexidade em História, seria necessário ter lecionado mais aulas no final do ano sobre a temática do 25 de Abril, de forma a explorar

mais a fundo a interligação, continuidades e discontinuidades entre as duas escalas. Esta experiência beneficiou ainda de ter-se realizado uma preparação da atividade em conjunto com o investigador que a guiou e de ter-se construído orientações muito claras na realização do trabalho. Isso, permitiu aos estudantes melhor cumprir com os objetivos propostos.

Ainda para responder à nossa questão de investigação foi também muito importante perceber que, nos questionários finais realizados nos dois estudos de caso, os discentes referem que as atividades sobre História e Património Local contribuíram muito ou bastante para a sua aprendizagem da matéria. Das duas experiências podemos concluir que a utilização da História e Património Local melhora as capacidades dos alunos, permitindo-lhes apropriarem-se dos conteúdos de História nacional e internacional. No entanto, mostrou-se também que para alcançar tal objetivo é necessário ter por base a “nova historiografia” de carácter local, para que esta traga uma visão o mais objetiva e complexa possível da realidade histórica.

Por outro lado, para poder alcançar todo o potencial no desenvolvimento de conteúdos, capacidades e competências, ficou clara a necessidade de um planeamento e preparação cuidada das atividades a desenvolver, com objetivos precisos construídos a partir das Aprendizagens Essenciais e do Perfil dos Alunos. Em particular, no caso das atividades que exijam maior autonomia, é preciso reforçar a preparação e apoio ao longo das mesmas, em particular junto dos alunos com maiores dificuldades; caso contrário corremos o risco de essas atividades aprofundarem desigualdades e não ajudar a superá-las.

Dito isto, a segunda questão que procurámos responder era: qual a melhor forma de abordar a temática da História e Património Local? Nesse sentido, a nossa investigação, comprova a perspetiva de Abreu (1972) quando refere que “As visitas de estudo a monumentos, arquivos e localidades de relevância histórica constituem indubitavelmente uma das vias mais seguras de realizar um ensino ativo e interessante da História, tanto regional como nacional e universal.” (p. 145). Reforça também a importância de uma preparação cuidada e o recurso a guias e instituições especializadas de referência (Almeida, 1998) para reduzir as limitações e impactos negativos possíveis na utilização da mesma. Mas, ao contrário de outros trabalhos como os de Couto (2020) e Valério Santos (2019), que se focaram apenas nas visitas de estudo presenciais e virtuais para o estudo da História e Património local, a nossa investigação incluiu diversas estratégias didáticas.

Para nós, a importância da utilização da História e Património Local no processo de ensino-aprendizagem da disciplina é tanto maior quanto tivermos uma perspetiva totalizante de intervenção, em que através da disciplina de História se podem desenvolver competências não

só ao nível escolar, mas também profissional e cívico (tal como previsto nos objetivos da Lei de Bases do Sistema Educativo). Nesse sentido, os dois estudos de caso, mas particularmente o do 7º ano, mostraram uma maior potencialidade da utilização da História e Património Local no desenvolvimento de capacidades e competências diversificadas, quando combinada com metodologias mais ativas de aprendizagens.

Finalmente, vimos que a maior parte dos estudantes não estão habituados a ter uma leitura complexa da História com continuidades e descontinuidades, nem a um trabalho de interpretação de fontes históricas (de carácter patrimonial ou outras), e têm pouca autonomia, como se demonstrou em particular no trabalho do 7º ano. A utilização da História e Património Local tem um enorme potencial de ajudar a ultrapassar essas limitações. Nesse sentido, a investigação realizada aponta vantagens para a utilização da História e Património Local se trabalhada de uma forma sistemática, em particular em faixas etárias mais novas. Todavia, no nosso caso, tal como nos trabalhos de Moniz (2018) e Liceia (2021), é visível que com uma atividade de alto impacto bem planeada e trabalhada a vários níveis também é possível conseguir resultados positivos. Isto é importante porque a disciplina de História tem poucos tempos letivos semanais e nem todas as regiões têm à sua disposição recursos para trabalhar todos os conteúdos das Aprendizagens Essenciais. Por isso, em determinados casos, trabalhar em profundidade um tema pode ser o suficiente para alcançar resultados amplamente positivos.

Globalmente, podemos dizer que a nossa investigação reforçou vários dos elementos colocados pela bibliografia que é referência nesta área. Contribuiu também para os estudos sobre a temática trazendo novas abordagens, nomeadamente ao desenvolver dois estudos de caso em torno de como o estudo da História e Património Local podem contribuir para a apropriação de conhecimentos de carácter nacional e internacional, e as potencialidades da sua combinação com diferentes estratégias didáticas. Deixa-nos também desafios importantes para poder aproveitar todas as potencialidades da sua utilização na prática docente, procurando, todavia, dar algumas pistas para como superar as limitações reais à sua aplicação no âmbito da prática docente.

Desta Prática Ensino Supervisionada e da investigação didática realizada, saio sem dúvida mais fortalecida e com diversas ferramentas teóricas e práticas para encarar o desafio da docência. Esta tarefa é particularmente importante hoje, num momento em que existe uma crescente desvalorização das Humanidades em geral (Ordine, 2016; Umbelino, 2018) e com elas também da História, que ameaça fortemente a capacidade de questionar e pensar as realidades circundantes dos estudantes de hoje e futuros cidadãos.

Como refere Rosas (2020), “está em curso nas nossas sociedades (...) uma disputa das representações do passado (...) suscetíveis de fundar ou refundar legitimidades ideológicas e políticas do presente e do futuro.” (p. 47). Nesse sentido, é um dever do professor trazer para a sala de aula a “Nova História” local, nacional e internacional, para ensinar História de forma mais plural e complexa. Só, assim, poderemos contribuir para uma formação global das novas gerações, em que aprender sobre o passado sirva para compreender o presente e pensar o futuro da forma mais informada e consciente possível.

Bibliografia

- ABREU, M. M. (1972). *As visitas de estudo no ensino da História*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- ALARCÃO, J. (2013). *Introdução à História e Património Locais* (2ª edição). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ALVES, L. (2006). *A História Local como estratégia para o ensino da História*. In Departamento de Ciência e Técnicas do Património e Departamento de História. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 3. <http://hdl.handle.net/10216/8786>
- ALMEIDA, A. (1998). *Visitas de Estudo: Conceções e eficácia na aprendizagem*. Livros Horizonte.
- AMADO, J. (2014). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- ARAÚJO, S. (2017). “*Só se ama o que se conhece...*”: *Contributos da História Local no Ensino da História* [Tese de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/108721>
- BARCA, I. (2001). Educação Histórica: uma nova área de investigação. *História - Revista da Faculdade de Letras*, III (2), 13-21. <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5126>
- BARCA, I. (2015). Educação patrimonial e consciência intercultural. In G. Solé (Org.) (2015). *Educação Patrimonial: Contributos para a construção de uma consciência patrimonial*. Centro de Investigação em Educação (Cied) - Instituto de Educação da Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/40238>
- CATROGA, F. (2015). *Memória, História e historiografia*. FGV Editora.
- CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. (2017). Laboratório interativo da transição democrática portuguesa – Descrição do Projeto. <https://ces.uc.pt/pt/investigacao/projetos-de-investigacao/25aprilptlab>

- CONFERÊNCIA DO PORTO SANTO (2021, abril 27-28). *A cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural europeia*. In Conferência do Porto Santo «Da democratização à democracia cultural: repensar instituições e práticas». <https://www.culturaportugal.gov.pt/media/9171/pt-carta-do-porto-santo.pdf>
- COUTO, S. (2020). *A História Local e o Património Histórico-Cultural no Ensino da História* [Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]. Estudo Geral – Repositório Científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/93713>
- FARIA, A. (2014). *Visitas de estudo: Um desafio pedagógico no ensino da História* [Tese de Mestrado, Instituto Politécnico de Viana do Castelo]. Repositório Científico IPVC. http://repositorio.ipvc.pt/bitstream/20.500.11960/1585/1/Ana_Faria.pdf
- FESTAS, M. I. (2011). Compreensão de textos e métodos ativos. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Extra-série, 225-233.
- FESTAS, M. I. (2015). Aprendizagem contextualizada: análise dos seus fundamentos e práticas pedagógicas. *Educação e Pesquisa*. 41 (3), 713-728.
- ICOMOS (1964). Carta de Veneza “Sobre a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios”. In II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>
- KIRCHNER, J. & McMichael, A. (2019). *Inquiry-Based Lessons in World History, Volume 1: Early Humans to Global Expansion (Vol. 1, Grades 7-10)*. Routledge.
- LICEIA, J. (2021). *História e Património Local enquanto ferramenta pedagógico-didática no ensino da História – o caso da Figueira da Foz*. [Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]. Estudo Geral – Repositório Científico da UC. <https://eg.uc.pt/handle/10316/97031>
- MANIQUE, A. & Proença, M. C. (1994). *Didática da História: património e História Local*. Texto editores.
- MENDES, J. A. (2000). História Local e memórias: do Estado-Nação à época da globalização. *Revista Portuguesa de História*, 34, 349-368. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/12801>

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2017). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2018). *Aprendizagens essenciais História*. <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-0>
- MONIZ, A. B. (2018). “*Pedagogia da memória*” no século digital: *Tecnologias digitais para estudar História Local* [Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]. Estudo Geral – Repositório Científico da UC. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/94220>
- MOREIRA, N. B. (2016). História Local, Espaço e Paisagem em Portugal: Panorâmica historiográfica e estudo de caso sobre a Revista de História (1912-1928). *Historelo - Revista de Historia Regional y Local*, 8 (15),60-89. <https://doi.org/10.15446/historelo.v8n15.48676>.
- NETO, M. S. (2010). Percursos da História Local Portuguesa: monografias e representações de identidades locais. In. A. S. Catana & J. M. Santos, *Memória e História Local*. Palimage. <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/85303/1/Percursos%20da%20hist%C3%B3ria%20local%20portuguesapdf.pdf>
- NETO, M. S. (2012). Percursos da História Local. In M. S. Neto & M. S. Rodrigues, *Informações paroquiais e História Local. A diocese de Coimbra*. CHSC/Palimage. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/86336>
- NUNES, J. P. A. & Ribeiro, A. I. (2007) A Didáctica da História e o perfil do professor de História. *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIX, 87-105. https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/44433/1/A_didactica_da_Historia_e_o_perfil_do_pr.pdf
- NUNES, J. P. A. (2013). O Estado, a historiografia e as Ciências sociais. In J. P. A. Nunes & A. Freire (Coords.), *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX. Olhares cruzados*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- NUNES, J. P. A. (2015). Investigação historiográfica e ensino da História. Reflexões em didáctica da História a propósito das Metas Curriculares. *Revista Portuguesa de História*, 46, 487-507.

- NUNES, J. P. (2016). Património cultural, museus e desenvolvimento: conceitos teóricos, políticas públicas e “sociedade civil”. In S. Teixeira (Org.). *Patrimônio e museus na contemporaneidade*. EDUFBA. <http://hdl.handle.net/10316/46210>
- NUNES, J. P. A. (2017). História e historiografia, património cultural e museologia, lazer e turismo culturais: uma abordagem deontológico-epistemológica e teórico-metodológica. *Revista de Teoria da História*, 17 (1), 162-182. <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/48010>
- OLIVEIRA, A. (1971-1972). *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640* (Volume I e II). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- OLIVEIRA, H. (2012). Potencialidades didáticas das visitas de estudo: A perceção dos alunos sobre a aprendizagem desenvolvida. In D. Royé et al. (Coords.). *Atas do XII Colóquio Ibérico de Geografia: Respostas de la Geografía ibérica a la crisis actual* (pp. 1680-1687). <https://hdl.handle.net/10216/64778>
- ORDINE, N. (2016). *A utilidade do inútil. Um manifesto*. Zahar.
- PINTO, M. H. (2015). Articulando Património e Educação: os contributos da Educação Patrimonial. In G. Solé (Org.), *Educação Patrimonial: Contributos para a construção de uma consciência patrimonial*. Centro de Investigação em Educação (Cied) - Instituto de Educação da Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/40238>
- PINTO, M. H. (2016). *Educação Histórica e Patrimonial: Conceções de Alunos e Professores sobre o Passado em Espaços do Presente* [Tese de Doutoramento, Universidade do Minho], Repositório da Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/19745>
- PROENÇA, M. C. (1990). *Didática da História*. Universidade Aberta
- REBELO, B. (2014). *Visitas de Estudo: Uma estratégia de Aprendizagem* [Tese de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades], Repositório Científico Lusófona. <http://hdl.handle.net/10437/5908>
- RIBEIRO, A. I. & Trindade, S. (2019). Visitas de estudo guiadas por tablets: da teoria à construção de um roteiro digital. In A. Luís, A. Nunes & C. Mello (2019). *A formação inicial de professores nas Humanidades – Reflexões didáticas*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

- RIBEIRO, A. I., Luís, A., Barreira, C., Pires, N. e Ribeiro-Silva, E. (Coords.). (2020). Nota introdutória. In RIBEIRO, A. I., Luís, A., Barreira, C., Pires, N. e Ribeiro-Silva, E. (Coords.), *A supervisão pedagógica no séc. XXI: desafios da profissionalidade docente*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- ROSAS, F. (2016). História, (des)memória e hegemonia. In Lopes, H. T., Trindade, L., Louçã, F. & Rosas, F. *História e memória – “Última Lição” de Fernando Rosas*. Tinta da China
- SANTOS, J. J. C. (2007). Do local ao global: uma reflexão sobre conceitos e práticas. *Revista Portuguesa de História*, XXXIX, 121-152. <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/do-local-ao-global-uma-reflex%C3%A3o-sobre-conceitos-e-pr%C3%A1ticas>
- SANTOS, V. (2019). *Viagens pela minha terra - As visitas de estudo no contexto da História Local e Regional* [Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]. Estudo Geral – Repositório Científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/93358>
- SOLÉ, G. (Org.) (2015). *Educação Patrimonial: Contributos para a construção de uma consciência patrimonial*. Centro de Investigação em Educação (Cied) - Instituto de Educação do Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/40238>
- TRINDADE, S. (2014). *O passado na ponta dos dedos: o mobile learning no ensino da História no 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário* [Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]. Estudo Geral – Repositório Científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/26421>
- TORGAL, L. R. (1987) História... Que História? Algumas reflexões introdutórias à temática da História Local e regional. *Revista de História das Ideias*. 9 (III), 843-867. <https://digitalis.uc.pt/pt/artigo/historia-que-historia-algumas-reflex%C3%B5es-introduct%C3%B3rias-%C3%A0-tem%C3%A1tica-da-hist%C3%B3ria-local-e-regional>
- TORGAL, L. R. (1989). *História e Ideologia*. Livraria Minerva
- UMBELINO, L. A. (2018). O fim das humanidades: ensino e aprendizagem em época de crise. *Cadernos de Pesquisa*, 48 (167), 192-202. <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/4666>

Legislação

Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade/Convenção de Faro 2005. Diário da República: 1.ª série, N.º 177, 12 de setembro de 2008 (Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008). <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaodeFaro.pdf>

Decreto-lei sobre Autonomia e Flexibilidade Curricular - Despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho. Diário da República: 2.ª série, N.º 128, 5 de julho de 2017. <https://dge.mec.pt/noticias/autonomia-e-flexibilidade-curricular>

Despacho n.º 6605-A/2021, de 6 de julho de 2021. Diário da República n.º 129/2021: 1º Suplemento, Série II de 2021-07-06. <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/6605-a-2021-166512681>

Lei de Bases do Património Cultural Português (Lei nº 13/85, 6 de julho). Diário da República n.º 153/1985, Série I de 1985-07-06. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/13-1985-182874>

Lei de Bases do Sistema Educativo. Diário da República n.º 237/1986, Série I de 1986-10-14. <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/lei/1986-34444975>

ANEXOS

ANEXO 1. Plano Individual de Formação⁸**Mestrado em Ensino de História no 3º ciclo
do Ensino Básico e no Ensino Secundário****Plano Individual de Formação**

Professora Orientadora: Prof^ª Dr^ª Ana Isabel Ribeiro

Professora Orientadora Cooperante: Prof^ª Teresa Duarte

Professora Estagiária: Ana Flor Pereira Neves

Ingressei neste Mestrado pela paixão que tenho pelo estudo da História, mas, acima de tudo, pela necessidade que sentia de me dotar de instrumentos teóricos e práticos para cumprir, com qualidade, o meu desejo de lecionar nesta área. No primeiro ano do Mestrado pude adquirir uma série de conhecimentos e competências, tanto ao nível da disciplina de História como da Pedagogia, que me prepararam para entrar neste ano de Estágio. No entanto, sei que da teoria à prática há sempre um caminho a percorrer e é esse desafio que me preparo para enfrentar neste segundo ano, no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada.

Aprender a lecionar será, sem dúvida, o pilar central da formação que me proponho a desenvolver. Neste âmbito, procurarei reforçar através do estudo os meus conhecimentos científicos nas temáticas a lecionar, aprender novas estratégias didáticas e ver como se podem concretizar e adaptar a diferentes contextos e turmas/alunos, bem como estabelecer o diálogo e relação humana professor/aluno tão necessária para que a mensagem chegue ao outro lado. Acima de tudo tenho o desafio de colocar em prática o que aprendi, sabendo que o estágio implica adaptar-se a um contexto específico e único, com a abertura necessária para responder às novidades que ele nos coloca e aos imprevistos que ao longo do percurso forem surgindo. Neste âmbito, parece-me fundamental fazer a ponte entre a aprendizagem do

⁸ Os dados relativos às turmas foram alterados para manter o anonimato dos estudantes.

passado e a atualidade como forma de estimular o gosto dos alunos pela História e mostrar a sua importância como disciplina, mas também as suas potencialidades para desenvolver competências académicas, pessoais, profissionais e de cidadania.

Ao mesmo tempo, a escola é uma comunidade inserida no seu entorno, cujas exigências não se esgotam na sala de aula. Desta forma, pretendo também durante este ano entrar em contacto com o trabalho realizado pelo professor fora da sala de aula, seja ao nível das tarefas realizadas entre professores (atividades não letivas, trabalho colaborativo, participação nos projetos da escola), seja no conhecimento de outras valências de apoio aos alunos fora da sala de aula. Pretendo ainda aproveitar a vivência da escola enquanto coletivo e contribuir para a mesma, levando em conta os projetos por ela desenvolvidos e simultaneamente as limitações que a situação pandémica ainda continua a impor às mesmas.

Ainda no âmbito deste ano letivo terei como desafio elaborar um relatório de estágio, que reflita a experiência da Prática de Ensino Supervisionada. Neste relatório procurarei ainda desenvolver uma investigação, ao nível teórico e prático, sobre as potencialidades da História Local no ensino-aprendizagem da História, desenvolvendo esta estratégia didática no âmbito da minha prática letiva ao longo do ano.

Desta forma, procuro expor as linhas fundamentais do trabalho a desenvolver ao longo do ano letivo, sem prejuízo de outras que no decurso do ano possam surgir derivadas do meu interesse ou da sugestão da professora orientadora.

- Acompanhar as aulas da professora orientadora nas turmas do 7º Y, 7º X, 8º W e, sempre que sugerido pela professora, também no 9º Z;
- Lecionar o limite mínimo de aulas previstas no “Plano Anual de Formação” (FLUC) nas turmas do 7º X e 8º W, bem como todas as que além disso sejam possíveis e consideradas úteis pela professora orientadora, nomeadamente nas turmas 7º Y e 9º Z;
- Utilizar o GoogleClassRoom como plataforma para acompanhamento das atividades das turmas 7º Y, 7º X e 8º W e como instrumento de interação com as mesmas;
- Colaborar no Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (Dec. Lei 55/2018), nas turmas do 7º X, 8º W e 9º Z, segundo as orientações do Projeto Educativo do Agrupamento, intervindo ativamente na concretização dos Projetos Curriculares das Turmas onde irei lecionar, de acordo com o Plano Anual de Atividades;
- Acompanhar pontualmente a professora orientadora nos tempos de apoio à Sala de Estudo e na Antecipação e Reforço de Aprendizagens (ARA), ao abrigo do Decreto-lei 54/2018;
- Reunir com a professora responsável da Equipa do Ensino Especial, tendo em conta a importância da política de inclusão do agrupamento, e com a professora de Ensino Especial que faz o acompanhamento da turma 7º X;
- Nas turmas onde irei lecionar, apoiar todos os alunos, ao abrigo do Dec. Lei 54/2018, aplicando as medidas educativas adequadas ao perfil e dificuldade dos alunos;

- Conhecer as valências da Escola, ao nível do Gabinete de Apoio ao Aluno “Contigo Mais”, do Gabinete de Apoio Psicológico e do Plano Digital do Agrupamento;
- Participar nas reuniões do Grupo Disciplinar de História (400), nas reuniões de trabalho colaborativo da disciplina de História e/ou de articulação curricular com outras disciplinas, nomeadamente no âmbito do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular;
- Acompanhar, de acordo com o proposto pela professora orientadora, o processo de elaboração de matrizes e de fichas de avaliação (formativas e sumativas), de critérios de correção de provas, o seu processo de correção e análise dos resultados em grupo disciplinar;
- Assistir às reuniões do Conselho de Turma do 7º Y, 7º X e 8º W, nomeadamente nas reuniões intercalares de novembro e fevereiro, a fim de tomar conhecimento do Projeto Curricular de Turma, bem como outras reuniões consideradas relevantes pela professora orientadora;
- Colaborar com as atividades previstas no Plano Anual de Atividades da Escola, nomeadamente as atividades do dia do patrono da escola Eugénio de Castro (dia 4 de março) e das atividades de comemoração do 25 de Abril;
- Tomar contacto com a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento e conhecer o seu projeto e trabalho na escola, de acordo com as sugestões da professora orientadora;
- Participar das reuniões do Núcleo de Estágio, com a professora orientadora e com a colega estagiária, bem como assistir às aulas lecionadas por esta última;
- Didatizar o tema do relatório junto das turmas em que irei lecionar, procurando investigar as potencialidades da História Local no ensino-aprendizagem da História;
- Participar nos Seminários no âmbito da disciplina Projeto Didático em História I e II e outros considerados relevantes para o Estágio e investigação a desenvolver, nomeadamente a sessão de apresentação do Projeto 25AbrilPTLab (CES-UC/Centro Documentação 25Abril) e o V Congresso de História Local a realizar-se na FLUC, entre outros que possam surgir.

Coimbra, 28 de outubro de 2021

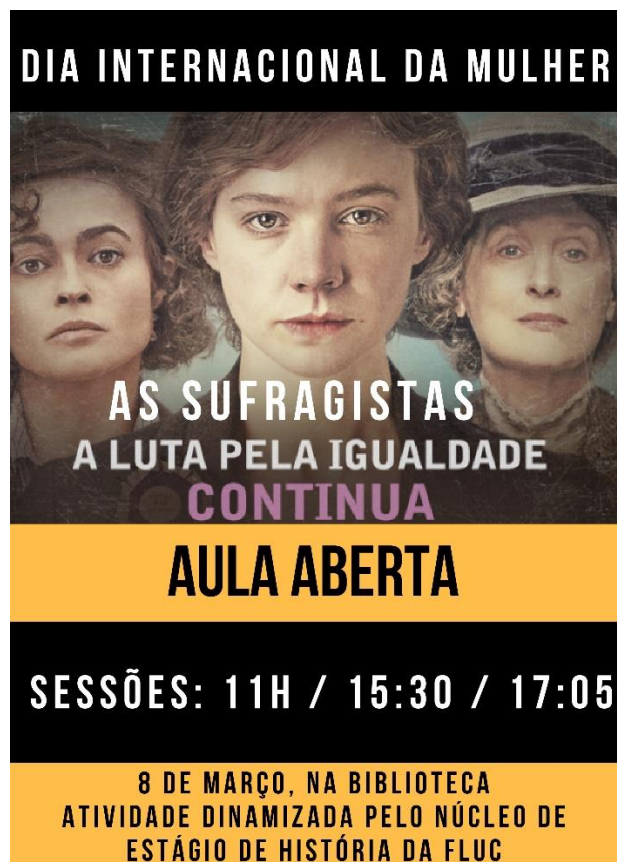
A Professora Orientadora Cooperante (Teresa Duarte)

A Professora Estagiária (Ana Neves)

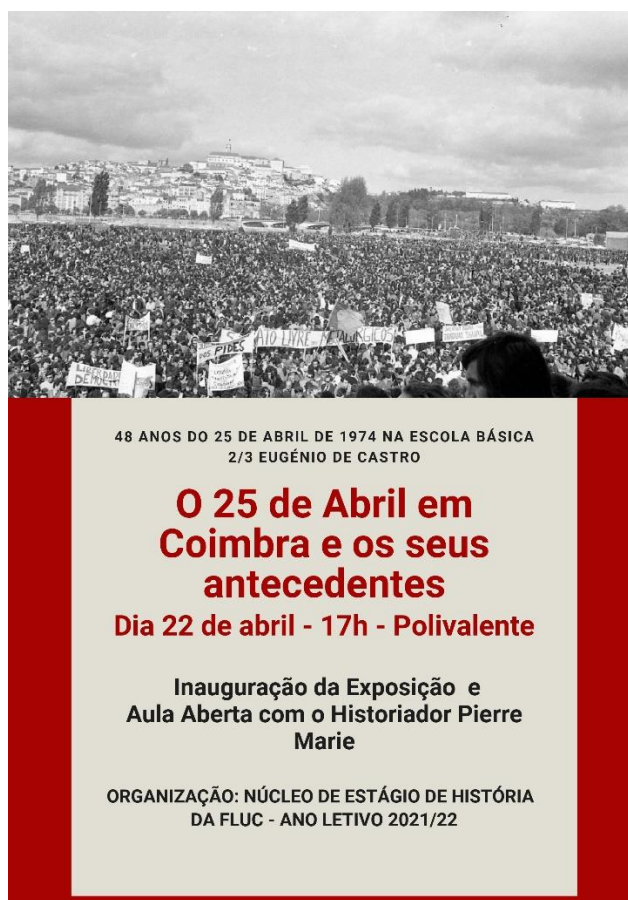
ANEXO 2. Fotos da exposição de trabalhos do concurso “Artista Bué Rupestre e Bué Megalítico”



ANEXO 3. Cartaz e foto das atividades do dia 8 de Março, dia Internacional da Mulher



ANEXO 4. Cartaz das atividades e foto da exposição e conferência no âmbito das comemorações do 25 de Abril de 1974



ANEXO 5. Questionário diagnóstico sobre os conhecimentos e interesses dos alunos relativamente à História e Património Local (7º ano)

1

QUESTIONÁRIO SOBRE HISTÓRIA LOCAL – 7º ANO

1. Identifica as imagens e indica: a) os monumentos; b) a sua época histórica.



a. _____

b. _____



a. _____

b. _____



a. _____

b. _____



a. _____

b. _____



a. _____

b. _____



a. _____

b. _____



a.

b.



a.

b.

2. Já visitaste algum dos monumentos atrás indicados? SIM NÃO

2.1. Se sim, indica qual/quais: _____

3. Indica se visitaste os seguintes locais:

- o Museu Nacional Machado Castro SIM NÃO
- o Museu Portugal Romano em Sicó SIM NÃO
- a Exposição “Aeminium Coimbra Cidade há 2000 anos” SIM NÃO

4. Já alguma vez foste à Feira Medieval em Coimbra? SIM NÃO

5. Conheces alguma lenda sobre a cidade de Coimbra e a sua história? SIM NÃO

5.1. Se sim, indica qual/quais: _____

6. Refere uma figura histórica de Coimbra. _____

7. Indica um momento ou episódio da história de Coimbra pelo qual tenhas maior interesse.

ANEXO 6. Exemplo de PowerPoint da aula de 3 de fevereiro de 2022, sobre os fatores de unificação do Império Romano

INTEGRAÇÃO DOS POVOS NO IMPÉRIO ROMANO



Astérix e o Domínio dos Deuses, R. Goscinny e A. Uderzo

FATORES E AGENTES DE INTEGRAÇÃO NO IMPÉRIO ROMANO

Exército

PAX ROMANA:

- Estado de paz imposto, sempre que necessário pela força, pelos exércitos romanos nas áreas conquistadas.
- Designa também o longo período de paz e prosperidade que o Império conheceu durante os dois primeiros séculos d. C.
- Agentes de integração: soldados romanos.

Rede de Estradas



3

FATORES E AGENTES DE INTEGRAÇÃO NO IMPÉRIO ROMANO



■ Economia e Moeda

- Agentes de integração: comerciantes
- Unidade política do Império e culto ao Imperador
- Direito de cidadania
 - Édito de Caracala (212 d. C)

4

- “Os Turdetanos (povo do sul da Península Ibérica) adotaram completamente os costumes romanos, esquecendo até a própria língua. As cidades ultimamente edificadas, como *Pax Julia* (Beja), *Emerita Augusta* (Mérida), *Caesaraugusta* (Saraçoça) e várias outras colónias provam essas mudanças de aspeto da sociedade. Até muitos Celtiberos (povo do interior da Península), considerados os mais agressivos e selvagens de todos, se deixavam vencer pela força da cultura romana.”

Estrabão, *Geografia* – século I a. C

5

MODELO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO

- Estabelecimento de um conjunto de órgãos políticos e administrativos encarregues da gestão dos territórios conquistados.
- Divisão do território em Províncias, com Municípios e Colónias.
- Colonos e funcionários administrativos como



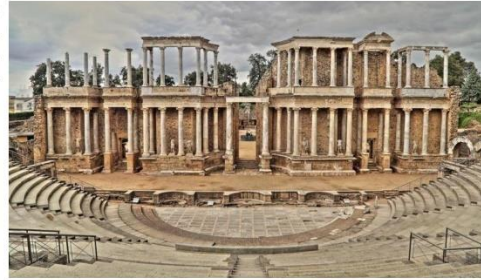
6

URBANISMO

Planificação e construção de uma vasta rede de cidades, com praças públicas, templos, termas, habitações, aquedutos, esgotos, teatros, lojas, etc. à semelhança de Roma.

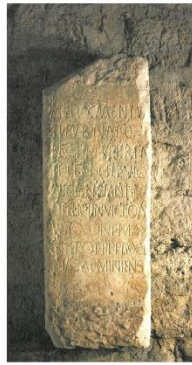


Templo Romano de Évora (Portugal)

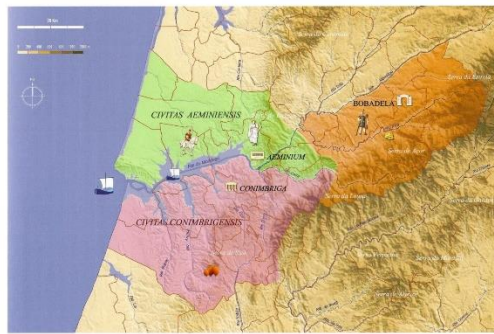


Teatro Romano de Mérida (Espanha)

7

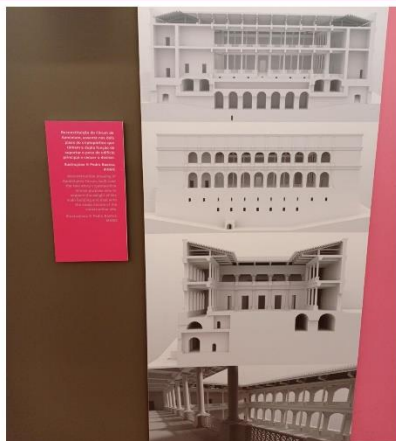


Inscrição dedicada ao imperador Constâncio pela *civitas Aeminensis* (cidade de Aemilium)

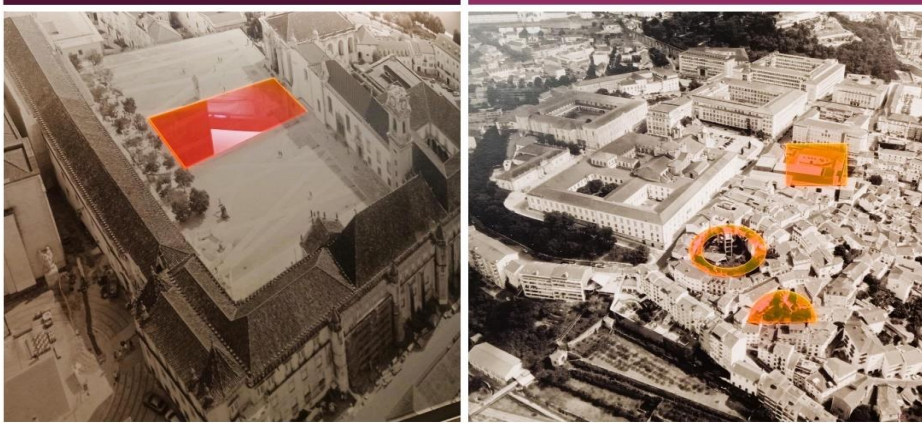
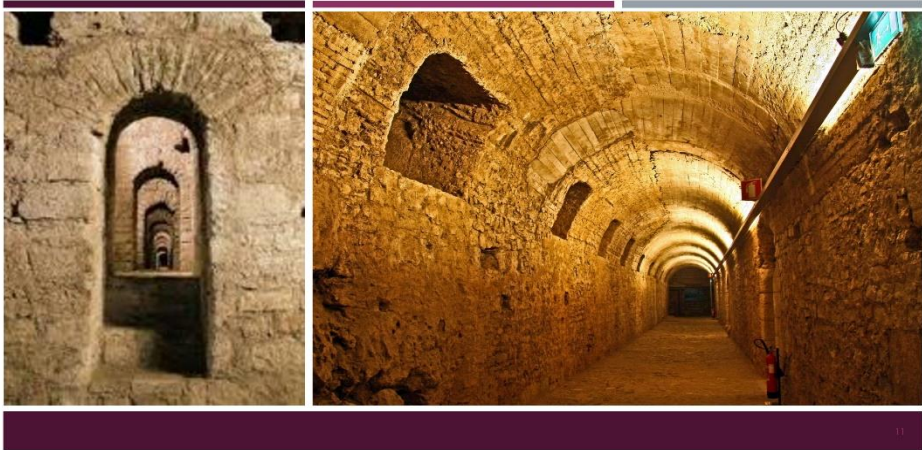


As Cidades romanas e fronteiras administrativas, antigas (colúmbias e outras) (conceitos) foram traçadas em Portugal nos limites municipais administrativos da época.
© José Luís Saldanha, ARCA/MEM

8



9





“(…) Enquanto preparava os filhos dos notáveis nas artes liberais (...) os mais propensos há pouco a rejeitar a língua de Roma ardiam agora de zelo para falar eloquentemente. Depois isto foi até ao vestuário que nós temos a honra de trajar, e a toga multiplicou-se; progressivamente chegaram a gostar dos nossos próprios vícios (...), dos banhos e do requinte dos banquetes; e estes iniciados levavam a sua inexperiência a chamar civilização ao que não era senão um aspeto da sua sujeição.”

Tácito, político e historiador (Séc. I-II d.C), *Vida de Agrícola*

LATIM

- Língua na origem às línguas românicas (português, castelhano, francês, italiano e romeno)
- Latim erudito e latim vulgar
- Expressões do latim que continuamos a utilizar:
 - Curriculum Vitae
 - Carpe Diem
 - Rendimento per capita
 - PS (post scriptum)
 - Fecundação in vitro



16

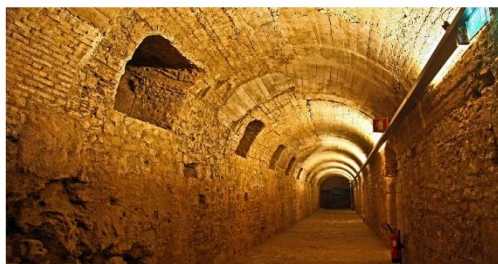
INFLUÊNCIAS ENTRE ROMANOS E ROMANIZADOS

ROMANIZAÇÃO

- Influência exercida pela civilização romana sobre as diferentes populações do Império que ocasionou mudanças no seu modo de vida, costumes, sistema político-administrativo, língua, religião e economia.
- Conquista militar / Política de Integração
- Reciprocidade e Assimetria nas influências entre romanos e romanizados
 - Não forma sociedades homogêneas, mas sociedades de grande diversidade com matriz cultural comum.



17



Doc. 1 Criptoportico do Fórum
Urbanismo

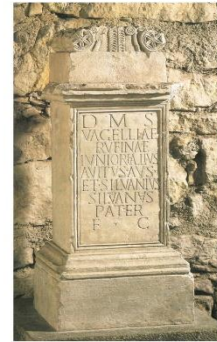


Doc. 2. Moeda cunhada em Roma
Moeda e economia

18



Doc. 3. Marco miliário, 39 d. C., Eiras
Rede de Estradas

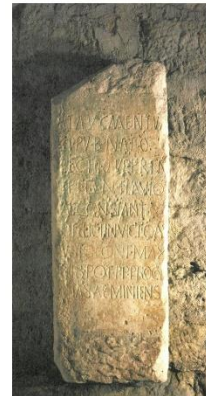


Doc. 4. Ara funerária em latim, séc. II
Lafim

19





Doc. 5. Retrato provincial do
Imperador Trajano, século I-II
Unidade política e culto ao
imperador



Doc. 6. Inscrição dedicada ao imperador
Constâncio pela *ciuitas Aeminiensis* (cidade de
Aeminium), 305/306 d. C
Modelo político-administrativo

20

ANEXO 7. Ficha Formativa sobre a cidade de Aeminium e os fatores de unificação no Império Romano

 <p>AGRUPAMENTO DE ESCOLAS EUGÉNIO DE CASTRO REPÚBLICA PORTUGUESA EDUCAÇÃO</p>	<p>Ficha Formativa História 7º ano 3 de fevereiro de 2022</p>	
---	---	---

1. Identifica o nome da cidade de Coimbra na época do império Romano.

2. Justifica a importância desta cidade na época romana, com dois fatores relatados no vídeo.

3. Indica o principal vestígio romano que ainda podemos hoje encontrar na cidade de Coimbra.

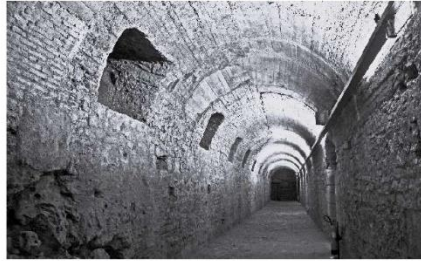
3.1. Localiza-o na atual cidade de Coimbra.

3.2. Explica a função desta estrutura arquitetónica na época romana.

4. Enuncia a importância deste vestígio da presença romana no atual território português.

5. Nomeia outros vestígios da presença romana em Coimbra que visualizaste ao longo da aula (através do Vídeo e PowerPoint).

6. Os vários documentos abaixo remetem-nos para a presença romana na região de Coimbra.
 6.1. Observa os documentos, lê as legendas e identifica o fator de unificação do império para que cada um dos documentos remete.



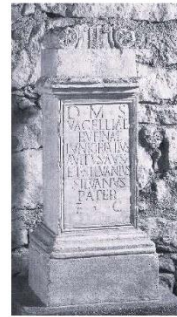
Doc. 1 Criptopórtico do Fórum



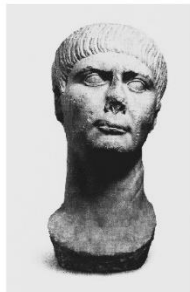
Doc. 2. Moeda cunhada em Roma



Doc. 3. Marco miliário, Eiras



Doc. 4. Ara funerária em latim



Doc. 5. Retrato provincial do Imperador Trajano



Doc. 6. Inscrição dedicada ao imperador Constâncio pela *ciuitas Aeminiensis* (cidade de Aeminium)

6.2. A partir destes documentos e dos documentos da página 82 e 83 do teu Manual, identifica 3 vestígios materiais e três vestígios imateriais da presença romana em Portugal.

7. DESAFIO: CONHEÇO MAIS SOBRE A HISTÓRIA DA MINHA CIDADE

Ao longo deste ano letivo iremos aprender mais sobre a história da cidade de Coimbra no âmbito dos conteúdos da disciplina de História. Nesse sentido, iremos realizar pequenas fichas e trabalhos em contexto de sala de aula e fora dela, com o objetivo de no final do ano construirmos um pequeno roteiro da história da nossa cidade. Este é o nosso primeiro desafio, neste caso relacionado à presença romana na cidade de Coimbra.

A partir da matéria lecionada na aula e da pesquisa que possas fazer autonomamente, realiza uma narração para o vídeo “Aeminium: Criptopórtico e Fórum Romano” do Museu Nacional Machado Castro (<https://www.youtube.com/watch?v=kLQOL1gv5jE>) de no máximo 2m.

Esta tarefa deve ser feita preferencialmente a pares, mas pode também ser feita individualmente.

Deves escolher frase curtas e falar de forma pausada, procurando utilizar os conceitos que foste aprendendo ao longo da matéria. A tua narração deve conter:

- A indicação do nome de Coimbra durante a época romana e o período do império em que passou a ser cidade.
- Descrição do que é o criptopórtico, a sua função e onde se localiza atualmente na cidade de Coimbra.
- Explicação da importância deste vestígio como expressão como a presença romana em Coimbra e património da cidade.

Através do site do Museu Nacional Machado Castro podes consultar mais informações sobre Aeminium e sobre o Criptopórtico. Se tiveres possibilidade visita este monumento tão importante da tua cidade.

Deves realizar este trabalho até ao Carnaval (dia 1 de março de 2022) e submetê-lo na GoogleClassRoom.

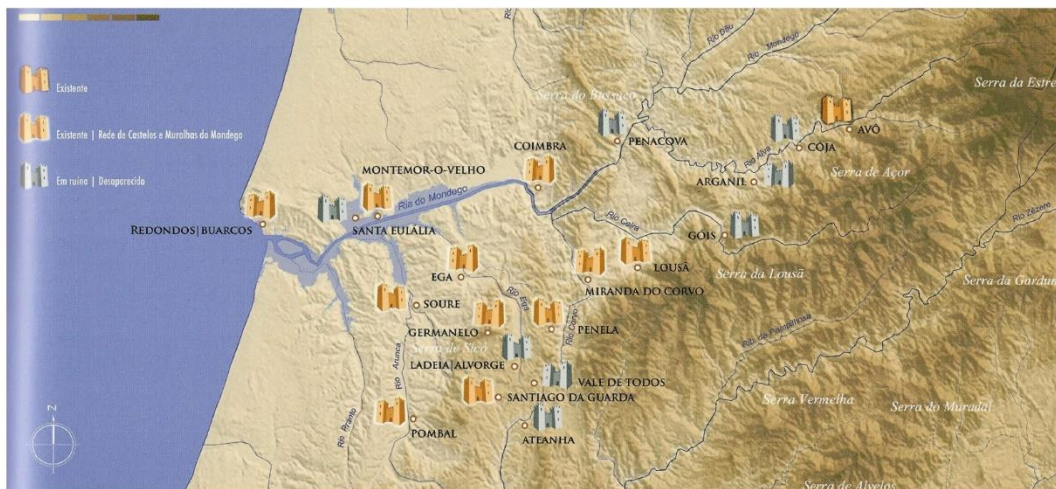
Bom trabalho,
Professora Ana Neves

<http://www.museumachadocastro.gov.pt/pt-PT/minisitios/ContentDetail.aspx?id=828>

<http://www.museumachadocastro.gov.pt/pt-PT/minisitios/ContentDetail.aspx?id=632>

ANEXO 8. Atividade “Estações de Investigação sobre a importância de Coimbra no período da reconquista cristã”

Anexo 8.1 Estação 1



“A atuação do monarca [D.Afonso Henriques] no território teve como primeira preocupação a segurança da própria cidade e a consolidação da fronteira do Mondego, razão pela qual: «(...) [considerou] necessário construir um castelo no centro daquela terra [Penela], para garantir a segurança e defesa dos camponeses cristãos (...) e pôs ali cavaleiros para os guardarem (...)”.

Trindade, L. & Carvalho, P. (2021). *De Roma a Portugal: do Império ao Reino – uma viagem de 1500 anos pela região de Coimbra*. Coimbra: Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Anexo 8.2. Estação 2

ESTAÇÃO 2

- “Com D. Afonso Henriques, primeiro como infante, depois como rei, a reconquista e alargamento do território ganharam um novo fôlego. Um sucesso para que contribuíram diversos fatores, como a deslocação da corte de Guimarães para Coimbra, em 1130, cuja proximidade às linhas inimigas permitiu ao monarca uma maior e mais intensa atividade guerreira (...).”

Trindade, L. & Carvalho, P. (2021). *De Roma a Portugal: do Império ao Reino – uma viagem de 1500 anos pela região de Coimbra*. Coimbra: Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

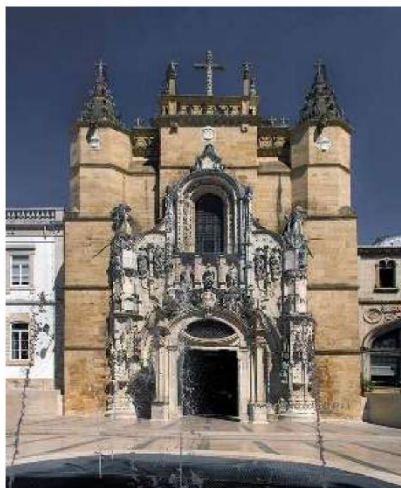
■ Paço das Escolas

A partir de 1131 é habitado por D. Afonso Henriques, que dele fez o primeiro Paço Real existente no país. Esta circunstância explica que aqui tenha nascido a quase totalidade dos reis da primeira dinastia.” (Roteiro da Universidade de Coimbra)



Anexo 8.3. Estação 3

ESTAÇÃO 3



■ Mosteiro de Santa Cruz

“Em 1131 lançou-se a primeira pedra do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Um ano depois estava pronto um núcleo do edifício que foi ocupado por doze monges. As obras continuaram. Pouco depois já ali viviam setenta homens. Estes monges não dependiam nem de bispos nem de arcebispos. Obedeciam diretamente ao papa. Foi talvez por isso que Afonso Henriques os ajudou a construir o belo mosteiro e lhes deu várias quintas ao redor. Deste modo arranjava poderosos aliados contra o bispo de Coimbra, com quem não se entendia muito bem. E passava a cativar intermediários apazes de cativar a simpatia do papa, a quem tencionava pedir que o reconhecesse como rei.” (Mattoso, Mattoso, José. Os primeiros reis – História de Portugal. Vol. 1. pg 60)

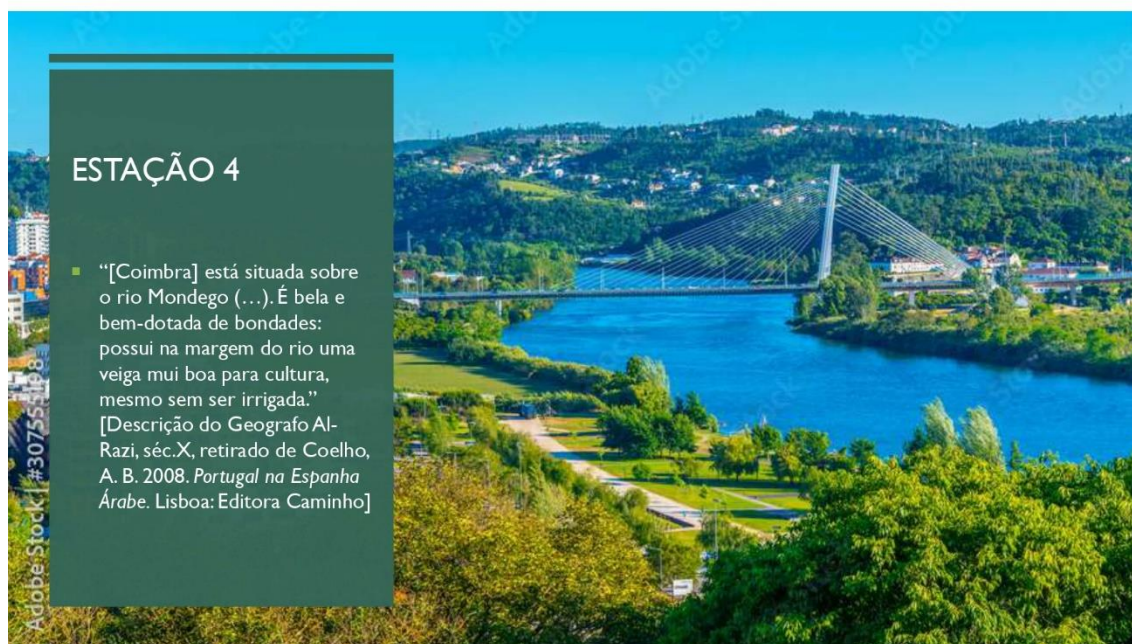
■ Sé Velha

“Erguida no centro da Almedina, onde se situara a Mesquita desempenha funções de catedral até 1772. (...) Em 1185 D. Sancho I, filho de D. Afonso Henriques, foi aqui coroado rei.”

(Roteiro de Viagem com D. Afonso Henriques, Castelos e Muralhas do Mondego.)



Anexo 8.4. Estação 4



Mercado do Quebra Costas

- “Mas a cidade seria também um importante centro de trocas. São vários os topónimos da época que relevam uma intensa atividade mercantil: o *fórum regis*, no caminho que levava da porta da Almedina, a principal da cidade, à catedral; a Rua dos Francos, onde se agrupava a comunidade de mercadores estrangeiros, genericamente vindos de além Pirinéus; (...) a própria existência de uma judiaria ou o seu forte passado moçárabe são também indicadores a ter em conta.”

Trindade, L. & Carvalho, P. (2021). *De Roma a Portugal: do Império ao Reino – uma viagem de 1500 anos pela região de Coimbra*. Coimbra: Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

ANEXO 9. Guião / Caderno de Atividades para a visita de estudo “Roteiro de História pela Alta de Coimbra”

VISITA DE ESTUDO 7º

ESCOLA BÁSICA 2/3 EUGÉNIO DE CASTRO

**ROTEIRO DE HISTÓRIA E
CIÊNCIA PELA ALTA DE
COIMBRA**

13 DE MAIO DE 2022





APRESENTAÇÃO DO ROTEIRO HISTÓRICO E ATIVIDADES A DESENVOLVER

9H15-10H15

10H30-12H

12H - 13H

13H00 - 14H

14H30-16H30

16H30 - 17H

INSTRUÇÕES PARA UTILIZAÇÃO DO CADERNO DE CAMPO:

EXPLORAÇÃO HISTÓRICA NA ALTA

VISITA GUIADA À SÉ VELHA

PAUSA PARA ALMOÇO

VISITA GEOLÓGICA

VISITA GUIADA AO MUSEU NACIONAL MACHADO DE CASTRO

LANCHE E REFLEXÃO SOBRE A VISITA DE ESTUDO

No ano de 2013, a UNESCO reconheceu o valor da Universidade de Coimbra - Alta e Sofia, atribuindo-lhe o selo de Património da Humanidade, o que posiciona a cidade como um dos destinos turísticos e culturais mais requisitados da região e do país. Coimbra é detentora de uma vasta e única riqueza patrimonial concretizada ao longo de séculos.


Hoje, dia 13 de maio de 2022, no âmbito da disciplina de História e de Ciências da Natureza, vamos ter a oportunidade de explorar o “Roteiro de História e Ciência na Alta de Coimbra”! Pretendemos consolidar conteúdos que estudamos ao longo do ano, relativamente aos contributos da civilização romana, com a visita ao criptopórtico romano; identificar vestígios na cidade do período de formação do reino de Portugal; compreender o papel exercido pelas instituições monásticas e pelas cortes régias e senhoriais na produção e disseminação de cultura e sua relação com a Universidade de Coimbra; e explorar alguns exemplares do românico e gótico na cidade.

Durante o percurso, devem preencher o vosso Caderno de Campo e realizar as atividades propostas. No final do dia, os cadernos serão recolhidos pelas professoras, como parte integrante da vossa avaliação formativa.

Bom trabalho!

As professoras Teresa Duarte, Ana Neves e Elisa Sousa

Estação 0: Audição de Cantiga de D. Dinis (Composição/recriação moderna José Mário Branco)	
<p style="text-align: center;">Ai Flores do Verde Pino</p> <p>- Ai flores, ai flores do verde pino, se sabedes novas do meu amigo? Ai Deus, e u é?</p> <p>Ai flores, ai flores do verde ramo, se sabedes novas do meu amado? Ai Deus, e u é?</p> <p>Se sabedes novas do meu amigo, aquele que mentiu do que pôs connigo? Ai Deus, e u é?</p> <p>Se sabedes novas do meu amado, aquele que mentiu do que mi há jurado? Ai Deus, e u é?</p>	<p>- Vós me preguntades polo voss'amigo e eu bem vos digo que é san'e vivo. Ai Deus, e u é?</p> <p>- Vós me preguntades polo voss'amado e eu bem vos digo que é viv'e sano. Ai Deus, e u é?</p> <p>- E eu bem vos digo que é san'e vivo e será vosco ant'o prazo saído. Ai Deus, e u é?</p> <p>- E eu bem vos digo que é viv'e sano e será vosc[o] ant'o prazo passado. Ai Deus, e u é?</p>
<p><i>Interpreta a cantiga e seleciona a opção correta.</i> "Ai flores do verde pino" é uma:</p> <ol style="list-style-type: none"> Cantiga de Amigo. Cantiga de Amor. Cantiga de Escárnio e Maldizer. 	

Estação 1: Estátua D. Dinis	
	<p><i>Preenche os espaços lacunares no texto.</i></p> <p>D. Dinis fundou em _____ o Estudo Geral em Lisboa. Este viria a ser transferido posteriormente para _____, estando na origem da _____ desta cidade. Este rei destacou-se ainda como poeta trovador, representante da cultura _____.</p>

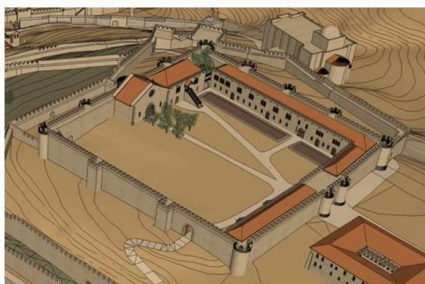
Estação 2: Núcleo da Cidade Muralhada	
	<p><i>Depois de leres a informação do ponto do Núcleo da Cidade muralhada, legenda a imagem.</i></p>

Estação 3: Estátuas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC)

Desafio: Identifica na fachada da FLUC, a estátua do filósofo grego que estudaste nas aulas e indica as características desta escultura.

Estação 4: Painel “Alegoria da Antiguidade Clássica” (interior da FLUC)


- a. *Circula na imagem 3 elementos que estudaste da arquitetura romana;*
- b. *Nomeia o imperador romano representado no painel em causa.*

Estação 5: Paço das Escolas na Idade Média

Identifica o nome deste edifício no período:

- a. *da presença muçulmana na cidade de Coimbra: _____.*
- b. *durante o reinado de D. Afonso Henriques: _____.*


Estação 6: Paço das Escolas na Atualidade



Legenda os números indicados na imagem.

1.	4.
2.	5.
3.	6.

Estação 7: Sé Velha



Refere quatro elementos da arquitetura românica que estudaste em sala de aula, que possam ser observados neste edifício

a.




b.


c.




d.

Descreve a função dos contrafortes na arquitetura românica.

Indica onde se encontra este elemento na Sé Velha:

<p><i>Apresenta os temas e a função da escultura no edifício da Sé Velha:</i></p>	
	<p><i>Destaca a principal característica da arquitetura gótica presente no claustro da Sé Velha:</i></p> <p><i>Descobre a figura histórica cujo túmulo está no claustro da Sé Velha. Indica o seu nome e cargo ocupado na cidade de Coimbra:</i></p>
	<p><i>Dramatização dos Contratos feudo-vassálicos</i></p> <p><i>Observações:</i></p>
	<p><i>Desafio! Encontra a inscrição em árabe na lateral da Sé Velha (entre a Porta Especiosa e o Contraforte)</i></p> <p>Tradução da Inscrição: "Escrevi isto como recordação permanente do meu sofrimento. A minha mão perecerá um dia, mas a grandeza ficará"</p>

Estação 8 - Exterior do Museu Machado Castro	
	<p><i>Apona:</i></p> <p>a. <i>a caraterística do arco aqui representado.</i></p> <hr/> <p>b. <i>a influência artística que ele expressa.</i></p> <hr/>

Estação 9: Museu Nacional Machado Castro	<i>Legenda as imagens (1) e refere a influência artística predominante em cada uma delas (2).</i>
	<p>a.1)</p> <p>a.2)</p>
	<p>b.1)</p> <p>b.2)</p>
	<p>c.1)</p> <p>c.2)</p>

	<p><i>Aponta o grupo social representado na escultura e sua função social.</i></p>
---	--

<p>Estação 10: Criptoportico</p>	
	<p><i>Localiza o criptoportico na cidade de Aeminium e destaca a sua função.</i></p>

<p>Estação final: Reflexão sobre visita de estudo</p>
<p><i>Faz uma reflexão sobre a visita de estudo, indicando o que mais gostaste e o que gostarias de ver melhorado.</i></p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

ANEXO 10. Questionário de opinião para o projeto didático sobre História e Património Local desenvolvido com os alunos do 7º ano

1

QUESTIONÁRIO SOBRE HISTÓRIA LOCAL – 7º ANO

1. Identifica as imagens e indica: a) os monumentos; b) a sua época histórica.



a.

b.



a.

b.



a.

b.



a.

b.



a.

b.



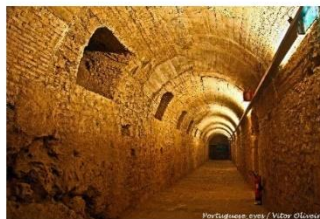
a.

b.



a.

b.



a.

b.

2. Ao longo do ano letivo realizámos várias atividades sobre História e Património da cidade e região de Coimbra no âmbito da disciplina de História. Indica a atividade que mais gostaste:

Narração da reconstituição em 3D do criptopórtico romano de Aeminium	
Estações de investigação sobre a importância de Coimbra no período da reconquista cristã	
Visita de estudo “Roteiro histórico pela Alta de Coimbra”	

2.1. Justifica a tua resposta.

3. Consideras que estas atividades foram importantes para compreenderes melhor a matéria em estudo?

1 2 3 4 5

Nada Muito

3.1. Justifica a tua resposta.

4. Consideras que estas atividades foram motivadoras para a tua aprendizagem em História?

1 2 3 4 5

Nada Muito

4.1. Justifica a tua resposta.

5. Consideras que com a realização destas atividades desenvolveste novas capacidades e competências?

	1	2	3	4	5	
Nenhuma	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muitas

5.1. Indica as capacidades e competências que sentes que melhor desenvolveste ao realizar estas atividades?

Autonomia	
Capacidade de comunicação oral	
Capacidade de observação e anotação de informação	
Capacidade de pesquisa	
Cooperação e espírito de grupo	
Consciência cívica e respeito pelo património	
Relacionar a história nacional com a história da cidade de Coimbra.	
Outra (indica qual ou quais)	

5.2. Justifica a tua resposta.

6. Conhecer a história e património local é importante para ti?

	1	2	3	4	5	
Nada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

6.1. Indica os motivos que te parecem mais importantes para o estudo da História e Património Local?

Importância cultural	
Importância educativa	
Importância turística	
Preservação de identidade	
Preservação do património	
Atuação mais informada como cidadão/cidadã	
Outra (indica a opção):	

7. Deixa um comentário ou opinião sobre a aprendizagem que realizaste através das atividades sobre História e Património local, sobre as capacidades que desenvolveste e/ou dificuldades que sentiste.

Obrigado pela tua colaboração e continuação de bom trabalho! A Professora Ana Neves!

ANEXO 11. Roteiro preparatório da visita de estudo “O 25 de Abril em Coimbra e os seus antecedentes”

Versão digital: <https://sway.office.com/e4A3tfLHAZMn7B2c?ref=Link>



Visita de Estudo "Um roteiro pelo 25 de abril em Coimbra e os seus antecedentes" - 1 de abril de 2022

Neste ficheiro encontrarás uma descrição da nossa visita de estudo, informações importantes para a tua preparação prévia e participação na mesma, bem como do trabalho que deverás realizar a partir dos materiais recolhidos na mesma e que contará para a avaliação no 3º período.

DESCRIÇÃO DA VISITA DE ESTUDO:

- Realização de um percurso por diversos locais marcantes no processo de oposição ao Estado Novo e do 25 de Abril em Coimbra.
- A visita será guiada pelo investigador Pierre Marie, organizador das visitas históricas “Roteiros do 25 de Abril em Coimbra” do projeto 25AbrilPTLab (parceria entre o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e Centro de Documentação 25 de Abril); é doutorado em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra e pela Universidade de Caen - Normandie (França).

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

HORÁRIO / TRANSPORTES:

8h30 na Escola / 9h15 no Largo D. Dinis (Alta Universitária)

Ida e volta de Transportes Públicos (SMTUC) - levar 2 viagens carregadas em cartão ou 3,2€ para comprar ao condutor

Hora prevista de chegada à Escola: 13h30

PROFESSORAS RESPONSÁVEIS:

Teresa Duarte (História); Lucinda Costa (Diretora de Turma); Ana Neves e Elisa Sousa (Estagiárias de História).

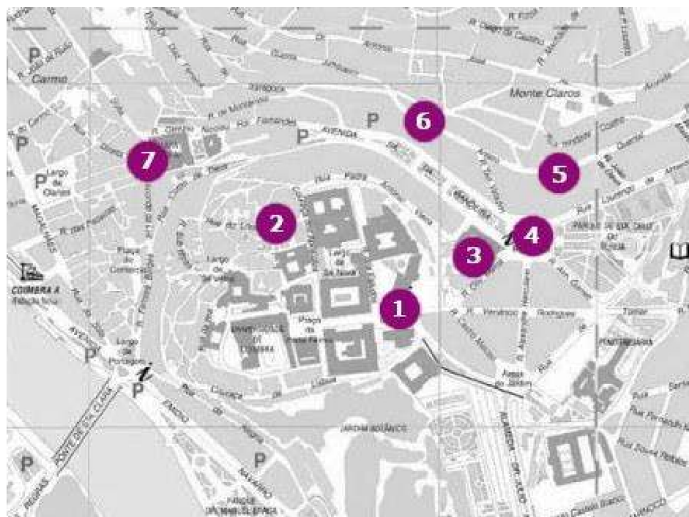
MATERIAL NECESSÁRIO:

- Roupas e calçado confortáveis para caminhar;
- Chapéu ou chapéu de chuva, de acordo com previsão do tempo;
- Telemóvel - fundamental para consultar roteiro durante a visita de estudo e para recolha de material (fotografias, áudio, etc.);
- Bloco de notas e caneta;
- Água e pequeno snack ou lanche para comer a meio da manhã.

NORMAS DE CONDUTA:

- Manter-se junto ao grupo e cumprir as regras de segurança necessárias à circulação.
- Ouvir as professoras e o guia.
- Levantar a mão para fazer perguntas ou comentários.
- Tirar fotos, fazer vídeos e anotar/gravar informações relevantes para a elaboração de um trabalho posteriormente.

MAPA DO PERCURSO A REALIZAR



ITINERÁRIO:

1. Largo D. Dinis/Edifício das Matemáticas;
2. Rua das Matemáticas;
3. Associação Académica de Coimbra;
4. Praça da República;
5. Antiga sede da PIDE/DGS;
6. Antiga República Kimbo dos Sobas;
7. Praça 8 de Maio/Câmara Municipal de Coimbra

Objetivos da visita de estudo:

- a. Introduzir os conteúdos a estudar no âmbito da unidade "Portugal: do autoritarismo à democracia";
- b. Visualizar *in loco* os espaços centrais para o período histórico em causa na cidade de Coimbra;
- c. Relacionar história nacional com a história local;
- d. Melhorar as capacidades de observação, obtenção de informação, anotação de conteúdos relevantes e comunicação em História;
- e. Estimular a curiosidade pela história local, o enriquecimento cultural e a consciência cívica e crítica;
- f. Proporcionar situações informais de aprendizagem que promovam a autonomia, práticas de respeito e interação entre os elementos participantes, fomentando o espírito de grupo.

AVALIAÇÃO / TRABALHO A REALIZAR:



Durante a visita de estudo todos os alunos deverão estar atentos à matéria lecionada ao longo da mesma e recolher diversos tipos de materiais (fotos, áudio, anotações históricas de datas e acontecimentos, etc.) para a realização de um trabalho, após a visita de estudo.

O TRABALHO:

A turma será dividida em 5 grupos, a distribuir em sala de aula. Cada grupo terá um tema, correspondente a uma temática relativa ao período antes e depois do 25 de abril.

O trabalho terá por objetivo construir os painéis da exposição alusiva ao 25 de abril na escola nas primeiras semanas do 3º período, e deverá ser feito a partir da aprendizagem feita na visita de estudo e da pesquisa autónoma em grupo a realizar entre a visita de estudo e a entrega do trabalho.

Data limite de entrega: 19 de abril de 2022 (GoogleClassRoom).

O trabalho integrará a avaliação do 3º período.

OS TEMAS:

- A Crise Académica de 1969.
- Luta anticolonial e as novas independências após o 25 de abril.

- Oposição cultural ao Estado Novo e expressões artísticas na revolução (música, cartoons, murais, etc.).
- O dia 25 de abril em Coimbra e o desmantelamento da PIDE/DGS.
- Novos Direitos alcançados na Constituição de 1976.

COMO DEVES CONSTRUIR O TEU TRABALHO:

Todos os painéis da exposição (e portanto todos os trabalhos) deverão conter:

- Uma (ou mais) foto(s) do período histórico em causa (com legenda)
- Uma (ou mais) foto(s) dos locais na atualidade (com legenda)
- Um texto explicativo da temática que inclua:
 - a) os factos históricos (ex. o que foi a crise estudantil de 1969)
 - b) localização no espaço e no tempo
 - c) a sua importância para a cidade de Coimbra
 - d) a sua importância para a história nacional

Podes complementar o teu trabalho com outros materiais que consideres relevantes (documentos da época, relatos, jornais, etc.)

ANEXO 12. Roteiro de campo da visita de estudo “O 25 de Abril em Coimbra e os seus antecedentes”

Versão digital: <https://sway.office.com/AvMEh4cXD8RTUCUS?ref=Link>



Roteiro/guia para Visita de Estudo "O 25 de Abril em Coimbra e os seus antecedentes"

Nesta visita de estudo vamos percorrer a cidade de Coimbra em vários lugares onde podemos evocar eventos importantes na oposição ao Estado Novo e do 25 de Abril de 1974 em Coimbra.

Aqui fazemos uma pequena descrição dos diversos locais que vamos visitar e dos acontecimentos que com eles vamos relacionar. Mas também encontrarás aqui documentos históricos que te serão úteis como base para compreender os acontecimentos e para compararmos os locais no período histórico em causa e hoje.

1. Largo D. Dinis / Edifício das Matemáticas

Iniciamos a nossa visita de estudo no Largo D. Dinis. Aqui, na Alta Universitária da Cidade. Aqui podemos observar o urbanismo do Estado Novo, num dos locais do país onde a instauração de um novo regime significou uma importante mudança da paisagem urbana. Esta construção implicou demolições de edifícios da Universidade de Coimbra da época pombalina, mas também de muitas habitações de população que aí vivia.

Convidamos-te por isso a confrontar o projeto apresentado por Cotinelli Telmo e Luís Cristino Silva para a Alta Universitária (1942), com a configuração que esta acabou por ter e que hoje podemos ainda observar, com destaque para as escadas Monumentais e a Rua Larga da Universidade.



1 - Alta Universitária antes de 1942



2 - Projeto para a Alta Universitária Cotinelli Telmo e Luís Cristino Silva

Em seguida, vamos concentrar-nos no Edifício das Matemáticas. Passamos então dos anos 40 para o final dos anos 60, já na fase final do Estado Novo. Salazar sai do poder em 1968 e no mesmo ano será Marcelo Caetano a assumir a Presidência do Conselho de Ministros. Estamos já na "Primavera Marcelista", em que se vive a expectativa de democratização do país que, todavia, não se concretizará. Em 1969 serão os estudantes de Coimbra a enfrentar o regime, naquela que se considerou chamar a "Crise Académica de 1969".



3 - A crise académica de 1969

2. Rua das Matemáticas

Vamos dirigir-nos a seguir para a Rua das Matemáticas, onde se concentram várias Repúblicas. Aqui podemos ver um grande mural referente à crise de 1969. Observa o que se escolheu recordar desse período.

Além disso, as Repúblicas não eram apenas locais de moradia, mas também espaços de convívio e debate numa sociedade que o restringia e controlava. Nestas viveram e circularam importantes ativistas políticos, mas também artistas com relevante papel na oposição ao Estado Novo, que se expressou ao nível da música, entre outros setores artísticos.

Houve a música abaixo, escrita por Manuel Alegre e interpretada por Adriano Correia de Oliveira que em Coimbra viveram. O que ela nos expressa do sentimento da época?



<https://sway.office.com/AvMEh4cXD8RTUCUS#content=AtjEPkDlqFvNVP>

4 - <https://www.youtube.com/watch?v=McRqaiBmIT4>

Música: Trova do vento que Passa

Intérprete: Adriano Correia de Oliveira

Letra (Manuel Alegre):

Pergunto ao vento que passa
notícias do meu país
e o vento cala a desgraça
o vento nada me diz.
o vento nada me diz.
Mas há sempre uma candeia
dentro da própria desgraça
há sempre alguém que semeia
canções no vento que passa.
Mesmo na noite mais triste

em tempo de servidão

há sempre alguém que resiste

há sempre alguém que diz não.

Aproveitamos ainda para evocar Zeca Afonso, que antes e depois do 25 de abril foi figura incontornável da música de intervenção contra o Estado Novo, e que também viveu em Coimbra. Não por acaso a música que dá o sinal para o golpe de estado do 25 de Abril "Grândola Vila Morena" é da sua autoria.



5 - Inscrição no Largo Sé Velha



3. Associação Académica de Coimbra

Ainda dentro do período da crise académica de 1969, vemos como a Associação Académica de Coimbra (AAC) teve um papel central. Até no Futebol se expressou o clima político que se vivia no país e na cidade em particular. Observa a imagem abaixo em que os estudantes universitários de Coimbra protestam na final da Taça de Portugal entre o Benfica e a Académica. Quais são as reivindicações que podemos observar?



6 - Estádio Nacional, Lisboa, 22 de junho de 1969.

No seguimento dos eventos da crise académica, o governo reprimiu manifestações, fez dezenas de prisões, instaurou processos disciplinares, mandou estudantes para a guerra colonial. A AAC foi fechada em 1971, voltando a reabrir apenas após o 25 de abril de 1974.

4. Praça da República

A Praça da República é um ponto central na cidade. Aqui vamos falar do que foi o 25 de abril de 1974, da dinâmica entre golpe de estado e revolução. Como se desenrolou o processo em Coimbra e a sua ligação com os acontecimentos em Lisboa? Sabias que foi nesta praça que teve início da primeira manifestação livre no dia 26 de abril de 1974 em Coimbra?



7 - Estação Nova, 25/04/1974

Pessoas amontoam-se em frente à Estação, procurando informações sobre os acontecimentos em Lisboa, através dos jornais que chegavam à cidade.



8 - Diário de Coimbra, 26/04/1974

Observa aqui o Diário de Coimbra do dia 26 de abril de 1974 e vê como reporta os acontecimentos do dia anterior.

5. Antiga Sede da PIDE/DGS de Coimbra

A PIDE/DGS era a polícia política do Estado Novo. Teve vários nomes, mas foi sempre o pilar central da repressão do regime. Coimbra tinha a sua delegação, inclusive na mesma rua do Quartel General da Região Militar Centro.

Se no dia 25 de abril em Lisboa a sede da PIDE, na Rua António Maria Cardoso, foi alvo de um dos importantes episódios de enfrentamento, também em Coimbra no dia 26 de abril esta foi cercada por manifestantes. Vamos conhecer mais essa história e também saber o que é o antigo edifício da PIDE hoje.

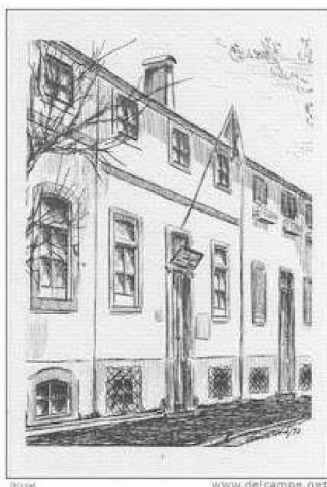


9 - Placa da Sede da PIDE/DGS.

É também neste espaço que encontramos um memorial relativo ao 25 de abril na nossa cidade. Já conhecias este local?

6. Antiga República Kimbo dos Sobas

"Kimbo dos Sobas" significa Aldeia dos Chefes. Esta República foi fundada e habitada por vários estudantes de colónias africanas, em particular angolanos e são tomenses, que se vieram a envolver na luta anticolonial e independentista e nos movimentos de oposição ao Estado Novo. Aproveitamos este local para falar a luta de libertação nacional dos povos africanos e a luta contra a guerra colonial em Portugal, como antecedentes centrais do 25 de abril. Evocaremos também o processo de independências dessas mesmas colónias que se abre após o 25 de abril de 1974.



10 - República Kimbo dos Sobas



7. Praça 8 de Maio / Câmara Municipal de Coimbra

Descendo a Avenida Sá da Bandeira, vamos então passar pelo que foi durante vários anos o expositor de diversos murais políticos onde se apresentavam e disputavam ideias durante a revolução.



11 - Muro da Escola Jaime Cortesão.

Observa também os cartazes da manifestação do 1º de Maio de 1974 que por aqui passou a caminho do Estádio Universitário. Qual te parece o ânimo das pessoas que estão nesta manifestação?





Ainda no dia 1 de maio de 1974, depois de uma grande assembleia realizada no Estádio Universitário tomará posse a nova Comissão Provisória que fará a gestão da Câmara Municipal de Coimbra até às eleições autárquicas a realizar posteriormente. Um dos temas mais prementes que esta comissão terá em mão será a questão da habitação. Observa os problemas graves de habitação que existiam na tua cidade antes do 25 de abril. Que outros direitos foram alcançados após o 25 de abril de 1974?



12 - Bairro da Conchada, 1970

A 25 de abril de 1975 dão-se as primeiras eleições livres, onde o sufrágio será verdadeiramente universal tanto para homens como para mulheres maiores de idade. As filas para votar eram enormes e uma das mesas de voto será na Câmara Municipal. Estas são as eleições para a Assembleia Constituinte que irá elaborar uma nova constituição que será aprovada já em 1976, ano em que se realizarão as eleições para os novos organismos de poder.

Terminamos a nossa visita, com a Constituição de 1976, os novos direitos que com ela adquirimos e que marcam a nossa sociedade ainda hoje.

Depois da visita, terás o desafio de trazer para a tua escola aquilo que aprendeste e partilhar esse conhecimento com os teus colegas, através de uma exposição. O desafio está lançado: mãos à obra.



Constituição da República Portuguesa

(Texto da Constituição, aprovada em 2 de Abril de 1976)

Preâmbulo

A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.

Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.

A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do País.

(...)

ANEXO 13. Orientações para a realização dos trabalhos de grupo⁹ para composição da exposição relativa ao “25 de Abril em Coimbra e os seus antecedentes”

Orientações para a elaboração dos trabalhos para a Exposição da Escola “O 25 de abril em Coimbra e os seus antecedentes”

1. **Constituição dos grupos e respetivos temas:**
 - Grupo 1 – Crise Académica de 1969:
 - Grupo 2 – A luta anticolonial e as novas independências após o 25 de abril:
 - Grupo 3 – Oposição cultural ao Estado Novo e expressões artísticas na revolução:
 - Grupo 4 - O 25 de abril em Coimbra e o desmantelamento da PIDE/DGS:
 - Grupo 5 – Os novos direitos na Constituição de 1976:
2. **Data de entrega na GoogleClassroom:** 19 de abril; montagem da exposição: dia 22 de abril.
3. **Orientações gerais para todos os grupos:**
 - A exposição é sobre “O 25 de Abril e os seus antecedentes”. A ideia é partilhares com os teus colegas de escola o que aprendeste durante a visita de estudo, reforçando os elementos da história nacional, mas também da cidade de Coimbra. Podem e devem trazer o que aprenderam na visita de estudo e material que tenham recolhido durante a mesma, mas cada tema é um tema de história e que, portanto, deve estar centrado no conteúdo histórico que aprenderam ou que pesquisaram após a visita de estudo.
 - Cada trabalho será um placard da exposição (consulta o Anexo 2 no final deste ficheiro). Portanto devem pensar e organizar o vosso trabalho de forma a que cada página seja uma parte do todo da exposição.
 - O vosso trabalho tem de ter um texto explicativo do vosso tema, mas, porque é uma exposição, a parte visual é também muito importante. Saber selecionar documentos/fotos relevantes para ilustrar o vosso trabalho e partilhar conhecimento com os colegas é fundamental. Podem colocar os vossos talentos artísticos em ação. Devem integrar fotos da época e/ou documentos históricos (que recolham por vossa iniciativa ou que retirem do roteiro que fizemos para a visita de estudo) e alguma foto da visita de estudo que faça a ponte para a atualidade.
 - O fundo do placard/expositor será vermelho. A minha proposta é que façam o trabalho em Powerpoint, pois é uma plataforma que permite combinar com mais facilidade a imagem e texto. Cada página do vosso Powerpoint será um componente da exposição. Se tiverem algum material que queiram colocar além do powerpoint, também o poderão fazer à posteriori na montagem da exposição. Devem utilizar um fundo claro, para poder combinar com o fundo do expositor.
 - Atenção nas imagens: a) qualidade (para que não fique com má qualidade quando ampliada). b) legenda da imagem (data, descrição e origem/fonte – ver Anexo 1).
 - No final devem incluir Bibliografia: Nome do autor (Apelido, Nome Próprio). Data. Título (Itálico.). Local de Edição: Editora.
 - Se além do material que colocarem no trabalho quiserem trazer músicas ou outros materiais para enriquecer a exposição poderão fazê-lo.
4. **Material de consulta para todos os grupos:**
 - Manual de História (aqui estão as páginas para todos os grupos, devendo cada grupo escolher as que mais se enquadram com o seu tema): pg. 144-153; pg. 156-159; pg. 180-191.

⁹ Os nomes dos estudantes que compunham os grupos foram retirados para efeitos de proteção do anonimato dos mesmos.

- Nesta plataforma <https://25abrilptlab.ces.uc.pt/> encontrarás vários tipos de documentos históricos da época. Se pesquisares por Coimbra encontrarás os que são relativos à cidade, muito úteis para ilustrarem os vossos trabalhos. Nas “ferramentas auxiliares” têm indicações que ajudam na pesquisa por temas e na análise de documentos.
- Podem também consultar para mais informação:
RTP ENSINA - <https://ensina.rtp.pt/artigo/cadernos-de-abril-toda-a-historia-da-revolucao/>
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL
<http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=98>

5. Orientação específica por grupo de temas a tocar:

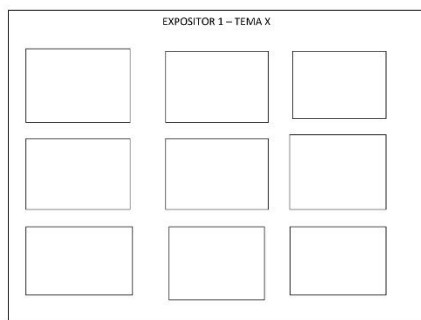
- **Grupo 1 – Crise Académica de 1969:**
 - i. O contexto político e social do país em que surge a crise académica
 - ii. Explicar o que foi a crise académica
 - iii. Analisar a sua importância para a oposição ao Estado Novo em geral e para cidade de Coimbra em particular
 - iv. Caracterizar como a crise académica e as mudanças por esta trazidas contribuíram para o 25 de abril
- **Grupo 2 – Luta anticolonial e independências:**
 - i. Contextualizar o eclodir da luta anticolonial e o início da guerra no contexto nacional e internacional
 - ii. Nomear expressões dessa luta também em Coimbra
 - iii. Explicitar a importância da luta anticolonial para o surgimento do Movimento das Forças Armadas e o eclodir do 25 de abril
 - iv. Descrever o processo de descolonização e das independências depois do 25 de abril
- **Grupo 3 – Oposição cultural ao Estado Novo e as artes durante a revolução**
 - i. Descrever algumas das expressões culturais de oposição ao Estado Novo e a sua importância
 - ii. Nomear algumas expressões desse movimento cultural em Coimbra
 - iii. Relacionar a oposição cultural ao Estado Novo com os elementos repressivos de controlo estatal das liberdades democráticas como a censura.
 - iv. Sublinhar o papel das artes como expressão das novas liberdades trazidas pela revolução do 25 de abril e ilustrá-lo com exemplos das mesmas de Coimbra e do país (murais, cartoons, músicas, etc.)
- **Grupo 4 - O 25 de abril em Coimbra e a PIDE:**
 - i. Explicar o que foi o 25 de abril, o papel do Movimento das Forças Armadas e a relação entre golpe de estado e revolução
 - ii. Apontar sucintamente os acontecimentos em Coimbra nos primeiros dias após o 25 de abril: os elementos que expressam continuidade e diferenças com o que se passou a nível nacional
 - iii. Descrever o episódio de “cerco à sede da PIDE” em Coimbra, explicando o seu papel para o Estado Novo e a importância do seu desmantelamento
- **Grupo 5 – Os direitos e a nova Constituição de 1976**
 - i. Nomear, com exemplo de Coimbra, a importância dos movimentos populares e de auto-organização para a inscrição de novos direitos na Constituição.
 - ii. Assinalar a importância das primeiras eleições em 1975 e em 1976, sublinhando os espaços que em Coimbra nos remetem para essas primeiras eleições.
 - iii. Descrever alguns dos principais direitos alcançados na Constituição de 1976, contrastando com a situação no país durante o Estado Novo.

Anexo 1.

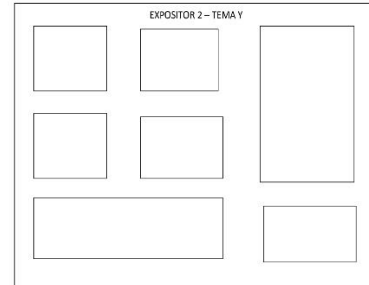


Foto 1. Manifestação do 1º Maio no Estádio Universitário de Coimbra.
Espólio Fernando Marques (Imageteca CMC)

Anexo 2. Exemplo de possível organização de expositor.



3



4

ANEXO 14. Questionário de opinião 9º ano

Questionário de Opinião sobre o "Roteiro sobre o 25 de Abril em Coimbra e os seus antecedentes"

Este questionário é anónimo. Tem como finalidade aperfeiçoar as atividades didáticas realizadas no âmbito dos conteúdos lecionados no 9ºano e a coleta de dados para a investigação didática no âmbito do Mestrado em Ensino da História do 3º ciclo e do Ensino Secundário na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Desde já agradeço a vossa colaboração.

O email do inquirido (null) foi gravado ao enviar este formulário.

*Obrigatório

1. Email *

2. Gostaste da visita de estudo "Roteiro pelo 25 de abril em Coimbra e os seus antecedentes"? *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5
Nada Muito

3. Indica o que gostaste mais. *

4. Indica o que gostarias de ver melhorado. *

5. A visita de estudo é uma forma de aprender motivadora? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada motivadora	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito motivadora

6. A visita de estudo trouxe-te novos conhecimentos sobre a história da oposição ao Estado Novo em Coimbra? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

7. Se respondeste sim, destaca os que achaste mais importantes.

8. A visita de estudo trouxe-te novos conhecimentos sobre a história do 25 de abril de 1974 em Coimbra? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

9. Se respondeste sim, destaca os que achaste mais importantes.

10. Consideras que a visita de estudo contribuiu para uma melhor aprendizagem da matéria sobre o Estado Novo e a oposição a este regime? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não contribuiu	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Contribuiu muito

11. Consideras que a visita de estudo contribuiu para uma melhor aprendizagem da matéria sobre o 25 de abril de 1974? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não contribuiu	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Contribuiu muito

12. Dos conteúdos lecionados na visita de estudo e por ti pesquisados para a realização do trabalho, que episódio ou episódios te chamaram mais à atenção? *

13. A realização do trabalho para a exposição foi uma tarefa motivadora? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada motivadora	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito motivadora

14. A visita de estudo, a realização do trabalho e a montagem da exposição ajudaram-te a desenvolver novas capacidades e competências? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nenhuma	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muitas

15. Que capacidades e competências consideras que pudeste melhor desenvolver? *
Podes selecionar várias opções.

Marcar tudo o que for aplicável.

- Autonomia
- Capacidade de escrita e comunicação
- Capacidade de observação e anotação de informação
- Capacidade de pesquisa
- Cooperação
- Consciência cívica e respeito pelo património
- Criatividade
- Pensamento crítico
- Relacionar a história nacional com a história da cidade de Coimbra.
- Sentido estético

16. Conhecer a história e património local é importante para ti? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

17. Escolhe o(s) motivo(s) que te parece(m) mais importante(s) para o estudo da história e património *
local.

Marcar tudo o que for aplicável.

- Importância cultural
- Importância educativa
- Importância turística
- Preservação de identidade
- Preservação do património
- Atuação mais informada como cidadão/cidadã
- Outra: _____

18. Deixa algum comentário ou opinião sobre a aprendizagem realizada através da visita de estudo e *
trabalhos para a exposição do 25 de abril na escola.
